

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE  
MESTRADO EM TECNOLOGIA E SOCIEDADE

GISELE DO ROCIO GUIMARÃES

PROCESSO AUTOGESTIONÁRIO NAS REUNIÕES DE TRABALHADORES/AS DA  
FEIRA PERMANENTE DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: LIMITES,  
CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES

DISSERTAÇÃO

CURITIBA

2020

GISELE DO ROCIO GUIMARÃES

PROCESSO AUTOGESTIONÁRIO NAS REUNIÕES DE TRABALHADORES/AS DA  
FEIRA PERMANENTE DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: LIMITES,  
CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Tecnologia e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Linha de pesquisa: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marilene Zazula Beatriz

CURITIBA

2020

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Guimarães, Gisele do Rocio

Processo autogestionário nas reuniões de trabalhadores/as da Feira Permanente de Economia Popular Solidária [recurso eletrônico]: limites, contradições e possibilidades / Gisele do Rocio Guimarães. -- 2020.

1 arquivo eletrônico (124 f.): PDF; 1,22 MB.

Modo de acesso: World Wide Web.

Texto em português com resumo em inglês.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. Linha de Pesquisa: Tecnologia e Trabalho, Curitiba, 2020.

Bibliografia: f. 110-119.

1. Tecnologia - Dissertações. 2. Feiras livres - Curitiba (PR). 3. Economia social. 4. Setor informal (Economia). 5. Administração - Participação dos empregados. 6. Reuniões - Participação do cidadão. 7. Participação social. 8. Integração social. 9. Trabalho - Aspectos sociais. 10. Tecnologia - Aspectos sociais. 11. Política pública. I. Beatriz, Marilene Zazula, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade. III. Título.

CDD: Ed. 23 -- 600

Biblioteca Central do Câmpus Curitiba - UTFPR

Bibliotecária: Luiza Aquemi Matsumoto CRB-9/794



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação

## TERMO DE APROVAÇÃO DE DISSERTAÇÃO Nº 578

A Dissertação de Mestrado intitulada **PROCESSO AUTOGESTIONÁRIO NAS REUNIÕES DE TRABALHADORES/AS DA FEIRA PERMANENTE DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: LIMITES, CONTRADIÇÕES E POSSIBILIDADES**, defendida em sessão pública pelo candidato **Gisele do Rocio Guimarães** no dia **24 de julho de 2020**, foi julgada em sua forma final para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia e Sociedade; Linha de Pesquisa – Tecnologia E Trabalho, pelo Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade.

Profa. Dra. Marilene Zazula Beatriz – UTFPR – Orientadora

Profa. Dra. Maria Luisa Carvalho – UTFPR

Profa. Dra. Maria Sara de Lima Dias – UTFPR

Profa. Dra. Grazielle Tagliamento – UTP

Curitiba, 24 de julho de 2020.

---

Carimbo e Assinatura do(a) Coordenador(a) do Programa

Dedico este estudo à todas as mulheres trabalhadoras que, apesar das dificuldades impostas pelo patriarcado, gestam o embrião da esperança.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos/as aqueles/as que contribuíram para que este sonho fosse realizado. De alguma forma, sintam-se também autores/as deste trabalho.

Aos meus pais João de Lima Guimarães e Maria Rosi Guimarães, gratidão pela vida e por ensinar-me o valor do trabalho, honra e solidariedade, mas, principalmente por serem meus pais, vocês são referência de caráter, dignidade e amor. Amo vocês!

As minhas irmãs Giserley (minha guru de todos os momentos) e Gislaine (Gisa, que sempre, sempre me ajudou, não teve uma única vez que não me socorreu, com palavras e ações), ao meu cunhado Sidney e minha amada sobrinha Maria Fernanda que sempre estiveram ao meu lado, compartilhando as minhas angústias e me apoiando incondicionalmente.

À orientadora Marilene, gratidão pela paciência e pela leitura atenciosa e as orientações. À amiga de longa caminhada Sandra Andreia, pelas conversas, pela revisão textual, mas principalmente pela capacidade extraordinária de percepção e inteligência que utilizou para revelar-me o que deveria fazer.

Ao amigo Flávio, que sempre apoiou e ajudou inúmeras vezes. Com sua amizade, inteligência e generosidade compartilhou muito mais que ajuda, compartilhou exemplos de solidariedade verdadeira.

Aos/as amigas e amigos do PPGTE, pelo companheirismo e pelas aprendizagens. A todos/as professores/as que contribuíram com seus conhecimentos para ampliar meu entendimento sobre tecnologia e sociedade, mas, em especial às professoras Nanci Luz e Marília Amaral, que expressam em palavras e atitudes a bela mistura de sensibilidade, inteligência e competência. Também agradeço a indicação de livros, e o apoio do prof Tiago Brandão às primeiras escritas desta dissertação.

À banca examinadora professora Maria Sara, professora Maria Luísa e professora Grazielle, grata pelas sugestões para a pesquisa e pela sororidade no processo de qualificação.

As/os artesãs/ões da Feira Permanente de Economia Popular Solidária, obrigada pela acolhida carinhosa, pela atenção e preciosas informações. Este trabalho também pertence a vocês.

“[...] , mas eu digo-vos que quando trabalhais estais a preencher um dos sonhos mais importantes da terra, que vos foi destinado quando esse sonho nasceu, e quando vos ligais ao trabalho estais verdadeiramente a amar a vida, e amar a vida através do trabalho é ter intimidade com o segredo mais secreto da vida.”  
Gibran Khalil Gibran (1969, p. 28).

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi compreender os limites, as contradições e as possibilidades do processo autogestionário vivenciado nas reuniões ordinárias dos/as trabalhadores/as da Feira Permanente de Economia Popular Solidária (FPEPS). Para tanto, utilizou-se da abordagem qualitativa, que subsidiou a escolha metodológica pela pesquisa participante por meio do estudo de caso da FPEPS, localizada em Curitiba – Paraná. O corpus desta pesquisa se constituiu em pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica aprofundou estudos científicos sobre as seguintes temáticas: o trabalho; a desigualdade social; a participação; Economia Solidária (ES) e autogestão; a tecnologia e inclusão social e a tecnociência solidária. Sobre a pesquisa documental foram analisadas 19 atas das reuniões mensais ordinárias da FPEPS, que ocorreram entre os meses de fevereiro de 2018 a novembro de 2019. A pesquisa de campo se constituiu de observações assistemáticas com anotações em diário de campo durante as 10 visitas da pesquisadora à Feira no período de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, e do acompanhamento de seis reuniões ordinárias cujo período compreendido foi de novembro de 2018 a novembro de 2019. O tratamento dos dados coletados foi realizado por meio da análise de conteúdo, obtendo-se como principais resultados que a participação é um construto da autogestão e que não existe apenas uma forma de participar. Quanto a categoria de análise participação esta foi apropriada pelos/as trabalhadores/as da FPEPS de formas distintas: política, em formações de Economia Solidária, em editais para obter recursos financeiros, nas reuniões ordinárias da Feira (tanto no sentido de não faltar sem justificar ao coletivo, quanto em assumir tarefas rotativas durante a reunião) e, por fim, a participação em eventos externos à Feira. Com relação à categoria limites do processo autogestionário, constatou-se a falta de políticas públicas para ES. Quanto às contradições, estas giraram em torno da baixa participação dos membros da FPEPS nos eventos externos e também nas reuniões ordinárias da mesma, além do interesse comercial ser o maior motivador para a participação. E as possibilidades encontradas no processo autogestionário foram: FPEPS como sujeita de sua própria história; participar em espaços políticos para debater e ajudar a construir políticas públicas para ES; construção de responsabilidade para com o coletivo; processo autoavaliativo sobre as participações em eventos externos. Por fim, concluiu-se que o processo autogestionário das reuniões ordinárias da FPEPS apresentou mais possibilidades que limites e contradições.

**Palavras-chave:** Feiras livres. Autogestão. Economia Social. Trabalho – Aspectos sociais. Participação social.



## ABSTRACT

The objective of this research was to understand the limits, the contradictions and the possibilities of the self-management process experienced in the ordinary meetings of the workers of the Permanent Fair of Popular Solidarity Economy (FPEPS). For this, we used the qualitative approach, which supported the methodological choice for participant research through the case study of FPEPS located in Curitiba-Paraná. The corpus of this research consisted of bibliographic, documentary and field research. The bibliographic research has deepened scientific studies on the following themes: work; social inequality; the participation; Solidarity Economy and self-management; technology and social inclusion and solidary technoscience. About the documentary research, 19 minutes of the FPEPS ordinary monthly meetings, which took place between February 2018 and November 2019, were analyzed. The field research consisted of unsystematic observations with notes in the field diary during the 10 visits of the researcher the fair from December 2018 to December 2019 and the follow-up of six ordinary meetings whose period was from November 2018 to November 2019. The treatment of the collected data was carried out through content analysis obtaining as main results that participation is a self-management construct and that there is not only one way to participate. As for the participation analysis category, this was appropriated by FPEPS workers in different ways: politics, in Solidarity Economy formations, in Public Notices to obtain financial resources, in the ordinary meetings of the Fair, both in the sense of not missing without justifying the collective and taking on rotating tasks during the meeting and, finally, participation in events outside the Fair. Regarding the limits of the self-management process, there was a lack of public policies for higher education. As for the contradictions of the self-management process, these revolved around the low participation of FPEPS members in external events and also in its regular meetings, in addition to the commercial interest being the biggest motivator for participation. And the possibilities found in the self-management process were: FPEPS as the subject of its own history; participate in political spaces to debate and help build public policies for higher education; Building responsibility towards the Collective; Self-assessment process on participation in external events. Finally, it was concluded that the self-management process of ordinary FPEPS meetings presented more possibilities than limits and contradictions.

**Keywords:** Free enterprise. Self-management. Social economics. Work – Social aspects. Social participation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1</b> – Taxa de desocupação no Brasil entre 2014 e 2018.....	31
<b>Quadro 1</b> – Realizações do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária...	36
<b>Quadro 2</b> – Plenárias Nacionais de Economia Solidária. ....	36
<b>Quadro 3</b> – Resoluções das Conferências Nacionais de Economia Solidária.....	39

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Tabela tempo de procura de trabalho. ....	32
<b>Tabela 2</b> – Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento. ....	54
<b>Tabela 3</b> – Datas das visitas e dos acompanhamentos nas reuniões ordinárias em 2018 e 2019 na FPEPS. ....	64
<b>Tabela 4</b> – Constituição dos empreendimentos econômicos solidários da FPEPS (2018/2019). ....	67
<b>Tabela 5</b> – Número de participantes nas reuniões ordinárias da FPEPS em 2018 e 2019. ....	76
<b>Tabela 6</b> – Rotatividade de Secretário/a na função de registro de atas das reuniões ordinárias da FPEPS em 2018 e 2019. ....	79
<b>Tabela 7</b> – Número de reuniões ordinárias e número de secretários 2018 e 2019 da FPEPS. ....	80

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCRED	Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcréditos e Microfinanças
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CEFURIA	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ES	Economia Solidária
FASE	Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FPEPS	Feira Permanente de Economia Popular Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MuMA	Museu Municipal de Arte
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PACS	Políticas Alternativas para o Cone Sul
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
TS	Tecnologia Social
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
TECSOL	Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Tecnológica

Federal do Paraná (UTFPR-Campus Curitiba)

UTFPR

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	11
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ALINHAMENTO DE CONCEITOS.....	23
2.1	TRABALHO: DA CENTRALIDADE COMO CONDIÇÃO HUMANA À PRECARIZAÇÃO E DESCARTABILIDADE DO/A TRABALHADOR/A .....	23
2.2	DESIGUALDADE SOCIAL E DESEMPREGO NO BRASIL: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E A ESPERANÇA QUE A ECONOMIA SOLIDÁRIA TRAZ PARA OS/AS TRABALHADORES/AS .....	28
2.3	ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS DE PARTICIPAÇÃO: PLATAFORMA PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	34
2.4	PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO .....	42
2.5	TECNOLOGIA E INCLUSÃO SOCIAL: INCOMPATIBILIDADE OU POSSIBILIDADES.....	53
2.6	CONSTRUÇÃO DA TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA .....	56
3	METODOLOGIA .....	61
3.1	ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	61
3.1.1	<i>Pesquisa qualitativa</i> .....	61
3.1.2	<i>Pesquisa participante</i> .....	62
3.1.3	<i>Tipologia dos Dados e Técnicas de Coleta</i> .....	63
3.1.3.1	Plano de coleta de dados e operacionalização da pesquisa .....	64
3.1.3.2	Feira Permanente de Economia Popular Solidária.....	67
3.1.3.3	Breve histórico da FPEPS .....	68
3.1.3.4	Reuniões ordinárias da FPEPS .....	70
3.1.3.5	Atas das reuniões e anotações em diário de campo .....	71
3.2	TRATAMENTO DOS DADOS.....	71
3.3	LIMITES DA PESQUISA .....	73
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	75
4.1	PARTICIPAÇÃO .....	75
4.1.1	<i>Reuniões ordinárias</i> .....	75
4.1.2	<i>Atas</i> .....	79
4.2	LIMITES DO PROCESSO AUTOGESTIONÁRIO.....	101
4.3	CONTRADIÇÕES NO PROCESSO AUTOGESTIONÁRIO.....	102

4.4	POSSIBILIDADES DO PROCESSO AUTOGESTIONÁRIO.....	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
	REFERÊNCIAS.....	110
	LEITURAS COMPLEMENTARES.....	117
	ANEXO – Regimento Interno da FPEPS.....	120

## 1 INTRODUÇÃO

Em 2019, a Organização Internacional do Trabalho (OIT)<sup>1</sup> a mais antiga agência da ONU, lançou a publicação: “Futuro do Trabalho no Brasil: perspectivas e Diálogos Tripartites”<sup>2</sup> como forma de comemoração de seu centenário. A estrutura da publicação, organizada de forma tripartite, assegura a representatividade tanto de governos, quanto de organização de empregadores/as, como de trabalhadores/as. Essa cooperação entre os segmentos é necessária, pois segundo os diálogos realizados na publicação supracitada “[...] faltam propostas alternativas e liderança política para que se possa repensar a fonte de geração dos empregos no futuro” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, c2018, p 17). Continuando o raciocínio, ainda alertam que “a economia global está em risco de entrar num estado permanente de baixas taxas de crescimento, concomitantemente a um aumento do desemprego.”

Enquanto a OIT (c2018, p. 9) discute, lança estudos e pesquisas a respeito das questões sobre o futuro do trabalho, enfatizando a necessidade de serem criadas estratégias de fortalecimento e de proteção para os/as trabalhadores/as, citando que “grandes desafios encontram-se na criação de sistemas de normalização, [...] mais robustos e eficazes para proteger trabalhadores”, aqui no Brasil, na contramão desta proposta, seguem as mudanças na legislação trabalhista que consolidam a precarização do trabalho.

É neste sentido que a reflexão sobre a centralidade do tema trabalho, constitui-se como parte importante do processo de cidadania.

O cenário de crise financeira e o desaparecimento de milhares de postos de trabalho podem acabar por naturalizar a precarização do trabalho. Em 2019, o

---

<sup>1</sup> Criada em 1919, na sequência do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, a OIT visou dar corpo à crença de que a paz universal e duradoura só pode ser conseguida baseada na justiça social. Tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente (conceito formalizado pela OIT em 1999) e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. (Centro Regional de Informações das Nações Unidas). (OIT, c2018).

<sup>2</sup> Esta publicação reúne a síntese de quatro Diálogos Nacionais Tripartites, realizados no Brasil no decorrer dos anos 2016 e 2017, no marco da iniciativa sobre o Futuro do Trabalho, preparatório à comemoração do centenário da Organização Internacional do Trabalho em 2019. O objetivo das discussões e reflexões na realização ao longo desses diálogos foi de levantar as contribuições de representantes tripartites no Brasil e de especialistas e estudiosos sobre o tema do futuro do trabalho, no intuito de contribuir tanto para estimular essa discussão no Brasil quanto apontar suas perspectivas para a Comissão Mundial sobre o Futuro do Trabalho criada pelo Diretor-Geral da OIT.



relatório da OIT (c2018, p. 8) destaca vários fatores que impactaram o mundo do trabalho, entre eles: “os processos de redução e precarização de postos de trabalho relacionados à globalização, o desenvolvimento tecnológico e à manufatura avançada. [...]”. Mais adiante aponta, ainda, o relatório “[...] uma perda de até 50% dos postos de trabalho no Brasil em função do crescente uso de processos automatizados, tecnologia de informação e inteligência artificial [...]”.

Os desafios provocados pelas altas taxas de desemprego e subemprego geram incertezas e dificultam a representação dos/as trabalhadores/as, assim como fragilizam a negociação coletiva. Segundo a OIT (c2018, p. 10) “no ano de 2017, a taxa média de desocupação registrada foi de 12,7%, a maior da série histórica do IBGE, que começou em 2012, com o desemprego alcançando, em média, 13,23 milhões de pessoas da força do trabalho”.

Os dados supracitados demonstram a diminuição de postos de trabalho configurando, por sua vez, a escassez do chamado trabalho decente a todos/as os/as trabalhadores/as que buscam a oportunidade de emprego. Por trabalho decente, a OIT (c2018)<sup>3</sup> define “trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho”.

O que vivenciamos é um aumento da precarização do trabalho, acarretando maior exploração dos/as trabalhadores/as, segundo Araújo (2017), levando cada vez mais à exaustão física, mental e emocional, pois quem tem seu emprego provavelmente se submete às condições impostas pelo sistema para mantê-lo, e quem está desempregado busca, de todas as formas, um meio de subsistência. Antunes apresenta as características do atual ambiente de trabalho que levam à superexploração especificamente para aqueles que estão no ramo da prestação de serviços:

As formas de intensificação do trabalho, a burla dos direitos, a superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade, a exigência de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho indicam o claro processo de proletarização dos assalariados de serviços que se encontra em expansão no Brasil e em várias partes do mundo, dada a importância das informações do capitalismo financeiro global. (ANTUNES, 2019, p. 70)

---

<sup>3</sup> Maiores informações em NAÇÕES UNIDAS, 2020.

A pressão do mercado de trabalho, que exige cada vez mais eficiência e velocidade na execução das atividades, e a ideia de que as novas tecnologias, as quais surgem a todo o momento, vão tomar mais postos de trabalho são causas de sofrimentos psicofísicos em trabalhadores/as. De acordo com Antunes (2019, p. 160) “a pressão pela capacidade imediata de resposta dos trabalhadores às demandas do mercado, [...], tem convertido, paulatinamente, o ambiente de trabalho em espaço de adoecimento.”

Como afirma Antunes (2019, p 174), “é a lógica do curto prazo, que incentiva a ‘permanente inovação’ no campo da tecnologia, [...], tornando obsoletos e descartáveis os homens e mulheres que trabalham”. Neste contexto, o/a trabalhador/a passa a ser vítima do avanço tecnológico, mas não o beneficiado. Frigotto (2005) advertia sobre a contradição que a ciência e a tecnologia nos apresentaram no Século XX, as quais prometiam melhor qualidade de vida, uma vez que os seres humanos precisariam de menos tempo para produzirem para sua sobrevivência e teriam, assim, mais tempo livre para usufruírem da melhor forma possível.

Porém, a teoria de que ciência e tecnologia contribuiriam para uma melhor qualidade de vida e mais tempo livre para todos/as se mostrou contraditória, pois as relações do capitalismo tardio (após 1945), segundo Habermas (1968), se apresentam como uma consciência menos ideológica que as anteriores, porém mais encantadora porque utiliza o fetiche da ciência e o deslumbramento da evolução técnico-científica. Essas relações acabaram, sim, por produzir mais desemprego e precarização do trabalho, e não qualidade de vida para os/as trabalhadores/as.

Segundo Frigotto (2005, p. 254), “trata-se de uma contradição em que negatividade e positividade do trabalho humano e da ciência e da técnica se efetivam num mesmo e desigual movimento”. Vivendo a incerteza de encontrar um vínculo empregatício, muitos trabalhadores/as buscam alternativas de renda para sua subsistência.

Uma dessas possibilidades encontra-se na Economia Solidária, quando trabalhadores/as se unem e formam os chamados empreendimentos da Economia

Solidária<sup>4</sup>. Porém, para Singer (2002, p. 114) “a economia solidária é, ou poderá ser, mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar”. Neste sentido, a Economia Solidária representa muito mais que uma alternativa ao desemprego, pois os princípios da democracia, da cooperação e da solidariedade promovem o desenvolvimento humano, incentivando o processo autogestionário e emancipatório.

Sobre a definição do que caracteriza Economia Solidária, o fragmento abaixo, nos possibilita compreender a amplitude desta economia:

A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Essa prática de produção, comercialização, finanças e consumo, privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futuro, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006, p.4)

Para Singer (2002, p. 114), a Economia Solidária, além de proporcionar aos participantes uma forma de subsistência, “se fortalece como outra forma de organização das relações de produção e de trabalho pautadas em princípios democráticos e na igualdade entre os membros dos empreendimentos”. Igualdade esta que permite a todos/as que tenham o mesmo poder de decisão vivenciado por meio da participação efetiva, ou seja, pela autogestão.

Segundo Nascimento, o termo autogestão, utilizado primeiramente na França (década de 1960), e depois em outros países, define práticas de gestão em que os/as próprios/as trabalhadores/as se organizam e realizam suas atividades. Ainda segundo

---

<sup>4</sup> Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária “são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e os que estão em processo de implantação, com grupo de participantes constituído e atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário.”

o autor:

Sem dúvidas, o termo “autogestão” é relativamente novo. Contudo, se a PALAVRA é recente, a IDÉIA é tão antiga quanto o próprio movimento operário, remontando aos inícios do século XIX. Sob palavras distintas e doutrinas diferentes, reencontramos a mesma aspiração na qual se inscreve o projeto da autogestão. A autogestão é imanente ao próprio movimento operário e a seu movimento de emancipação. (NASCIMENTO, 2008, p 28)

Essa luta pela emancipação <sup>5</sup> e na tentativa de implantar uma outra forma de produzir, de comercializar e de consumir é que nasce a Economia Solidária, como uma forma de os/as trabalhadores/as tomarem para si o poder de decidir como e de que forma executarão seu trabalho no que tange a produção, ao consumo e a comercialização.

Pode-se dizer que a autogestão é um dos pilares da Economia Solidária, e é o que distingue esta da Economia Capitalista. Nesse sentido, segundo Singer (2005), a Economia Solidária contrapõe a lógica do capitalismo que divide a sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe subalterna sem propriedade, haja vista que na Economia Solidária não há subalternos, não há imposição de cima para baixo. A ausência da hierarquia carrega em si a possibilidade do exercício de democracia. Uma vez que não havendo um chefe, ou patrão, que determina e ordene o que deverá ser feito, essa ação caberá ao coletivo decidir.

Na Economia Solidária, todos/as trabalhadores/as do empreendimento possuem os mesmos direitos de decisão, assumindo e compartilhando tanto os deveres, quanto os benefícios das ações decididas coletivamente. Todos/as são responsáveis pela gestão porque não há verticalidade nem imposição de vontades. Singer assim definia a autogestão:

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembleias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembleias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios. (SINGER, 2002, p. 18).

---

<sup>5</sup> Utilizamos o termo emancipação no sentido do/a trabalhador/a que vivencia o processo de libertar-se da condição de submetido/a ou dependente. Fundamentamos essa concepção no referencial de Freire (1969,1987,1996, 2000) em que a libertação ou emancipação do/a oprimido/a acontece por meio da conscientização ou educação que ocorre como engajamento político vivenciado na práxis.

O processo de organização que buscamos compreender encontra na Educação popular o referencial teórico desta pesquisa. Neste ponto cabe explicitar que quando falamos em Educação Popular estamos nos apoiando nas reflexões que sugerem como

[...] práticas da educação popular representam desde já a vontade de criar espaços autônomos, espaços nos quais o manejo do poder se realize em forma compartilhada, dentro de uma crescente relação entre iguais. Nesta perspectiva as opções metodológicas adquirem relevância especial... A busca de formas educativas de caráter participativo, de reflexão coletiva da prática dos próprios atores, do desenvolvimento de relações de solidariedade entre os membros, a superação dos dogmatismos e preconceitos etc., constituem opções-chave neste sentido (*La Educación Popular Hoy en Chile: Elementos para Definirla* — sem indicação de autor *apud* BRANDÃO, 2006, p. 13)

Desta forma, a Educação Popular assume um compromisso de conscientização e politização, por meio do diálogo entre iguais, na perspectiva da democracia e solidariedade.

Uma vez que a autogestão promove a discussão, debate e busca de soluções para os desafios que os/as trabalhadores/as encontram no dia a dia, exigindo para tanto um arcabouço de habilidades de escuta, de colaboração, e de solidariedade, as quais podem ser aprofundadas quando se usa dos recursos que a ciência e a tecnologia já dispõe, compreendemos que a tecnociência solidária<sup>6</sup> pode ser o suporte pedagógico que fortalece e potencializa as ações de autogestão.

Dagnino (2019) afirma que a Tecnociência Solidária funciona como uma plataforma de lançamento cognitivo para um empreendimento de Economia Solidária. Entendemos que a plataforma de lançamento cognitivo busca na ciência e tecnologia suporte teórico e prático com relação ao conhecimento que os/as trabalhadores/as dos empreendimentos de Economia Solidaria necessitam para superar seus desafios e avançar em suas potencialidades. Segundo Dagnino, a criação de uma política cognitiva é exigência para a retomada do desenvolvimento

---

<sup>6</sup> Este conceito foi apresentado por Dagnino em seu livro “Tecnociência Solidária: um manual estratégico” (2019) e, como ele próprio descreve, está no “estágio de LEGO”. Até então, Dagnino utilizava o termo ‘Tecnologia Social’, porém ao aprofundar seus estudos chegou ao termo ‘Tecnociência Solidária’.

Essa política cognitiva, que num cenário em que a Economia Solidária viesse a desempenhar um papel significativo seria destinada a gerar o conhecimento necessário para produzir os bens e serviços que irão satisfazer as demandas materiais da maioria da população, está sendo inviabilizada pela diminuição do recurso a ela dedicado. (DAGNINO, 2019, p 24)

A forma de organização autogestionária é elemento importante da plataforma de lançamento cognitivo (DAGNINO, 2019), uma vez que os/as trabalhadores/as, ao tomarem decisões, debaterem no coletivo e buscarem soluções para seus problemas, desenvolvem capacidades e habilidades que não detinham e as quais, dentro de uma organização capitalista, possivelmente não seriam desenvolvidas.

Sendo, porém, a autogestão uma proposta contra hegemônica, sua vivência constitui-se em um grande desafio, pois não é algo ensinado, nem estimulado. Muito pelo contrário, a ordem capitalista reforça a todo momento a heterogestão, onde existe um chefe, uma pessoa que detém o poder ou grupo de pessoas que determinam, que ordenam, que sabem mais, e que, enfim, exercem poder e controle.

Por este motivo, Singer (2005) apontava a necessidade de que os/as trabalhadores/as da Economia Solidária deveriam passar por um processo de reeducação coletiva, em que todos/as vivenciassem em conjunto a transição da forma competitiva à forma cooperativa de organização. Essa forma cooperativa de agir exige postura diferenciada em que a participação é um ponto fundamental para que ocorra o processo autogestionário.

E é neste sentido que a autogestão, seus limites, contradições e possibilidades, constitui a questão central desta pesquisa, perpassando pelo tema do trabalho, pois a Economia Solidária pode proporcionar, além da parcela referente à subsistência dos trabalhadores, o domínio sobre os meios de produção e, assim, a possibilidade da autoemancipação. Também nos interessa refletir sobre a percepção da importância dos espaços democráticos de participação.

Sendo assim, para compreender como ocorre o processo de autogestão dentro da Economia Solidária, foi realizada a presente pesquisa utilizando-se como estudo de caso a Feira Permanente de Economia Popular Solidária – FPEPS<sup>7</sup> que constitui-se como um coletivo que em 2019 reunia oito empreendimentos dos/as trabalhadores/as vinculados à Economia Solidária. Cada empreendimento produz seus produtos e se juntam para coletivamente promoverem a comercialização. Para

---

<sup>7</sup> A partir de agora usaremos a sigla FPEPS para nos referir a Feira Permanente de Economia Popular Solidária.

tanto, realizam reuniões ordinárias mensais para organizarem tal comercialização coletiva.

Neste sentido, algumas questões acompanharam o processo de constituição da pesquisa, a saber:

- a) As reuniões ordinárias dos/as trabalhadores/as da Feira Permanente de Economia Popular Solidária são autogestionárias?
- b) Como ocorre a participação dos/as trabalhadores/as nesse processo autogestionário das reuniões ordinárias?

Além das perguntas, acima, as quais orientaram o estudo, o problema da pesquisa foi o seguinte: Quais os limites, as contradições e as possibilidades do processo autogestionário nas reuniões ordinárias dos/as trabalhadores/as da Feira Permanente de Economia Popular Solidária?

Para compreender e identificar tais limites, contradições e possibilidades da autogestão nas reuniões da FPEPS, optou-se por um estudo de caso conforme supramencionado. Para Yin (2015, p. 2), o estudo de caso pode “considerar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.” Neste sentido, corroboramos com González Rey (2005, p. 34) quando afirma sobre o fato de que “o caráter interativo do conhecimento leva a reivindicar a importância do contexto e das relações entre os sujeitos”. Essas relações e seu contexto são fundamentais para responder o problema desta pesquisa e para atender aos objetivos específicos, a saber:

- a) analisar o processo autogestionário durante as reuniões ordinárias da FPEPS no biênio de 2018/19;
- b) participar nas feiras permanentes realizadas nas quartas-feiras e sábados;

Entendemos, assim como Prodanov e Freitas (2013, p. 80), que “o produto da pesquisa científica deve contribuir para o avanço do conhecimento humano”. Nesta pesquisa parte-se do princípio de que esse avanço é processual, como um constante recomeçar, como um se reinventar ou, de acordo como que González Rey (2005, p. 15) ressalta, a pesquisa é uma “[...] forma de produção qualitativa do conhecimento, em que se destaca seu caráter interpretativo, singular e em permanente

desenvolvimento, assim como o papel do sujeito como produtor do conhecimento”. De acordo com este pensamento, a abordagem metodológica para os fins desta pesquisa foram predominantemente qualitativa.

Constitui o *corpus* desta pesquisa:

- a) Pesquisa bibliográfica: o aprofundamento dos estudos científicos em relação ao trabalho; desigualdade social; espaços democráticos de participação; princípios da Economia Solidaria e Autogestão; a tecnologia e inclusão social: incompatibilidade ou possibilidades; a construção da Tecnociência solidária.
- b) Pesquisa documental: constituiu a análise de 19 Atas das reuniões mensais ordinárias da FPEPS, as quais ocorreram entre 09/02/2018 a 11/11/2019.
- c) Pesquisa de campo: constituiu-se em visitas na feira no período compreendido entre novembro de 2018 a dezembro de 2019 e no acompanhamento das reuniões ordinárias da FPEPS compreendido no período entre novembro de 2018 a novembro de 2019.

Os dados levantados foram tratados à luz da análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A autora traz o conceito de que a análise de conteúdo não é uma técnica, mas um conjunto de técnicas de análise de comunicações. Isso permite amplitude de possibilidades, que está mais próximo da construção metodológica deste estudo e também próxima das concepções que motivaram a presente pesquisa, a qual é representada pelo que descreve Freire:

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (FREIRE, 2000, p. 33)

As palavras de Freire (2000) permeiam a pesquisa em si e também revelam os motivos que contribuíram para a escolha do tema e os caminhos percorridos ao longo do processo de realização deste estudo. O autor, com sua linguagem poética, fala sobre a necessidade do sonho que alimenta a utopia, e é sobre essa busca que apresento o relato da minha própria caminhada.

Ao iniciar a pós-graduação na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR-Curitiba), no ano de 2018, eu buscava a realização de um sonho cuja



mente foi lançada em 2008, quando apresentei o trabalho final de um curso de especialização<sup>8</sup>, com o tema “Princípios freireanos e a metodologia de projetos de aprendizagem”. Ao concluir a apresentação para a banca, um dos professores afirmou “seu mestrado está aí” e fez o convite para que eu continuasse com os estudos sobre o tema na Universidade Federal do Espírito Santo, onde ele atuava. Na época, por uma série de motivos, não pude aceitar o convite. Porém, a vontade de estudar e, principalmente, aprofundar os conhecimentos sobre o Paulo Freire, que marcou fortemente o início de minha docência<sup>9</sup>, continuavam latentes em mim.

Quando, em 2017, fiz o processo de seleção para o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE), a escolha da linha Tecnologia e Trabalho refletia por um lado a minha caminhada nos estudos referentes aos impactos que as novas tecnologias de informação e comunicação impõe ao campo educacional e, por outro, a importância que a categoria trabalho exerce em minha concepção de mundo. O trabalho constitui um referencial importante na constituição de minha personalidade, fiz dele um dos pilares da minha vida. Portanto, quando durante o processo do mestrado precisei lutar contra uma doença do trabalho a síndrome de *Burnout*<sup>10</sup>, mais sentido adquiriu os estudos que apontavam para a Economia Solidária como uma outra forma de se relacionar com as questões do trabalho. Ao buscar compreender melhor a Economia Solidária e suas relações com a Educação Popular e, principalmente, compreender como ocorre o processo autogestionário, eu buscava também compreender como eu, trabalhadora, poderia autogerenciar meu processo de libertação, como Freire (1979b, p. 19) propunha “a tomada de consciência e a atitude crítica, [...] liberta-o [o homem] em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo [...]”.

Ao aprofundar as leituras sobre Economia Solidária, percebi a grandeza do

---

<sup>8</sup> O curso de especialização, realizado em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade do Espírito Santo, tratava das Tecnologias de Informação e Comunicação na Promoção da Aprendizagem em plataformas virtuais de aprendizagem, realizada de forma mista integrando momentos presenciais e a distância.

<sup>9</sup> Iniciei minha carreira na educação como professora normalista no interior do município da Lapa / PR, em uma escola rural multisseriada, com poucos recursos materiais e sem outros profissionais de apoio. Lecionava para 44 crianças de 7 a 14 anos, que precisavam muito mais do que uma professora, mas de uma educadora. Por minha vez, eu precisava muito mais do que didática; precisava de utopia e esperança, e era nos livros de Freire que eu encontrava a inspiração.

<sup>10</sup> Síndrome de *Burnout*, ou Síndrome do Esgotamento Profissional, é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, c2020).

projeto que Singer (2002) anunciava, e a relação direta com a educação popular despertou meu interesse. Aliás, Singer (2009, p 11) afirmava “a ligação umbilical da educação popular com a economia solidária se deve ao fato de que esta se apoia em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exige a invenção de novas práticas [...]”. As disciplinas relacionadas à Ciência, Tecnologia e Sociedade foram me abastecendo de referencial teórico e me auxiliando a enxergar possibilidades que eu não vislumbrava. Ao entrar em contato com os/as trabalhadores/as da FPEPS, o encanto aconteceu, e o desejo de compreender como ocorria o processo autogestionário, que, em meu ponto de vista, Freire já anunciava na pedagogia da autonomia (1996), foi constituindo-se como uma questão a ser pesquisada.

Para tanto, após essas considerações preliminares, passaremos a apresentar a organização dessa dissertação, a qual é constituída de cinco capítulos que estão organizados da seguinte maneira:

Na introdução, discute-se a temática do trabalho e a situação que leva muitos/as trabalhadores/as a buscarem a Economia Solidária como fonte de subsistência, e vivenciarem a possibilidade da autogestão como um processo emancipatório. Ainda na introdução está presente também o problema e a pergunta da pesquisa, bem como a metodologia utilizada e a motivação para a pesquisa.

No primeiro capítulo consta a fundamentação teórica, que aborda as questões do trabalho, desde a sua centralidade como condição humana, até a lógica perversa do capitalismo que trata o/a trabalhador/a como descartável. Seguindo nessa linha de raciocínio adentramos na discussão dos dados sobre o desemprego no Brasil e como a Economia Solidária pode ser considerada uma possibilidade de subsistência para trabalhadores/as e, ao mesmo tempo, contribuir para que alguns/mas alcancem a emancipação por meio da participação democrática vivenciada em espaços criados pela autogestão. Na sequência, exploramos a importância do processo emancipatório proporcionado pela ES e autogestão. Também refletimos sobre tecnologia e a inclusão social: incompatibilidade ou possibilidade e, por fim, a construção da tecnociência solidária (DAGNINO, 2019) como plataforma cognitiva para a Economia Solidária.

Já no segundo capítulo detalhamos o processo metodológico da pesquisa, bem como o tratamento e a definição dos instrumentos de coleta de dados, o qual se constituiu das observações registradas no diário de campo referente às reuniões dos/as trabalhadores/as da FPEPS (12/11 de 2018 e 11/03; 09/09 14/10; 11/11 de

2019), bem como as visitas à Feira (21/11; 05/12, 12/12, 19/12 de 2018 e 20/02; 23/03; 19/06; 21/09; 20/11; 11/12 de 2019). Abordamos, também, os limites da pesquisa.

No terceiro capítulo revelamos, por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), de que forma ocorre a participação dos/as trabalhadores nas reuniões ordinárias da FPEPS.

No quarto capítulo, apresentamos os resultados da análise e quais os limites, as contradições e as possibilidades do processo autogestionário vivenciado nas reuniões ordinárias dos/as trabalhadores/as da FPEPS que foram levantados.

Por fim, abordamos, nas considerações finais, a síntese desta pesquisa e as sugestões de novos estudos.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E ALINHAMENTO DE CONCEITOS

Neste capítulo apresentamos as discussões referentes aos temas que constituem o fundamento teórico deste estudo.

### 2.1 TRABALHO: DA CENTRALIDADE COMO CONDIÇÃO HUMANA À PRECARIZAÇÃO E DESCARTABILIDADE DO/A TRABALHADOR/A

No poema “Perguntas de um trabalhador que lê”, Bertold Brecht (1898-1956) questiona a invisibilidade do/a trabalhador/a na narração das obras da história, o que não condiz com seu papel nelas, sendo que na verdade sempre foi o/a (e é) protagonista.

Quem construiu a Tebas de sete portas?  
 Nos livros estão nomes de reis.  
 Arrastaram eles os blocos de pedra?  
 E a Babilônia várias vezes destruída –  
 Quem a reconstruiu tantas vezes? Em que casas  
 Da Lima dourada moravam os construtores?  
 Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou  
 pronta?  
 A grande Roma está cheia de arcos do triunfo.  
 Quem os ergueu? Sobre quem  
 Triunfaram os Césares?  
 [...]  
 (BRECHT, 1935, s/p)

A quem interessa, pois, manter a invisibilidade do/a trabalhador/a se o trabalho é condição *sine qua non* da própria existência?

Fato é que trabalhar ou produzir é um ato tão inerente ao contexto do existir humano quanto o ato de alimentar-se, uma vez que, para fazer isto, homens e mulheres necessitaram, desde sempre, buscar o alimento, via coleta, caça e, mais tarde, plantando e cultivando sementes.

E, no processo evolutivo de nossa espécie, foi ocorrendo, também, a modificação dos modos de vida. Por cerca de dois milhões de anos a espécie *Homo Sapiens* vem se desenvolvendo e criando formas de produção diferentes e mais complexas.

A essas formas de produção, somam-se as relações de produção, as quais também ocorrem de formas diferentes, de acordo com cada sociedade e momento

histórico. Sobre relações de produção, ou para utilizar uma categoria em Marx (2013) “modos de produção”, apresentamos de forma resumida os principais modos de produção dominantes: Comunismo primitivo; o escravismo na antiguidade (gregos); o feudalismo na Idade Média; e o capitalismo na Idade Moderna.

Sobre “modos de produção”, corroboramos com Engels (1876, p. 26) quando afirma “todos os modos de produção que existiram até o presente só procuravam o efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata”. Ou seja, não se pensavam nas consequências futuras da exploração sem medidas tanto do/a trabalhador/a quanto dos recursos naturais. Mais adiante, Engels (1876, p. 26) acrescenta “[...] não faziam o menor caso das consequências remotas, que só surgem mais tarde, e cujos efeitos se manifestam unicamente graças a um processo de repetição e acumulação gradual.”

Segundo Marx (2013), a revolução que os modos de produzir causaram foi resultado da transformação dos meios de produção. Porém, de acordo com Engels (1876, p. 27), o que prevalece quando se fala sobre produção ou “modos de produção” são os interesses da classe dominante que, segundo ele, “[...] converteram-se no elemento propulsor da produção, enquanto esta não se limitava a manter, bem ou mal, a mísera existência dos oprimidos”.

Tais interesses da classe dominante, os quais Engels denunciava, relacionam-se aos interesses da classe que detém o poder e os meios de produção e, portanto, definem como, quando e de que forma serão produzidas riquezas por meio da exploração do trabalho. Aos/as trabalhadores/as cabe apenas desempenhar o que lhes é determinado em troca da remuneração, que também é determinada pela classe que detém esses meios de produção.

Mas o conceito de trabalho de Engels (1876, p. 4) vai muito além dos interesses da classe dominante: “[...] é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”.

Engels (1876) afirma, portanto, que o trabalho é condição básica da vida humana, estando intrinsecamente ligado à questão de ser humano. E Marx (2013, p. 188) aprofunda esse conceito, afirmando que o trabalho “é um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Essa ação a que Marx (2013, p. 188) se refere, tem o efeito de modificar a natureza, e, ao mesmo tempo, modifica também quem a realiza, “por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio”.

Compreendemos, então, que trabalho é uma categoria fundamental quando se trata de discutir as relações sociais, e não somente as relações de cunho econômico. Posto que a sua importância vai além de permitir que, por meio da venda da força de trabalho, o/a trabalhador/a obtenha remuneração para suprir total ou em partes suas necessidades de subsistência, ele, o trabalho, também influencia a subjetividade do/a trabalhador/a.

Porém, como nos afirma Freire (2017, p. 37) “[...] o trabalho que transforma nem sempre dignifica os homens e as mulheres. Só o trabalho com o qual estamos contribuindo para a criação de uma sociedade justa [...]”. Sobre essa reflexão cabe-nos questionar se a criação de uma sociedade justa e igualitária está dentro do paradigma capitalista. Também nos perguntamos sobre quais os motivos que levam uma parte da sociedade a se manter alienada e insensível a situação de precarização do/a trabalhador/a.

Entendemos que os interesses capitalistas transformam o trabalho em uma forma também de alienação, como afirma Mészáros (1981, p 17), “o homem está alienado da natureza; de si mesmo (de sua própria atividade); do seu ser genérico (de seu ser como membro da espécie humana); o homem está alienado do homem (dos outros homens)”. Portanto, como Freire (2017) aponta, a concepção de trabalho dignificante está distante da realidade e, ao mesmo tempo, nos parece ser um projeto do próprio sistema capitalista, qual seja, o de que os/as trabalhadores/as exerçam um papel passivo e alienado, sem questionar ou participar democraticamente das transformações do mundo do trabalho.

Marx (2013, p. 205), afirmava que “o capitalismo torna-se um modo de destruição social e não de forma eventual, mas de modo recorrente”, iniciando-se com o sistema de implantação das máquinas o qual expropriou o/a trabalhador/a da capacidade de produzir ou acompanhar todo o processo de produção. O/a trabalhador/a tornou-se um “apêndice” da própria máquina, apenas um serviçal que está ali para manter a máquina em movimento. “O que todo o operário mecânico tem

agora de fazer e que qualquer rapaz pode fazer não é ele próprio trabalhar, mas superintender o belo trabalho da máquina” (MARX, 2013, p. 618).

Segundo Marx (2013, p. 614) o/a trabalhador/a especializado/a é “progressivamente suplantado. [...] A maquinaria «manda embora» incessantemente adultos da fábrica”. Constatamos aí que o capitalismo já se sustentava na ideia da substituição ou da descartabilidade do/a trabalhador/a sempre com o objetivo de obter mais lucro.

O/a trabalhador/a que antes, no Século XVIII, dominava o processo de produção, agora, no Século XXI, vai perdendo sua importância, já não sendo mais necessário seu saber, e assim, tanto no passado como no presente, ele/a era/é facilmente substituído/a por tecnologia.

Portanto, a ideologia criada pelo capitalismo de que o/a trabalhador/a pode, a qualquer momento, ser substituído/a, por uma nova tecnologia, nasceu com o próprio processo de industrialização, e contribui para a ideologia do descarte e da invisibilidade do/a trabalhador/a.

No Brasil, Furtado (1974) expunha o estilo de vida do capitalismo industrial que privilegiava uma minoria e previa que tal ideologia causaria desempregos e miséria.

Furtado (1974) ainda denunciava a falácia de que, por meio do desenvolvimento via industrialização, as economias periféricas teriam o mesmo patamar de desenvolvimento das economias centrais e seriam, no futuro, também detentoras do poderio tecnológico e econômico. Ou seja, “a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável” (FURTADO, 1974, p. 89).

A concentração de riqueza nas mãos de poucos, e a miséria avançando, contribuem para a exploração tanto humana quanto dos recursos ambientais, em proporções cada vez maiores, conforme comenta Zacarias.

As principais determinações dessa destruição não estão relacionadas à indústria, ao desenvolvimento tecnológico, mas são de responsabilidade das relações sociais capitalistas. Relações fundadas na exploração do trabalho pelo capital, na mais-valia, no lucro, na propriedade privada e na acumulação do capital. Esse processo tem duas fontes privilegiadas de riqueza: a exploração da força de trabalho, através da retirada da mais-valia e a exploração dos recursos naturais. (ZACARIAS, 2011, p. 15)

Nas palavras de Boff (2018, p. 201) todo o ecossistema, e não somente os pobres, está gritando que já não aguenta mais “porque são igualmente vítimas da

mesma lógica do sistema do capital que explora as classes, os países, as nações, terminando por devastar sistematicamente a natureza inteira”.

Furtado (1974) já havia falado sobre a profecia do Colapso, na qual apresenta a ideia de que o caráter predatório do capitalismo industrial contribuiria para um grande colapso em que as consequências ambientais não seriam solucionadas por meio da criação de novas tecnologias:

A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los. Não se trata de especular se teoricamente a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico, cujas consequências tratamos de ignorar” (FURTADO, 1974, p. 12, 13).

Dagnino (2010), também questiona sobre que tipo de desenvolvimento a sociedade está se pautando, uma vez que promove cada vez mais a exploração de trabalho humano e a destruição da natureza.

O mesmo processo de exploração que ocorre com os recursos naturais ocorre com os/as trabalhadores/as que, inclusive, são denominados de recursos humanos na linguagem empresarial. É a lógica perversa, de uso/exploração e, provavelmente consequente descarte.

O sistema de substituição do/a trabalhador/a como peça descartável dentro da empresa cria toda uma estrutura de insegurança, dificultando relações saudáveis – de companheirismo e confiança – que poderiam fortalecer a participação e atuação do/a trabalhador/a.

Segundo Antunes (2019, p. 119) “[...] o trabalho se tornou mais desregulamentado, mais informalizado, mais intensificado [...]”. Na sequência dessa ideia, o autor expressa que esse ambiente corporativista “[...] procura dilapidar todos os laços de solidariedade e de ação coletiva, individualizando as relações de trabalho em todos os espaços onde essa pragmática for possível”.

Questionamo-nos se a “quebra” – como denomina Antunes (2019) – dos “laços de solidariedade e de ação coletiva” entre os/as trabalhadores/as, dentro do contexto capitalista, é proposital. É possível pensar que pode ser esta a mesma lógica que naturaliza a invisibilidade dos/as trabalhadores/as na História das conquistas humanas.



Iniciamos o capítulo com a poesia de Bertold Brecht (1935), no qual as indagações sobre quem realiza o trabalho que a história não conta nos faz refletir sobre a intenção da classe dominante de manter no anonimato aqueles que, muitas vezes, perderam (e continuam perdendo) suas vidas nas construções, nas guerras enfim, em todas as grandes empreitadas da sociedade, e que não tiveram, porém, seus nomes escritos em nenhum lugar de (re)conhecimento, como rito de memória às futuras gerações.

As indagações sobre “qual será o futuro do/a trabalhador/a?”, “como o aumento da precariedade afeta e afetará os/as milhares de trabalhadores/as deste país?”, são questões importantes mas que, nesta pesquisa, não temos a presunção de aprofundar. Apresentaremos, no entanto, algumas reflexões e estudos que demonstram a situação do trabalho no contexto brasileiro, os desafios e as perspectivas, e a contribuição que a Economia Solidária pode oferecer à construção de um projeto social inclusivo, justo e mais igualitário.

## 2.2 DESIGUALDADE SOCIAL E DESEMPREGO NO BRASIL: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E A ESPERANÇA QUE A ECONOMIA SÓLIDÁRIA TRAZ PARA OS/AS TRABALHADORES/AS

Não posso aceitar calado e bem-comportado que um milhão de desempregados com que o século se encerra sejam considerados uma pura fatalidade deste momento. Nenhuma realidade social, histórica, econômica é assim porque está escrito que assim seja. (FREIRE, 2000, p 115-6)

Iniciamos com a epígrafe de Freire (2000), do livro “Pedagogia da Indignação”, no qual denunciava o problema do desemprego no Brasil no final do Século XX.

Porém, ao adentrar no Século XXI, o Brasil vivenciava uma perspectiva de crescimento, com políticas sociais de distribuição de renda e de inclusão. Essas políticas resultaram em dados positivos, pois em 2004 o coeficiente de Gini<sup>11</sup> caiu para o menor índice de desigualdade social no país desde 1960 (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2007).

---

<sup>11</sup> Foi criado em 1912 pelo estatístico italiano Corrado Gini para medir o grau de desigualdade social. Para chegar ao resultado, os países são distribuídos ao longo de escala que varia de zero (onde todos detêm a mesma renda per capita) a um (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela da população, detém toda a renda e os demais nada tem).

Em 1960 o índice era de 0,536. Todavia, nas décadas de 1960 e 1990, devido às políticas de concentração de riquezas e à crise do endividamento, houve um aumento na desigualdade social, chegando, em 1989, a 0,630. No ano de 2012, era de 0,508.

No entanto, após uma década de avanços nas políticas sociais, bem como sua implementação durante o período compreendido entre 2000 e 2015, enfrentamos, agora, retrocessos. Alguns fatores, como a crise econômico-financeira mundial em 2008, bem como mudanças na política externa e interna do país, configuraram a volta crescente das desigualdades sociais no Brasil, conforme apontam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) da Agência de Notícias do IBGE:

O Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, que varia de zero (igualdade) até um (desigualdade máxima), foi estimado em 0,545 em 2018. Entre 2012 e 2015 houve uma tendência de redução (de 0,540 para 0,524), que foi revertida a partir de 2016, quando o índice aumentou para 0,537, chegando a 0,545 em 2018. (PNAD, 2019)

Neste mesmo levantamento da PNAD (2019, s/p), os dados revelavam que, em 2018, “o rendimento médio mensal real do 1% da população com maiores rendimentos era de R\$27.744,00 (vinte e sete mil, setecentos e quarenta e quatro Reais), o que corresponde a 33,8 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$820,00 – oitocentos e vinte Reais)”.

Em outras palavras, isso significa que o Brasil, a partir de 2016, voltou a ter maior desigualdade social, os ricos ficando mais ricos, e os pobres, mais pobres.

Desigualdade que, já em 1990, Freire (1996, p. 70) denunciava, pois o grande número de desempregados tinha como consequência a miséria para milhares de pessoas: “[...] é imoral afirmar que a fome e a miséria a que se acham expostos milhões de brasileiras e de brasileiros são uma fatalidade [...]”.

Como supracitado, o Brasil há décadas sofre com a desigualdade social e econômica. Porém, com o avanço do progresso tecnológico, os dados do IBGE (c2019) demonstram a redução de 407 mil empregos no setor privado e de 358 mil no setor público, causando, além de desaceleração no mercado, sentimento de insegurança aos/às trabalhadores/as.

Essa situação leva à uma angústia generalizada, à incerteza, ao individualismo e à competitividade, que fazem com que as pessoas sintam medo e insegurança a respeito do futuro.

Corroboramos com Beatriz (2012, p. 41), quando afirma que as incertezas vividas, tanto em nível de mercado quanto de estado, geram instabilidade e insegurança para os /as trabalhadores/as quanto “[...] à possibilidade de emprego, ocupação, renda e condições futuras de inserção na sociedade, tanto de jovens quanto das pessoas em idade economicamente ativa, excluídos por falta de oportunidades ou qualificação”.

Contudo, não é apenas quem está fora do mercado de trabalho que sofre toda esta tensão causada pela instabilidade econômica e pela pressão que o capitalismo exerce. Da mesma forma que aquele/a que está fora, o/a trabalhador/a que está no mercado de trabalho se sente pressionado por produzir cada vez mais, gerando situações de estresse constante e competição entre os/as colegas.

Segundo Singer (2001), ocorre uma mistura de solidariedade e competitividade, pois ora se exige que os colegas exerçam trabalhos colaborativos, ora é incentivada a competitividade, sempre dependendo dos interesses da empresa que segue a cartilha capitalista: “[...] obrigados a cada momento a desempenhar papéis diferentes, cada um exigindo atitudes solidárias ou competitivas, conforme as circunstâncias, se repete na vida dos empregados das empresas”.

O clima de instabilidade, muitas vezes, tem desencorajado as pessoas que buscam um emprego, produzindo o que é denominado de desalentado. Segundo o IBGE (c2019), desencorajadas ou desalentadas são as pessoas que não procuraram trabalho no período de referência de 30 dias, achando que não iriam consegui-lo por razões de mercado, mas estiveram procurando ativamente por um período de seis meses, e estavam disponíveis para assumir uma atividade caso encontrassem a oportunidade.

As definições utilizadas pelo IBGE (c2019) para classificar quem está ocupado/a, desocupado/a, desalentado/a, e ou subutilizado/a, são as seguintes:

Ocupados/as: compreende as pessoas que tinham trabalho na semana anterior à da entrevista, ou seja, os indivíduos que tinham um vínculo empregatício, os que exploravam seu próprio negócio e os que trabalhavam sem remuneração em ajuda a membros da família.

Desocupados/as: compreende as pessoas que não tinham trabalho e estavam efetivamente procurando trabalho, em um determinado período de referência, e incorpora o conceito de disponibilidade para assumir o trabalho imediatamente.

Desalentados/as: são os que estão fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho, ou não tinha experiência, ou era muito jovem ou idoso, ou não encontrou trabalho na localidade. Se tivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga. Os desalentados fazem parte da força de trabalho potencial.

Subutilizado/a: segundo o IBGE, trata-se da pessoa desempregada, que trabalha menos do que poderia, pois pode ter procurado emprego e não encontrado vaga ou ter encontrado a vaga, porém não estava disponível para ocupá-la.

O medo de perder o emprego é real e assustador para muitos trabalhadores/as, e isso se explicita quando analisamos o contexto em que “a taxa de desocupação voltou a crescer, no trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, atingindo 12,6%” (IBGE, c2019).

O desemprego ficou estável e atingiu 13 milhões de pessoas no trimestre encerrado em maio de 2018, mas o contingente de subutilizados foi o maior desde 2012, chegando a 28,5 milhões de pessoas, segundo Saraiva (2018), que aponta os dados do IBGE.

De acordo com o IBGE (c2019), trata-se do maior contingente desde o ano de 2012. A taxa de desalento da força de trabalho acentuou-se na região Nordeste do país, chegando a 15,9%.

O Gráfico 1 demonstra a pior taxa de desocupados dos últimos tempos.

**Gráfico 1** – Taxa de desocupação no Brasil entre 2014 e 2018.



Fonte: IBGE, 2019.

Segundo dados da PNAD, faltou trabalho para 27,929 milhões de pessoas no país em 2018. As informações do IBGE (2019) ainda apontam que “o Brasil tinha 4,855 milhões de pessoas em situação de desalento no trimestre encerrado em fevereiro de 2019. O contingente manteve o nível recorde da série histórica do IBGE iniciada em 2012”.

Em relação ao tempo de procura de um emprego, segundo dados do IBGE no 3º trimestre de 2019,

46,9% dos desocupados estavam de um mês a menos de um ano em busca de trabalho. Entre 2012 e 2015, houve redução da proporção de desocupados que buscavam **trabalho** há 2 anos ou mais. Contudo, a partir de 2016, esse contingente apresentou crescimentos sucessivos, atingindo o maior percentual (25,6%) no 3º trimestre de 2018 e decrescendo para 25,2% no 3º trimestre de 2019. (IBGE, c2019)

Com base na estatística do IBGE, 1,8 milhão de desocupados buscavam trabalho há menos de um mês, enquanto 3,2 milhões procuravam uma ocupação há 2 anos ou mais (Tabela 1).

**Tabela 1** – Tabela tempo de procura de trabalho.

Tempo de procura de trabalho	3º Trimestre							
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Menos de 1 mês	816	850	760	927	1 167	1 497	1 674	1 801
De 1 mês a menos de 1 ano	3 607	3 772	3 648	4 915	6 196	6 268	5 743	5 863
De 1 ano a menos de 2 anos	942	951	1 099	1 541	2 207	2 309	1 846	1 700
2 anos ou mais	1 450	1 180	1 155	1 538	2 389	2 832	3 187	3 150

**Fonte:** IBGE, 2019.

No entanto, a questão da situação do trabalho no Brasil não passa apenas pelos problemas do desemprego, mas também da exploração do/a trabalhador/a e da sua remuneração. Sobre esse tema, Marini (1976) apontava sobre a lógica capitalista a perspectiva de que quanto maior o exército reserva de trabalhadores/as, menos será necessário investir em remuneração e em condições dignas de trabalho.

Em seu livro “O privilégio da servidão”, Antunes (2018) desnuda a realidade da precarização do trabalho e a falácia do discurso sobre empreendedorismo que serve para camuflar a retirada dos direitos e garantias dos/as trabalhadores/as, tornando-

os/as autônomos/as ou, nas palavras de Antunes (2018), “burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo”.

Essa lógica capitalista de terceirização, precarização, põe em jogo a força dos direitos trabalhistas, e aqueles trabalhadores/as que ainda detêm uma vaga de trabalho assalariado lutam para se manterem empregados, mesmo que seus salários venham, gradativamente, perdendo poder de compra.

Sobre essa racionalidade, Libâneo, Oliveira e Toschi (2003, p. 75) já alertava a intencionalidade do projeto neoliberal e os planos para os países pobres: “os países terceiro-mundistas devem, portanto, promover uma completa desregulamentação ou desmonte dos mecanismos de proteção e de segurança da economia nacional, em conformação com o receituário neoliberal”.

A precarização do/a trabalhador/a se consolida após anos de pauperização crescente dos/as trabalhadores. Como descrito no início da seção, após uma década de crescimento econômico no Brasil e melhora do índice Gini, 2000 a 2012, vem ocorrendo, após esse período, o declínio das ações sociais e, junto a isso, o valor do salário dos trabalhadores/as tem também sofrido perdas.

Segundo a Nota Técnica número 205, do DIEESE,

A estagnação do valor do salário mínimo e o aumento do desemprego e das ocupações precárias no período recente certamente colaboraram para a lenta recuperação e o baixo dinamismo da economia brasileira. Em certo sentido, o Brasil está na situação inversa à do ciclo virtuoso anterior: elevação do desemprego, salários contidos, crédito caro, baixo poder de consumo, baixo nível de atividade, elevado nível de ociosidade das empresas (DIEESE, 2019, p. 5)

Corroborando com o sentimento de perda e desvalorização dos/as trabalhadores/as a afirmação de Antunes (2018, p 30) de que “[...] há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão de seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas [...]”.

Na contramão desse contexto, a Economia Solidária faz parte de um projeto social onde um outro modo de produzir, de comercializar e de consumir proporciona um jeito mais solidário e sustentável de viver. Como afirmava Singer (2002, p 10), “se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual”.

Nascimento (2008), utilizando-se do conceito etimológico da palavra solidariedade como sendo “o que se torna sólido como o solo”, faz analogia deste significado com a solidez da luta dos/as trabalhadores/as, ou seja, “a Economia

Popular e Solidária é um exemplo desta persistência dos trabalhadores que, em busca de sua auto-emancipação, estão reinventando formas novas para a expressão de suas lutas pela autogestão” (NASCIMENTO, 2008, p 107).

Assim como Nascimento (2008), Gadotti (2005) também afirma que os/as trabalhadores/as buscavam nos movimentos sociais a esperança e resistência para sobreviver às formas excludentes criadas pelas crises socioeconômicas. Nas palavras de Gadotti (2005, p 52), “construíram um *novo imaginário social*. [...] Eles mobilizam o *desejo* de mudar, a crença na capacidade do ser humano de mudar. Eles mostraram que «outro mundo é possível» [...]”.

A crença na capacidade de construir um projeto societário em que a participação, dentro do contexto da autogestão, é um dos princípios da ES, pode conduzir trabalhadores/as ao processo emancipatório. A participação e os esforços daqueles/as que acreditam na solidariedade e na justiça social já produziram dentro da ES alguns frutos, que é o que veremos na próxima seção.

### 2.3 ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS DE PARTICIPAÇÃO: PLATAFORMA PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Compreendemos que a Economia Solidária é mais que uma alternativa ao capitalismo. Ela é uma proposta de constituição de sociedade com valores políticos, éticos, culturais e econômicos distintos dos vivenciados até hoje, e com perspectivas também diversas dos modos de produzir, comercializar e consumir tradicionais.

Para Gadotti (2009, p. 48) “o espírito da economia solidária é cooperar, viver melhor juntos. Ela nos obriga a ver as pessoas sob outro olhar. Todos pensam juntos. Todos decidem juntos”. Seguindo esta linha de raciocínio, de que a ES se fundamenta no “pensar e decidir juntos”, apresentaremos um breve histórico da construção da Economia Solidária no Brasil, mostrando que plenárias, fóruns e conferências resultaram em conquistas para a Economia Solidária, advindas da participação democrática de diversos atores, de segmentos diferentes da sociedade, porém unidos em prol de um objetivo: construir uma sociedade diferente, mais justa e igualitária.

O princípio democrático que fundamenta a ES se constitui tendo como base plenárias, fóruns e conferências. Portanto, levando-se em conta a importância do significado de cada um destes eventos, apresentamos as definições dos mesmos.

O conceito de plenária expressa uma prática comum quando se trata de Economia Solidária. Segundo Ribeiro e Neves (2019), plenária é uma “assembleia que tem o objetivo de reunir os seus membros durante um determinado tempo para estudar, discutir ou resolver certas questões [...]”.

A prática da autogestão fundamenta a forma como as plenárias acontecem, resultando desse processo ações fortalecedoras para a ES. Estas discussões se iniciam nos fóruns. Gadotti (2005, p. 54) afirma que “os Fóruns se constituíram em redes solidárias, reinventando o poder. Eles privilegiam o encontro, o diálogo, o debate e a colaboração”. Ainda sobre a definição da palavra fórum, Ferrer e colaboradores apresentam-na como:

[...] espaço de troca de opiniões sobre assuntos de interesse a todos. Ele está baseado na liberdade para expressar opiniões pessoais, na possibilidade de debate entre pessoas com a finalidade de chegar a uma determinada conclusão e na existência de algum sistema de moderação, que sirva de intermediário ou censor de grosserias. (FERRER et al., 2019)

Neste ponto, reforçamos que as Plenárias Nacionais são as instâncias máximas de deliberação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES, 2019), espaço que define as diretrizes políticas mais amplas para a Economia Solidária.

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) constitui-se em um espaço de articulação e de diálogo entre diversos atores, que lutam pela construção da Economia Solidária e tem como base fundamental um outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. O FBES teve sua origem no I Fórum Social Mundial<sup>12</sup> (I FSM) que reuniu aproximadamente 16 mil pessoas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, no ano de 2001.

O I FSM proporcionou, para além da liberdade de expressão, que uma diversidade de pessoas de vários estados e países se reunissem em oficinas que objetivavam discutir e encontrar soluções relacionadas a quatro eixos temáticos: (1) a Produção de Riquezas e a Reprodução Social; (2) o acesso às Riquezas e a Sustentabilidade; (3) a Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos; e (4) Poder Político e Ética na Nova Sociedade.

---

<sup>12</sup> Segundo o observatório sobre crises alternativas, “O Fórum Social Mundial (FSM) é um dos pilares de um movimento global que desde o final da década de 1990 questiona a globalização neoliberal, propondo a construção de uma globalização alternativa, solidária e contra-hegemônica. Disponível em: [https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id\\_lingua=1&pag=7744](https://www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt/index.php?id=6522&id_lingua=1&pag=7744). Acesso em: 13 de junho de 2020.



Entre as 420 oficinas ofertadas houve uma que despertou grande interesse dos participantes do I FSM e que, a partir das discussões ali produzidas, fomentou-se a história da Economia Solidária. O nome da oficina era “Economia Popular Solidária e Autogestão”.

Nesta oficina surgiu o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), o qual propôs a constituição de um fórum em dimensão nacional. A partir da organização deste Fórum ocorreram o que o FBES (2017) denomina como conquistas<sup>13</sup>, descritas nos Quadro 1 e 2. Conquistas no sentido de que a participação ativa dos/as trabalhadores/as nos espaços de democracia, tais como fóruns e plenárias, foram importantes para construir o caminho de fortalecimento político da Economia Solidária no Brasil.

**Quadro 1** – Realizações do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária.

<b>Conquistas</b>	<b>Ano</b>
Criação dos Fóruns Estaduais	2001
Encontro dos Empreendimentos	2004
I Conferência Nacional de Economia Solidária	2006
Estruturação da representação nacional	2008
Reorganização das instâncias nacionais	2011
V Plenária Nacional	2012

**Fonte:** Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2019.

O potencial de ampliação das ações de visibilidade e consolidação da ES se deram conforme sua representatividade foi crescendo e, assim, se delineando ações, como, por exemplo, as que apresentaremos no Quadro 2.

**Quadro 2** – Plenárias Nacionais de Economia Solidária.

<b>Plenária</b>	<b>Data</b>	<b>Ações</b>
I	Dez. 2002	Elaborada e aprovada a Carta ao Governo Lula, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, que apresentava as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicava a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária– SENAES <sup>14</sup> .

(Continua...)

<sup>13</sup> O caminho percorrido de 2001 a 2012, onde a mobilização e a articulação de vários segmentos promoveram espaços democráticos de participação de trabalhadores/as, é considerado como uma conquista.

<sup>14</sup> Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003.

(... Continuação)

Plenária	Data	Ações
II	Jan. 2003	Aberta pelo GT-Brasileiro e presidida pelo professor Paul Singer, foi publicado e distribuído o livro: “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária” para as/os 800 participantes, constituídos principalmente por representantes de empreendimentos, entidades de fomento e redes internacionais. A Plenária definiu agenda de mobilização/ debates e sensibilização pelas regiões do país e legitimou o GT-Brasileiro como promotor do processo de mobilização da ES.
III	Jun. 2003	Contou com um processo preparatório de mobilização em 17 estados, e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Neste evento, foi criada, de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A Economia Solidária foi desafiada a gerir abastecimento, comercialização, trabalhar com moeda social, promover rodadas de negócio, realizar feiras em todos os Estados, fazer campanha de consumo consciente, comércio justo e solidário, constituir redes, cadeias produtivas, finanças solidárias, trabalhar no campo do marco legal (especialmente: Lei Geral do Cooperativismo).
IV	Mar. 2008	A representação nacional foi composta por 16 entidades nacionais, de diferentes naturezas: de representação de empreendimentos (ABCRED, ANTEAG, CONCRAB, Ecosol, Unicafe, UNISOL Brasil); entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, FASE Nacional, IBASE, IMS, PACS, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho); redes mistas (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária); e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Integram o FBES, desde então, os três segmentos do campo da Economia Solidária: empreendimentos da Economia Solidária, entidades de assessoria e/ou de fomento e gestores públicos <sup>15</sup> .
V	Dez. 2012	Definiu a orientação política do movimento de Economia Solidária para o triênio 2013-2015. O lançamento desta plenária ocorreu durante a X Reunião da Coordenação Nacional do FBES, em agosto de 2011, quando foram definidos tema, objetivos, agenda e os eixos prioritários. Como partes desse processo, ocorreram mais de 200 plenárias em todo o país, entre plenárias locais, temáticas, de balanço e estaduais, envolvendo mais de 10.000 trabalhadoras/es da ES. Tais debates e confluência de ideias e proposições foram sistematizados em um Documento Síntese para debate, modificação e definição da V Plenária Nacional. Os debates desta V Plenária se organizaram em três dimensões: Orientação política do movimento; Orientação das ações do movimento; Organicidade do movimento (estrutura e organização do FBES).

Fonte: Site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2019) e Cirandas.Net (2019)

Diante das realizações descritas no Quadro 1 e no Quadro 2, podemos dizer que essas conquistas representam o que Gadotti (2005, p. 24) define: “A economia solidária não se resume a um **produto**, a um objeto. Ela se constitui num sistema que vai muito além dos próprios empreendimentos solidários. Ela é, sobretudo, a adoção de um **conceito**”. Corroboramos com os autores no sentido de que o conceito que expressa a Economia Solidária apresenta um potencial político emancipatório. Este

<sup>15</sup> “Conforme o Fórum Brasileiro de Economia Solidária: são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de E S de prefeituras e governos estaduais.”

potencial se consolida no princípio democrático, que prevê a participação de segmentos diferentes da sociedade que unidos/as em prol de um objetivo maior lutam para que sejam incluídas na agenda governamental pautas de políticas públicas emancipatórias.

A construção desses espaços democráticos de participação continuou avançando e, como informado no Quadro 1, em 2006 houve a 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, ou seja, a 1ª CONAES. Antes de falarmos sobre a 1ª CONAES reforçamos o conceito de conferência:

São espaços amplos e democráticos de discussão e articulação coletivas em torno de propostas e estratégias de organização. Sua principal característica é reunir governo e sociedade civil organizada para debater e decidir as prioridades nas Políticas Públicas nos próximos anos. Na medida em que os diversos segmentos envolvidos com o assunto em questão participam do debate promovido na realização de uma Conferência, pode-se estabelecer um pacto para alcançar determinadas metas e prioridades, além de abrir um espaço importante de troca de experiências. Podem ser realizadas Conferências em âmbito municipal, estadual e federal. A realização de uma Conferência não é algo isolado, mas é parte de um processo amplo de diálogo e democratização da gestão pública. (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2019, p. 1).

As Conferências Nacionais de Economia Solidária foram institucionalizadas como espaços democráticos em que Estado-sociedade deliberam sobre as Resoluções para ES. A constituição de fóruns, plenárias e conferências são os alicerces da autogestão e Economia Solidária, onde o diálogo sustenta a democracia. Tal ideia foi fortalecida a partir do momento em que o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi regulamentado em 2006.

Sobre o CNES, o IPEA define como atribuições:

a proposição de diretrizes para as ações voltadas à Economia Solidária e o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito da política nacional de Economia Solidária. O CNES é composto por 56 entidades divididas entre três setores: governo, empreendimentos de Economia Solidária e entidades não governamentais de fomento e assessoria à prática, conforme estabelece o Decreto nº 58/2006 (IPEA, 2019, s/p).

As Conferências Nacionais da Economia Solidária são exemplos dos esforços de trabalhadores da Economia Solidária, das Entidades de Apoio e Fomento a

Economia Solidária<sup>16</sup> e de Gestores Públicos envolvidos com a temática para discutirem e pautarem ações com o objetivo de incluí-las na agenda governamental.

O Quadro 3 mostra as realizações das três conferências nacionais de Economia Solidária, promovendo a articulação entre setores que buscam os mesmos objetivos dentro da ES.

**Quadro 3** – Resoluções das Conferências Nacionais de Economia Solidária.

<b>Data</b>	<b>Tema</b>	<b>Resoluções</b>
I CONAES (26 a 29 de junho 2006)	"Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento"	O tema central da I CONAES está organizado em três eixos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.</li> <li>• O balanço do acúmulo da Economia Solidária e das políticas públicas implementadas.</li> <li>• Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade.</li> </ul>
II CONAES (16 a 18 de junho de 2010)	"O direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação e na autogestão, reafirmando a Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento"	Os três eixos da II CONAES: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avanços, limites e desafios da Economia Solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional.</li> <li>• Direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade, como modelo de desenvolvimento</li> <li>• A organização do Sistema Nacional de Economia Solidária</li> </ul>
III CONAES (27 a 30 novembro 2014)	"Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável"	"A 3ª Conaes trouxe como um de seus grandes resultados a possibilidade de encadeamento dos processos de construção dos planos territoriais e estaduais com o Plano Nacional. Visou-se, com isso, facilitar a pactuação de efetivas ações federativas que sinalizem os primeiros passos para a construção de um Sistema Nacional de Economia Solidária, como prevê o PL no 4.685/20128 (Silva e Silva, 2017). Contudo, o resultado mais esperado foi a definição do conjunto de proposições fundamentais para que, no âmbito do CNES, consolide-se a construção do Plano Nacional de Economia Solidária como instrumento de acompanhamento dos resultados da conferência."

**Fonte:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2019).

<sup>16</sup> Segundo definição do IPEA (2020) "Consideram-se Entidades de Apoio e Fomento à Economia Solidária (EAFs) as organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações de apoio direto, como capacitação, assessoria, incubação, acesso a mercados, assistência técnica e organizativa, junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários. Disponível em <https://ecosol.dieese.org.br/quem-sao-os-participantes.php#:~:text=Consideram%2Dse%20Entidades%20de%20Apoio,junto%20aos%20Empreendimentos%20Econ%C3%B4micos%20Solid%C3%A1rios.> Acesso em 17 de junho de 2020.

Toda essa mobilização da sociedade civil em torno de plenárias, conferências, conselhos e fóruns possibilitaram a institucionalização da economia solidária a nível estadual e municipal.

Segundo o mapeamento do FBES (2019), a institucionalização da política de economia solidária, está efetivada por meio de leis nos seguintes Estados: Minas Gerais; Bahia; Pernambuco; Pará; Mato Grosso do Sul; Maranhão; Espírito Santo; Ceará; Rio Grande do Sul; Santa Catarina; São Paulo.

O Estado do Paraná teve sua lei de Economia Solidária aprovada em 20 de dezembro de 2018<sup>17</sup>, passando, portanto, a integrar os Estados que já possuem legislação sobre ES. A Lei nº 19.784, publicado no Diário Oficial nº 10339, de 20 de dezembro de 2018 (PARANÁ, 2018), dispõe em seu 1º artigo: Institui a Política Estadual de Economia Solidária visando ao desenvolvimento de empreendimentos e redes de economia solidária, por meio de programas, projetos e convênios firmados entre entidades da sociedade civil e órgãos do Poder Público, ou outras formas admitidas em lei.

Em nível municipal, temos os seguintes municípios do Paraná que já têm a lei de Economia Solidária: Irati; Ponta Grossa; Londrina; Curitiba; Apucarana; São José dos Pinhais; Jandaia do Sul.

Sobre a Lei Municipal de Economia Solidária Popular de Curitiba – Lei no. 14.786 de 23 de fevereiro de 2016 (CURITIBA, 2016) –, a mesma instituiu a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária e criou o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária (CMEPS). A lei reconhece a ES como fonte de trabalho e renda, e prevê: a qualificação, a formalização das entidades, a criação de espaços públicos para que os produtos sejam comercializados e o fomento de uma rede metropolitana.

O texto que deu origem à Lei nº 14.786/16 foi resultado da 1ª. Conferência Municipal de Economia Popular e Solidária que aconteceu em julho de 2013, baseada nas reivindicações realizadas há anos pelos trabalhadores/as da Economia Solidária, em Curitiba. O Conselho Municipal de Economia Popular Solidária (CMEPS) já teve duas gestões relativas aos períodos de: julho de 2016 a julho de 2018 e julho de 2018

---

<sup>17</sup> "Publicado no Diário Oficial nº 10.613 de 27 de janeiro de 2020, disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=230966&indicador=1&totalRegistros=1&dt=13.4.2020.14 Resultados 8.56.317>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

a fins de 2020<sup>18</sup>. Foram eleitos representantes da sociedade civil, a saber: quatro entidades de apoio e fomento à Economia Solidária, quatro Empreendimentos de Economia Solidária, além da indicação de quatro gestores públicos municipais.

O Fórum Municipal de Economia Popular Solidária em Curitiba acontece mensalmente, onde há o encontro de trabalhadores/as, entidades de apoio e gestores públicos para debater questões da Economia Solidária no município.

Como podemos ver, a política pública da Economia Solidária apresentou avanços desde a primeira oficina no Fórum Mundial em 2001, até o ano de 2014 quando ocorreu a III CONAES. É importante compreender que neste período de avanços, situado na gestão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e parte da gestão da ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, houve inúmeras políticas públicas de incentivo a Economia Solidária. A exemplo disso, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, em 2003, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, onde aconteceram ações de fomento à ES no Brasil. Ações estas que viabilizaram a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário, fortalecendo a Economia Solidária.

A SENAES representou, no período que esteve como secretaria (de 2003 a 2016), a união de forças sociais e políticas para a defesa da economia solidária enquanto política pública. A realização de conferências, plenárias e fóruns nacionais, unindo entidades de apoio e empreendimentos de economia solidária, serviram para, além de mobilizar e divulgar a Economia Solidária, consolidar as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs<sup>19</sup> em universidades públicas e privadas.

Porém, após o *Impeachment* da Presidenta da República, Sra. Dilma Rousseff, ocorrido em 31 de agosto de 2016, e com a entrada do então vice-presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia, sua equipe reviu as prioridades e a SENAES foi transformada em uma Subsecretaria do Ministério do Trabalho.

Tal ação trouxe consequências como: corte de investimentos, restringindo,

---

<sup>18</sup> Devido a pandemia da Covid19, a validade da eleição foi estendida até fins de 2020.

<sup>19</sup> Segundo definição do *e-cadernos CES*, “As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são programas interdisciplinares de algumas universidades brasileiras construídos com a perspectiva de elaborar um planejamento que procura reunir pesquisa e extensão em torno do tema da Economia Solidária. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1354#:~:text=As%20Incubadoras%20Tecnol%C3%B3gicas%20de%20Cooperativas,do%20tema%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

desta forma, as políticas de apoio e fomento principalmente para as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares ITCPs, as quais dependiam de recursos financeiros advindos de projetos aprovados no Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC). Houve, ainda o desmonte da equipe da SENAES, permanecendo apenas duas pessoas da equipe de origem, assumindo a coordenação o Sr. Natalino Oldakoski, no lugar de Paul Singer.

Desta forma, a situação em 2020 da Economia Solidária, encontra-se ainda mais precarizada, pois o Ministério do Trabalho deixou de existir e a Subsecretaria foi transformada em Departamento ligada agora ao Ministério da Cidadania, de acordo com a MP 870/2019, publicada em 1º de janeiro de 2019 (BRASIL, 2019), estando, portanto, associado à Secretaria de Inclusão Social e Produtiva Urbana. Essa reestruturação acabou por fragmentar a organização que já existia, separando o setor rural da ES do setor urbano, uma vez que o primeiro agora está subordinado à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo.

Nos governos de Michel Miguel Elias Temer Lulia (de 2016 a 2018) e de Jair Messias Bolsonaro (a partir de 2019), devido ações como extinção de ministérios e secretarias e, ainda, uma agenda voltada a compromissos neoliberais, houve um significativo retrocesso quanto às políticas públicas de cunho emancipatório, como as da Economia Solidária.

Diante do que foi apresentado nos parágrafos anteriores, surge o sentimento de desalento ao expor-se o desmantelamento de políticas que vinham de uma forma ou outra consolidando os avanços da Economia Solidária. Porém, imbuídas do espírito de esperança e cientes de que já foi trilhado um caminho que mostrou-se viável e necessário para a construção de espaços democráticos e participativos, é que optamos por encerrar esta seção com uma imagem que representa um país colorido e democrático.

## 2.4 PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO

Como vimos anteriormente, a participação democrática nos fóruns, plenárias e conferências é baseada nos princípios que orientam os caminhos da ES, expressos na Carta de Princípios da Economia Solidária, a saber:

Princípios gerais. Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, são pontos de convergência:

- a valorização social do trabalho humano;
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica;
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza;
- os valores da cooperação e da solidariedade. (CARTA DE PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003, p. 2)

Tais princípios funcionam como diretrizes para que os empreendimentos econômicos solidários busquem o fortalecimento da Economia Solidária. Neste ponto, é importante esclarecer que, quando nos referimos a empreendimentos de ES, estamos nos apoiando na definição do IPEA (2019, p. 7): “[...] iniciativas econômicas populares seja no campo, seja na cidade, que possuam o trabalho coletivo e a “autogestão” como elementos centrais de identidade comum [...].”

Tendo por base a definição do IPEA em que a autogestão nos empreendimentos de ES é um elemento central, apresentaremos cada um dos princípios da ES e, em seguida, faremos uma relação com a característica que, segundo Singer (2002), diferencia empresas capitalistas de empreendimentos de ES: a Autogestão.

Quanto ao primeiro princípio – valorização social do trabalho –, compreendemos que nas relações que são estabelecidas dentro da Economia Solidária, o trabalho é quase sempre artesanal, e a sua importância se situa no fato de que é produzido por pessoas, para pessoas e com um significado maior do que simplesmente fornecer um produto. Os/as trabalhadores/as da ES geralmente desenvolvem atividades a partir de suas habilidades e da qual reconhecem sua relevância dentro de um contexto maior. O objetivo é que, por meio do processo autogestionário, sejam alcançados níveis de conscientização que valorizem o/a trabalhador/a ao mesmo tempo em que valorizam o seu produto.

O segundo princípio – a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica – significa que tecnologia e economia devem estar a serviço das pessoas, a supressão de suas necessidades básicas, a fim de que a capacidade criativa e os recursos econômicos sirvam para atender às demandas sociais de todos/as.

O terceiro princípio enuncia-se como reconhecimento da mulher e do feminino. É a mulher que carrega em si muito mais o sentimento da solidariedade, que desde



cedo aprende a compartilhar o que possui, desde as coisas materiais como também os sentimentos e as histórias. As mulheres encontram na Economia Solidária um espaço de atuação, um espaço em que sua voz pode e deve ser ouvida. A autogestão pode promover melhora na autoestima e na autoconfiança de seus integrantes.

O quarto princípio é o do respeito à Natureza. A Economia Solidária estimula seus integrantes a desenvolverem a produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos, incentivando a agricultura familiar, a reciclagem e o reaproveitamento de materiais, bem como o cuidado com o meio ambiente. Enfim, este princípio preconiza o respeito aos ecossistemas e, conseqüentemente, a busca de uma economia que seja responsável no uso de recursos naturais.

O quinto princípio: os valores da cooperação e da solidariedade. Estes valores dão sustento e ânimo para que os/as trabalhadores/as superem os desafios que permeiam o cotidiano dos empreendimentos solidários. Entre as pessoas que se tornam ativas na ES, a cooperação e solidariedade é o cimento que une e mantém o ideal de vivenciar um outro tipo de sociedade.

Esses princípios gerais permeiam as relações que se estabelecem para constituir a Economia Solidária, mas, entre a organização dos empreendimentos, um elemento é basilar para que seja reconhecido como da Economia Solidária: a autogestão.

A importância da autogestão consiste em promover o desenvolvimento humano que se traduz pela busca de uma outra economia vinculada a um novo jeito de viver. Essa nova forma de viver e interagir com o mundo é a utopia que movimenta a Economia Solidária. A esperança que alimenta milhares de trabalhadores e trabalhadoras deste país, que foram excluídos/as do mercado de trabalho pela lógica capitalista do uso e descarte, explicitada na seção 2.1.

A utopia de um novo mundo é a que é expressa por Freire (2000, p. 56), quando ele nos chama a reconhecer que este projeto de sociedade é excludente, mas também nos exorta a “[...] lutar contra ele e não assumir a posição fatalista forjada pelo próprio sistema e de acordar com a qual ‘nada há que fazer, a realidade é assim mesmo’.”

Corroboramos com Freire (2000), quando afirma que tanto reconhecer quanto denunciar que a realidade precisa ser modificada, transformada, são condições para que a luta comece e se estabeleçam ações e reações que visem essa transformação. Porém, para que isso ocorra, é necessário que as pessoas sonhem e, a partir do

sonho, se mobilizem e acreditem ser possível uma nova forma de viver, trabalhar e produzir e consumir.

Sobre sonhos, Freire e Faundez (1985, p. 35) nos dizem: “[...] Afinal, não se realiza o sonho a partir dele, em si, mas do concreto em que se está [...]. É preciso, pois, compreender o sonho como possível e como precisando de ser viabilizado e não como algo pré-dado”. Esta é a práxis que dá sustento às grandes mudanças, é o chamado que parte da realidade concreta e que, por meio de ações coletivas, vai transformando possibilidades em realidades.

Economia Solidária não é apenas uma utopia, mas, uma forma que milhares de trabalhadores e trabalhadoras estão encontrando para sobreviver uma vez que sem emprego, sem condições de nenhuma renda precisaram recorrer à informalidade, e dentro da informalidade alguns conheceram a “Economia Solidária”. Ou, como Dagnino (2010, p. 179) diz, a “autogestão é, portanto, uma utopia que guia esse estilo alternativo de desenvolvimento, a possibilidade concreta de realizá-lo”.

Para Singer, Economia Solidária só pode se realizar:

[...] Se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. (SINGER, 2002, p. 9)

Como Singer (2002) aponta, o protótipo da empresa solidária é a cooperativa de produção. Aliás, para Singer (2002), a origem da Economia Solidária se alicerça no movimento do cooperativismo que ocorreu na Europa no início do capitalismo industrial.

Sobre esse movimento apresentamos uma breve compilação histórica. Em meio à exploração desumana do capitalismo industrial, houve alguns industriais que propuseram leis de proteção aos/as trabalhadores/as. De acordo com Singer (2002), dentre eles, destacou-se o britânico Robert Owen, proprietário de um complexo têxtil que, além de limitar as horas de trabalho, proibiu o emprego de crianças e construiu escolas.

Ainda segundo Singer (2002), em 1817 Owen propôs ao governo Britânico a ideia de “Aldeias Cooperativas” que seriam, como o nome diz, aldeias de até 1.200 (mil e duzentas) pessoas que plantariam e trabalhariam nas indústrias, produzindo sua própria subsistência, realizando trocas entre si dos produtos excedentes. Apesar de não ter sido implementada pelo governo britânico, a ideia de Owen produziu efeito, pois em 1821 foi criada a 1ª Cooperativa Owenista, o *The Economist*, primeiro jornal cooperativo.

Nascimento (2008) resgata a importância dos chamados socialistas utópicos. Para Engels (1986), os utópicos buscavam soluções para os problemas sociais por meio de um mundo perfeito, uma realidade hipotética, um sistema de ordem social apartado do sistema capitalista. Dentre os socialistas utópicos destacam-se Fourier<sup>20</sup>, Owen<sup>21</sup> e Blanc<sup>22</sup>, os quais, segundo Nascimento (2008, p.108), “tinham a ideia de que a solução das questões sociais estava na fundação de pequenos grupos fechados que empregariam toda a força de trabalho de seus membros”.

A experiência pioneira da cooperativa de *Rochdale*, que foi registrada em 24 de outubro de 1844 com o nome de “*Rochdale Society of Equitable Pioneers*”, estava de tal forma estruturada que, segundo Nascimento (2008, p. 109), representava fortemente o processo autogestionário. Os princípios que regiam a organização da cooperativa eram:

1. Livre adesão;
2. Administração democrática;
3. Sobre capital emprestado a cooperativa pagaria taxa de juros fixa;
4. Repartição do excedente econômico (sem que constitua formas de lucro capitalista);

---

<sup>20</sup> Charles Fourier nasceu em Besançon, na França, proveniente de uma família de comerciantes de classe média. Fourier foi empregado de oficina, vendedor viajante e empregado do comércio em Lyon. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/f/fourier.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

<sup>21</sup> Robert Owen foi um industrial e filantropo inglês. Após tomar contato com a teoria do valor trabalho de Adam Smith e David Ricardo, em 1830, segundo a qual o trabalhador tinha direito ao usufruto de todo o seu produto, fundou uma grande bolsa de trocas onde o dinheiro era substituído por “bônus de trabalho” e os produtos eram avaliados pelo número médio de horas necessárias para sua produção. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/o/owen.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

<sup>22</sup> Louis Jean Joseph Charles Blanc, socialista francês, participou na Revolução de 1848, colocando em prática as ideias da associação entre liberais e socialistas, na tentativa de derrubar a monarquia. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/blanc-1.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2020.

5. Neutralidade política e religiosa;
6. Educação dos sócios;
7. Integração cooperativa.

A Economia Solidária, que nasce baseada no Cooperativismo, encontra a possibilidade de fazer economia e promover, assim, uma outra forma de viver. E esta outra forma de viver, segundo Singer (2002, p. 35), teve sua “origem histórica no “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. O cooperativismo revolucionário tornou evidente a ligação essencial da Economia Solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo”.

Nessa perspectiva, o histórico das lutas dos/as trabalhadores/as, desde o início do capitalismo, nos mostra a relação existente entre a forma como os/as trabalhadores/as se organizam para enfrentar as mazelas que o sistema capitalista impõe aos/às excluídos/as.

De acordo com Singer (2002, p 122), a “Economia Solidária reviveu no Brasil, nas décadas perdidas de 1980 e 1990, devido ao desemprego em massa e acentuada exclusão social”. Nesse contexto, muitos/as trabalhadores/as encontraram no cooperativismo um meio de construir uma forma diferente de organização trabalhista e social, pautados nos princípios de igualdade. Retomando as palavras de Singer (2002, p 9), “[...] a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”.

A autogestão subverte a ordem capitalista, uma vez que está fundamentada em princípios e valores que dignificam o ser humano, e que propõem a igualdade de direitos e deveres.

Singer (2002, p. 114) nos mostra que existe uma forma de construir um novo jeito de viver, de produzir e se relacionar com as pessoas no processo de compra e venda de produtos. Com os princípios da Economia Solidária, ele se mostra um crítico esperançoso, quando afirma que a economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior ao capitalismo, não no sentido de que os produtos ou serviços sejam melhores quanto a preços ou qualidade, mas sim “[...] para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor”.

Esta expectativa de “uma vida melhor” é que mantém a atitude esperançosa de melhorar as condições de vida e trabalho por meio da Economia Solidária. Porém, reconhecer os limites e as dificuldades que os/as trabalhadores/as vivenciam, e lutar

para que haja uma melhora significativa, já é uma forma de ir transformando a realidade, pois há que ser realista e dimensionar os desafios – que não são poucos – dentro deste outro jeito de fazer economia e que é contra hegemônico.

Nesse sentido, Freire e Faundez (1985, p. 39) nos ajudam a refletir sobre a importância de colocarmos em perspectiva os limites e desafios do “sonho” de outra economia. “Penso que o sonho deve se estruturar com base na análise profunda dos elementos negativos e positivos que existem numa sociedade global”. Mais adiante, na mesma sequência de pensamento, os autores continuam: “não é nem o negativo absoluto nem o positivo absoluto, nem que estes terão de ser fixos nessa nova sociedade, mas sim que serão transformados na luta por uma nova sociedade”.

Sobre a luta para transformar a sociedade, corroboramos com o pensamento de Arruda que afirma que a transformação tanto nas instituições, quanto nas relações de produção e consumo, ocorrerá por meio da própria transformação interior de cada um.

A Economia Solidária convoca seus atores para uma revolução ética, intelectual, cultural e moral, que consiste em que superem os modos competitivos, autoritários e egocêntricos de relacionar-se, por meio de uma prática sempre mais coerente de acolhimento do outro, cooperação e altruísmo. Sem novas mulheres e novos homens, não serão possíveis novas instituições e novas relações na sociedade e no planeta. (ARRUDA, 2005, p 39)

A superação do modo competitivo e individualista, de que Arruda (2005) nos fala, é condição para que os/as integrantes dos empreendimentos vivenciem os princípios da ES, entre eles o mais estrutural – a autogestão.

A disposição para superar os velhos padrões de comportamentos ensinados dentro do paradigma capitalista constitui um dos desafios que a autogestão encontra.

Estar aberto/a para experimentar o novo é condição para se pensar novas possibilidades e, assim, tomar decisões que poderão fortalecer a Economia Solidária. Na autogestão, ter essa abertura é importante, pois as decisões precisam ser tomadas e precisam ser discutidas e analisadas, e quem não se arrisca a pensar diferente, a acolher outra opinião, não conseguirá avançar.

Freire (1996, p. 35) apontava que “é próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico”.

Essa possibilidade de romper com o paradigma capitalista, que apregoa que

alguns detêm o poder por meritocracia e que a esses que sabem mais todos/as devem obediência, é uma possibilidade emancipadora da autogestão.

A autonomia que se constrói, no sentido de que cada um/a e todos/as possuem capacidades e habilidades, são fortalecedores da emancipação que nasce deste processo autogestionário.

A Economia Solidária tem um papel a desempenhar como uma proposta efetiva de outra forma de produzir, comercializar e consumir. Mas, para além disto, ela tem um papel fundamental na capacidade de superação do/a trabalhador/a. A ES, por meio da autogestão, é capaz de auxiliar na transformação do/a trabalhador/a que, de um ser obediente e dependente, tornar-se um ser emancipado, capaz de fazer suas próprias escolhas, de decidir sobre os rumos de seu trabalho e de sua história.

Autonomia para decidir o que é melhor para o coletivo do qual participa, é uma das prerrogativas da autogestão. No entanto, autogestão e trabalho coletivo são princípios almejados não somente na ES, mas também tiveram sua semente na Educação Popular.

O ideário de uma nova sociedade já estava presente no discurso e na prática de Paulo Freire, uma vez que desde a década de 1960, ele atuava de forma crítica e revolucionária no âmbito educacional, e já utilizava a metodologia que promovia a participação de todos/as nas rodas de conversa, no respeito à palavra do outro, na emancipação, na proposta de uma autogestão.

Freire (1987), com sua opção pelos oprimidos, pelos que ele chamava os “esfarrapados do mundo”<sup>23</sup>, acabou tornando-se um representante ativo da Educação Popular no Brasil.

Sobre a Educação Popular e a relação com Paulo Freire, Garcés (2006, p. 77) afirma que “relaciona-se com as contribuições que uma nova forma de educar (libertadora ou problematizadora, em sentido freireano) podia pôr em prática para favorecer o protagonismo histórico dos oprimidos [...]”.

Freire (1993, p. 101) tinha uma concepção própria sobre educação popular: “se constitui como um nadar contra a correnteza [...]”. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido de superação das injustiças sociais.

Assim, entendemos que a Economia Solidária e a educação popular estão

---

<sup>23</sup> “Aos esfarrapados do mundo e aos que nele se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam” (FREIRE, 1987, p. 23).

intrinsecamente ligadas. Como vimos na introdução, Singer (2002) já advertia sobre a necessidade de uma formação pedagógica para os/as integrantes dos empreendimentos da ES para que pudessem praticar a autogestão, vencendo os limites, as contradições, e avançando para a potencialidade dessa prática.

Quando, diante de um cenário opressor, trabalhadores/as se unem para transformar a realidade e, ao mesmo tempo, transformam-se, ocorre a emancipação que é um dos objetivos da Educação Popular. Aliás, educação ocupa um papel importante para a consolidação da autogestão.

A ausência de uma educação que subsidiasse os/as trabalhadores/as na luta contra a exploração do capitalismo já foi apontada por Nascimento (2008) quando relata sobre as lutas, greves e manifestações que ocorreram na Europa, América do Norte e Sul, no Século XIX e Século XX.

A maioria destes operários estava desprovida desta educação revolucionária de classe que foi adquirida durante a luta, na vida, na ação consciente. Na época, esta consciência de classe foi construída na luta contra o capitalismo, hoje, ela deve se formar na participação da construção do socialismo. Mas, como nossa burocracia reduziu esta participação à uma frase vazia, os operários não encontram em nenhum lugar, ações para formar essa consciência. (NASCIMENTO, 2008, p. 159)

Ao falarmos sobre educação, falamos em um sentido amplo que integra as questões de tecnologia ou, como Bazzo, Linsingen e Pereira (2003, p. 36) apontaram, a necessidade de uma alfabetização científico-tecnológica, no sentido de que fosse examinada tanto a influência das causas sociais, políticas e culturais na ciência e tecnologia, como os impactos destas na vida das pessoas e, conseqüentemente, na forma como lidam com estas tecnologias. “A alfabetização implica uma reflexão explícita acerca dos valores tecnológicos, a forma como eles são gerados e como circulam nos diferentes contextos da sociedade, assim como nas distintas práticas e saberes”.

Isso, portanto, exige a necessidade de que se possibilite aos/às trabalhadores/as espaços de discussão, debate, análise para que os próprios interessados/as decidam quais serão as melhores tecnologias capazes de atender suas necessidades, sendo esse um dos grandes desafios da autogestão.

Corroboramos com Bazzo, Linsingen e Pereira (2003) quando afirmam que a educação é uma das tecnologias de organização social, compreendendo que a

autogestão está fundamentada em uma concepção pedagógica sociocrítica<sup>24</sup> que, por considerar o homem um ser social e criador da realidade, propicia um tipo de organização não piramidal, hierarquizada, mas um sistema cooperativo, onde todos contribuem para a construção deste processo. Essa concepção pedagógica endossa a participação, autonomia e democratização. Ainda segundo Libâneo,

As abordagens sociocríticas convergem na concepção de educação como compreensão da realidade para transformá-la, visando a construção de novas relações sociais para superação de desigualdades sociais e econômicas. (LIBÂNEO, 2005, p. 13)

Porém, para a construção dessa autonomia e democracia, é preciso a preparação desse ambiente, pois Alonso (2002, p. 26) afirma que “só existe lugar para o trabalho coletivo quando o ambiente é democrático e as pessoas não se sentem pressionadas ou ameaçadas ao expor suas ideias”.

A concepção sociocrítica, que subsidia a Educação Popular, é a pedagogia capaz de promover a formação necessária para a economia solidária, uma vez que a referida concepção compreende o sistema organizacional como agregador, em que pese o caráter intencional de suas ações, desmistificando a pseudo neutralidade da ciência e tecnologia. Também deixa lugar destacado às interações sociais com reflexões sobre o contexto sociopolítico, privilegiando as formas democráticas de tomadas de decisões, pois elas precisam ser vivenciadas, uma vez que, no sistema capitalista, somos todos/as treinados/as, já nos bancos escolares, a obedecer às ordens, esperar que um superior demande e organize as atividades a serem realizadas, e, ao receber a ordem para executá-las, que façamos sozinho/a, o mais rápido possível.

Subjetivamente, somos todos/as treinados/as para obedecer a quem detém “o poder”, a acreditar que só merece recompensa quem produz mais e melhor, que só tem valor quem tem capacidade para consumir – é o apelo à cultura do individualismo e consumismo.

Na contramão deste tipo de cultura que privilegia o individualismo é que os princípios da ES que regem essa alternativa, ou outro modo de viver, produzir, comercializar e consumir, como dizia Singer (2002), são importantes constitutivos de

---

<sup>24</sup> Para saber mais sobre a concepção sociocrítica ler “As Teorias Pedagógicas Modernas Resignificadas pelo Debate Contemporâneo na Educação”, de Libâneo, 2005.



cidadania e, portanto, devem ser vivenciados.

Vencer a ideologia que constitui a educação a que muitos/as dos/as trabalhadores/as são submetidos/as, desde os primeiros anos de vida, exige um processo bem desenhado de formação.

Formação essa que acontece na constituição do próprio processo de autogestão, quando os/as trabalhadores/as assumem as reuniões do coletivo e realizam o processo da práxis pedagógica onde teoria-ação-reflexão se inter-relacionam.

Os/as trabalhadores/as que aceitam o desafio da autogestão são aqueles/as que aceitam o risco, que aceitam rever suas práticas, discutir suas ideias, refletir sobre os melhores caminhos a seguir, mas só depois de ouvir as opiniões e conceitos dos/as outros/as trabalhadores/as.

A alfabetização científico-tecnológica pautada nos princípios da participação, autonomia e democratização, fundamentos da Economia Solidária, pode, por meio da valorização do/a trabalhador/a, constituir a possibilidade de um projeto social mais igualitário.

Neste sentido que alfabetização científico-tecnológica e economia solidária são caminhos que precisam se intercruzar, pois levam aos mesmos propósitos, ou seja, à transformação da sociedade por meio de princípios democráticos, solidários e autogestionários. Como afirma Singer (2005, p. 9), “a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe uma nova prática social e um entendimento novo dessa prática. [...]”

Sendo assim, não se pode falar de luta dos/as trabalhadores/as sem falar da importância da educação revolucionária ou, aqui no Brasil, da Educação Popular que semeou a participação democrática ou cidadã.

Essa participação democrática, semeada pela Educação Popular, manifestou-se em boa medida nos espaços democráticos de participação como fóruns, plenárias, conferências que constituíram e constituem a organização da ES, como vimos na seção anterior. Porém, para que cada empreendimento da Economia Solidária continue avançando, faz-se necessário uma plataforma cognitiva que dê possibilidade para sua sustentabilidade.

## 2.5 TECNOLOGIA E INCLUSÃO SOCIAL: INCOMPATIBILIDADE OU POSSIBILIDADES

O aumento de artigos científicos e livros, que buscam soluções e estratégias indicando a necessidade da democratização de tecnologias é sinal da relevância, e mesmo urgência, de avançar e estabelecer mais fundamentos e estudos que subsidiem políticas públicas para ampliar e atender a necessidade da sociedade por tecnologias que permitam modos de vida digna a todos e todas.

Segundo Dagnino (2014a, p. 5), nos anos de 2004 e 2005, o estudo acerca deste tema reuniu instituições governamentais, não-governamentais, universidades e empresas estatais com o objetivo de unirem esforços para “construção de uma estratégia de desenvolvimento que teria como centralidade a inclusão social”. Sobre a capacidade de construir estratégias para incluir todos/as, Thomas (2009, p. 27) defende que deveria ser “uma forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável”.

Então, de acordo com a perspectiva de inclusão social apresentada por Dagnino (2014a) e Thomas (2009), difere da concepção adotada pelo sistema capitalista, a denominada tecnologia convencional. Sobre isso, Dagnino (2014b, p. 14) afirma que “ganha força a ideia de que é necessário, para reduzir a miséria, o desenvolvimento de uma tecnologia muito diferente daquela convencional”. Por tecnologia convencional, o autor apresenta as seguintes características:

- Segmentada: não permite controle do produtor direto;
- Maximiza a produtividade em relação à mão de obra ocupada;
- Alienante: não utiliza a potencialidade do produtor direto;
- Possui padrões orientados pelo mercado externo de alta renda;
- Hierarquizada: demanda a figura do chefe etc.;
- Monopolizada pelas grandes empresas dos países ricos. (DAGNINO, 2014b, p. 21)

Ainda segundo Dagnino (2014b, p 16), “o capital possui uma plataforma cognitiva de lançamento muito bem projetada e fabricada; por isto é que esse foguete

voa tão bem!”. Com isso o autor quer demonstrar por meio dos dados o porquê de a tecnologia convencional alcançar tanto êxito e o porquê da tecnologia social<sup>25</sup> carecer de mais investimento para que decole.

Dagnino afirma que

Para se ter uma ideia do que se gasta, no Brasil, com desenvolvimento de TS – a plataforma cognitiva de lançamento da ES – pode-se desagregar o orçamento de C&T nas quatro agendas políticas que atende: da comunidade científica, das empresas, do governo e dos movimentos sociais. (DAGNINO, 2014b, p. 16)

A Tabela 2 demonstra como eram distribuídos os recursos em Pesquisa e Desenvolvimento.

**Tabela 2** – Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento.

<b>Pesquisa e Desenvolvimento</b>			
Comunidade de pesquisa	Tecnologia Social	P&D na empresa	Programas de interesse do governo
21%	2%	40%	37%

**Fonte:** Dagnino, 2014b, p. 16.

Esta distribuição de investimentos privilegia a pesquisa e a tecnologia que está a serviço do capitalismo, já que 40% do orçamento se destinam para atender demandas de empresas. Trata-se de uma forma de sustentar o atual sistema de desigualdades e expropriação do/a trabalhador/a, uma vez que apenas 2% do orçamento público é destinado à Tecnologia Social. Nas palavras de Dagnino (2014b, p. 16), “o que mostra como nós, que defendemos a ‘dobradinha’ ES-TS, somos fracos; e como é necessário lutar para que este gasto aumente”.

Porém, se em 2014b Dagnino afirmava ser necessário mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a situação em 2019 só piorou, uma vez que apresenta uma diminuição significativa na política de investimento dessa área. O relatório do

<sup>25</sup> Dagnino utilizava o termo Tecnologia Social (TS). Porém, como outros atores sociais não ligados à economia solidária utilizavam também para designar práticas que não expressavam a concepção de tecnologia criada para atender demandas solidária, Dagnino (2019) criou o termo tecnociência solidária para diferenciar de outros conceitos de TS.

IPEA (2019) demonstra que o orçamento destinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) em 2005, era maior que em 2019:

Em termos reais, o orçamento previsto para o MCTIC na lei orçamentária, que alcançou quase R\$ 23 bilhões em 2015 chegou a menos de R\$ 14 bilhões (ou 0,42% do orçamento total) em 2019: uma queda real de 40% em quatro anos. Contudo, o ano de 2015 é um ponto extremo da série, no qual os gastos públicos estavam bastante elevados. Ainda assim, o orçamento do ministério em 2019 é inferior ao de 2005. (IPEA, 2019, p. 7)

Lembramos que, historicamente, ciência e tecnologia serviram aos interesses de grupos detentores do poder, e este contexto se mantém até hoje, onde interesses capitalistas se sobrepõem a interesses sociais e ambientais, e as consequências são sentidas pela população.

Habermas (1982, p. 12), em sua obra “Conhecimento e Interesse”, afirmou que não existe neutralidade científica. Isto posto, ciência e técnica transformaram-se em ideologia. “Todo conhecimento é posto em movimento por interesses que o orientam, dirigem, comandam-no”.

Dessa forma, entendemos que a ideologia da neutralidade científica está a serviço de quem detém o poder, interferindo de maneira importante na forma de produzir, comercializar e consumir na sociedade contemporânea, porém de maneira intensa no cotidiano do/a trabalhador/a.

Sobre o impacto que a tecnologia causou para os/as trabalhadores/as, Marini (1976), há décadas, já denunciava que a crescente inserção de máquinas e aumento da produtividade ocasionaria a depreciação do trabalhador, impactando na menor remuneração do mesmo. Diante dos impactos causados pela ciência e tecnologia na vida dos/as trabalhadores/as, é que se faz necessário discutir qual o tipo de Tecnologia que sustentará a ES.

Dagnino (2014b, p. 193-195) apresentou um estudo onde discutiu algumas características a respeito de Tecnologia Social. Apesar do autor adotar, a partir de 2019, o termo tecnociência solidária, e este, inclusive, ser mais adequado ao nosso trabalho, apresentamos uma retomada de três características da Tecnologia Social que fazem sentido para a economia solidária. São elas: (1) Conhecimento ancestral no sentido de valorizar o conhecimento que já faz parte da história da comunidade ou instituição atendida pelo projeto que privilegia a tecnologia social. (2) Balanço entre conhecimento tradicional e científico que sinaliza o equilíbrio entre os dois tipos de

conhecimentos, não pendendo, como geralmente ocorre, e de forma naturalizada, pela tecnologia convencional para o conhecimento científico. (3) Já a “dinâmica de aprendizado” é uma característica que reflete a práxis pedagógica como um ato dinâmico em que não existe apenas aquele que ensina, mas sim o que aprende e ensina.

Sobre o processo de aprendizagem, acreditamos ser algo que pode e deve ser explorado dentro da perspectiva autogestionária. Uma vez que o desejo de aprender e fazer a sua própria história pode ser um potencializador das práticas da autogestão.

Carvalho (1983, p 34), define autogestão como uma forma que “expressa o impulso cultural das massas que querem o controle dos processos de mudança histórica, em vez de delegar este controle para os ‘poucos educados’.”

Esse processo de aprendizagem é o que alguns coletivos de trabalhadores/as começam a desenvolver, de forma autogestionária, assumindo o processo de autoformação e decisão sobre seus próprios destinos.

Nascimento (2008, p. 5), afirma que "é agindo coletivamente que as massas aprendem a se autogerir". Podemos dizer que o processo pedagógico da autogestão se constrói na prática. Como afirma Nascimento (2008, p. 5): “É um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social”.

Porém, se a autogestão consiste na plena participação de todos/as os/as integrantes do empreendimento, determinando objetivos, escolhendo os meios para alcançá-los, e estabelecendo as regras do processo, cabe questionar de que forma essa participação pode ser alcançada, e qual o tipo de tecnologia que pode subsidiá-la. Sobre estes pontos, apresentamos, na próxima seção, algumas reflexões.

## 2.6 CONSTRUÇÃO DA TECNOCIÊNCIA SOLIDÁRIA

Dagnino define tecnociência solidária:

Tecnociência Solidária é a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo ganho material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário). (DAGNINO, 2019, p. 18)

A essa referência da Tecnociência solidária como construção coletiva advinda do processo cognitivo em relação ao trabalho e que o resultado pode ser apropriado segundo decisão do coletivo, entendemos se tratar de um processo de emancipação, em que o conhecimento advindo da ciência e tecnologia auxilia no processo de humanização. Sobre esta concepção, acrescentamos o pensamento de Freire, (1979a, p. 22) que afirmava que quando o “compromisso é [...] com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa.”

Portanto, se apropriar das formas e/ou recursos que a ciência e a tecnologia criam são opções políticas. Opções estas que não podem cair no vazio de paradigmas alienantes que servem para manipular e criar mais exclusão social. Este, portanto, é um papel importante da tecnociência solidária, servir como uma plataforma que traga, explícita, a opção política que a alimenta. Propiciar ferramentas que potencializem formas de participação é aderir a um projeto político de inclusão e solidariedade.

O caráter sociotécnico, se materializa por meio da construção coletiva das soluções dos problemas comunitários. Sendo assim, as pessoas que vivenciam o problema podem e devem ter as condições de participarem das ações para sua solução. Ou, nas palavras de Dagnino,

[...] a transformação social, a participação direta da população, o sentido de inclusão social, a melhoria das condições de vida, a sustentabilidade socioambiental e econômica, a inovação, a capacidade de atender necessidades sociais específicas, a organização e a sistematização da tecnologia, o diálogo entre diferentes saberes – acadêmicos e populares –, a acessibilidade e a apropriação das tecnologias, a difusão e a ação educativa, a construção da cidadania e de processos democráticos, entre outros, que são sustentados por valores de justiça social, democracia e direitos humanos. (DAGNINO, 2014a, p. 18).

Sobre o papel que a comunidade desempenha, e a complexidade que as ações coletivas exigem dentro da perspectiva da autogestão, Coraggio nos fala sobre a importância do coletivo para transformar a sociedade:

*Deberá entonces emerger de los avances de la lucha democrática por un desarrollo incluyente, reflexivo y reasegurador de las propias capacidades locales de adaptación a circunstancias adversas y cambiantes por acción de actores económicos y políticos de gran poder. Esas capacidades incluyen principalmente la capacidad de actuar colectivamente de manera sostenida para transformar el mundo inmediatamente circundante (la familia, el barrio,*

*la comunidad, el gobierno local) y, por extensión y necesidad, articularse horizontalmente para comenzar a revertir la fragmentación de la sociedad y la pérdida de soberanía del Estado nacional. (CORAGGIO, 2011, p. 85)*

Segundo Coraggio (2011, p. 55), o momento histórico que vivemos exige repensar a comunidade local/ nacional e internacional, pois, segundo ele, *“las nuevas tecnologías pueden ser vistas como un recurso fundamental para desarrollar un sistema alternativo de autogobierno, de gestión de las necesidades y de integración por el trabajo social.”*

Corroboramos com Coraggio (2011, p. 108) no sentido de que se as novas tecnologias podem ser vistas como recursos fundamentais para se desenvolver um sistema alternativo de governo, também podem levar às diversas estruturas sociais em que prevaleçam a igualdade ou desigualdade, e, nas palavras desse autor: *“más o menos democráticas, más o menos igualitarias, más o menos integradas.”*

Posto isso, consideramos que a Economia Solidária necessita de uma tecnologia como suporte para garantir seu desenvolvimento, para que não caia na armadilha apontada por Coraggio (2011) do “mais ou menos”. Tecnologia esta que abarque uma concepção crítica, que dê suporte no sentido de possibilitar o acesso à ferramentas que auxiliem o desenvolvimento humano dos/as trabalhadores/as. Para tanto, a educação popular, com sua pedagogia problematizadora e libertária, que promove a emancipação, pode auxiliar no entendimento de quê tecnologia é esta da qual falamos.

A plataforma cognitiva construída pela tecnociência solidária, tem ressonância com os princípios democráticos, com a criticidade que a educação popular propõe, uma vez que promove a autogestão e potencializa suas ações.

Compreendemos que a opção política de tecnologia escolhida pela Economia Solidária deve privilegiar:

[...] o diálogo se faz exigência existencial, pois é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado. (FREIRE, 1987, p. 45).

Somente assim será integradora, plena, capaz de promover a transformação primeiramente na própria subjetividade do/a trabalhador/a que, a partir do processo autogestionário, começa a se perceber, sentir de forma diferente: mais atuante, participativo/a, solidário/a e integrado/a ao processo constitutivo da cidadania.

Uma vez que os/as trabalhadores/as integrantes de um empreendimento econômico solidário praticam um modelo de tecnociência solidária na busca por soluções para seus problemas, e, de forma democrática, debatem, discutem, e, em consequência disso, entram em conflito, exercem a autogestão, e para tanto encontram na tecnociência solidária seu suporte.

Porém, é fundamental, para que ocorra o processo autogestionário, que haja a promoção da participação igualitária dos/as trabalhadores/as. Participação essa que dependerá da capacidade do coletivo de gerar soluções e estratégias para resolver suas necessidades.

Ao utilizar conceitos atuais: valorização de saberes multivariados, respeitando as diferenças locais e se apropriando das ferramentas tecnológicas como forma de inclusão dos/as cidadãos/ãs, Thomas (2009) propõe uma tecnologia realmente com viés social. A ideia de tecnologia como estratégia de democratização, é auto-emancipatória, com a proposta de promover a cidadania sociotécnica, porque permite a trabalhadoras e trabalhadores se apropriarem de informações e espaços públicos de forma democrática. Essa ação, efetivada de forma sistêmica, pode promover a transformação social, a inclusão e a democratização. Segundo Frigotto,

A direção é de luta contra-hegemônica para desenvolver relações sociais de tipo original, em que a ciência, a técnica e a tecnologia assumam, também, a marca original, possibilitando ampliar tempo efetivamente livre para que os seres humanos possam desenvolver suas dimensões propriamente humanas (FRIGOTTO, 2005, p. 254)

A renegociação das relações entre ciência e tecnologia, pautada principalmente pelos princípios da “participação popular”, “ciência para o povo”, só terá o alcance esperado se houver a capacitação ou a formação para que os/as cidadãos/ãs possam compreender e atuar de forma efetiva e democrática nas instâncias correlacionadas. Essa renegociação a que nos referimos é aquela sobre a qual Thomas (2009, p. 77) analisa “não como uma forma de minimizar os efeitos da exclusão dos pobres, mas como uma forma de viabilizar a inclusão de todos em um futuro possível.”

Dagnino (2019, p. 24) aponta o caminho a ser percorrido na direção de gerar conhecimento capaz de prover as necessidades materiais da maioria das pessoas: “a retomada do seu projeto de desenvolvimento exigirá uma política cognitiva muito distinta da que vem sendo implementada pela coalizão política que governa o país.”



Sobre essa política cognitiva que o autor se refere é que se construirá as bases para que os empreendimentos solidários obtenham a sustentabilidade. Como o próprio Dagnino (2019, p. 62) afirma, “decorre da intenção de, mediante a conscientização, mobilização, participação e empoderamento dos movimentos populares e por meio da ação do Estado, gerar um conhecimento [...]” Conhecimento este que está diretamente ligado ao processo de emancipação do/a trabalhador/a que se reconhece como sujeito participante e atuante, capaz de decidir e escolher as melhores opções para seu trabalho.

Para que a tecnociência solidária se consolide, é necessário que se criem condições para o progresso ético e epistemológico, que considere a solidariedade e a autogestão como princípios de um novo paradigma técnico científico.

Na perspectiva de que é por meio do aprofundamento sobre a tecnociência solidária, com criação de políticas públicas que possibilitem alfabetização científico-tecnológica, é que promoverá a superação do modelo tecnocrata, hegemônico e excludente. Concluímos que esta concepção corrobora com as reflexões apresentadas desde a centralidade do trabalho à descartabilidade do/a trabalhador/a, a questão da desigualdade social e a importância dos espaços democráticos de participação para a consolidação dos princípios da Economia Solidária e Autogestão, as discussões sobre a tecnologia e inclusão social: incompatibilidade ou possibilidades e, finalmente, encerramos com a construção da tecnociência solidária.

Apresentamos, no próximo capítulo, os aspectos metodológicos da pesquisa.

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo consta mais detalhadamente a opção metodológica da pesquisa, bem como os procedimentos e fontes dos dados utilizados para alcançar o objetivo de se compreender os limites, as contradições e as possibilidades do processo autogestionário nas reuniões ordinárias dos/as trabalhadores/as da Feira Permanente de Economia Popular Solidária.

#### 3.1 ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Essa capacidade de começar sempre, de fazer, de reconstruir, de não se entregar, de recusar burocratizar-se mentalmente, de entender e de viver a vida como processo, como vir-a-ser, é algo que sempre me acompanhou ao longo dos anos. (FREIRE; FAUNDEZ, 1985, p 103)

Iniciamos com as palavras de Freire e Faundez (1985, p. 103) no intuito de apresentar a escolha metodológica que reflete a capacidade de “começar sempre, reconstruir, de não se entregar”, pois esta característica reflete com fidedignidade a concepção de mundo que permeia esta pesquisa. A vida como processo, como possibilidade, ou melhor, como potencialidade. Portanto, para compreendermos os limites, as contradições e as possibilidades do processo autogestionário, vivenciado durante as reuniões ordinárias dos/as trabalhadores/as da Feira Permanente de Economia Popular Solidária, optamos pelas estratégias e procedimentos metodológicos: que serão apresentados na sequência.

##### 3.1.1 Pesquisa qualitativa

A escolha da abordagem qualitativa se deve pela nossa compreensão de que esta pesquisa prioriza o contato com subjetividades, com a realidade das pessoas, tem a ver com contradições e superações. Como afirma Flick (2009, p. 24), “os campos de estudo não são situações artificiais criadas em laboratório, mas sim práticas e interações dos sujeitos na vida cotidiana.” São essas práticas, as formas como os/as trabalhadores/as se organizam e lidam com seus desafios na FPEPS, que nos atraiu enquanto pesquisadores. Neste sentido, corroboramos com Prodanov e Freitas (2013, p. 70), quando afirmam que a pesquisa qualitativa é “uma relação

dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.”

Na mesma linha de raciocínio – de que a abordagem qualitativa expressa muito mais do que números, pois desvenda também significados –, Gonzáles Rey (2005, p. 69) afirma que, na pesquisa qualitativa, “[...] o essencial é a produção de pensamento, e não o conjunto de dados sobre os quais se buscam significados de forma despersonalizada na estatística.”

Neste ponto, porém, é importante esclarecer que os dados numéricos apresentados na análise de dados foram necessários, pois, conforme Bardin (2011, p. 146), “[...] a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação.” Ao extrairmos significados em relação ao número de trabalhadores/as participantes das reuniões ou dados quantitativos de atividades como, por exemplo, a redação das atas, desvelam-se as situações subliminares ao processo autogestionário que ora investigamos.

### **3.1.2 Pesquisa participante**

A escolha metodológica pela pesquisa participante indica nossa opção pelo diálogo e interação que permeia a construção deste estudo. Segundo Thiollent (1999, p. 83), a pesquisa participante nos possibilita “observar fatos, situações e comportamentos que não ocorreriam ou que seriam alterados na presença de estranhos”. Neste sentido, a análise de dados, portanto, pode ser enriquecida com a utilização dessa metodologia, a qual, segundo González Rey (2005, p. 34), se configura na perspectiva de que a “aceitação da natureza interativa do conhecimento é a aceitação dos momentos informais que surgem durante a comunicação, como produtores de informação relevante para a produção teórica.”

A fim de atender ao objetivo de compreender como ocorre o processo autogestionário nas reuniões da Feira Permanente de Economia Popular Solidária<sup>26</sup>, os seus limites, as suas contradições, e também as suas possibilidades, optamos pelo estudo de caso. Segundo Yin (2015, p. 2), este tipo de estudo é o mais adequado quando a pergunta da pesquisa foca em compreender como um fenômeno ocorre e

---

<sup>26</sup> Associação de empreendimentos de trabalhadores/as que produzem, comercializam e consomem produtos de forma artesanal, e estão vinculados/as a Economia Solidária.

por que ocorre; ainda, segundo o autor, o estudo de caso nos permite “considerar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”.

### 3.1.3 Tipologia dos Dados e Técnicas de Coleta

A pesquisa qualitativa tem como uma de suas características “usar múltiplas fontes de evidência” conforme Yin aponta:

[...] i) estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real; ii) representar as opiniões e perspectivas das pessoas (rotuladas como participantes) de um estudo; iii) abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem; iv) contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e v) esforçar-se por usar *múltiplas* fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte. (YIN, 2015, p. 7)

Para Chizzotti (2006, p. 18), são “[...] os objetivos e fins da pesquisa que determinam quais e que tipos de informações documentais convêm reunir.” Sendo assim, o *corpus* desta pesquisa se constitui bibliográfico, documental e de campo. Na pesquisa bibliográfica, foram aprofundados os estudos científicos sobre as seguintes temáticas: o trabalho; a desigualdade social; os espaços democráticos de participação; os princípios da Economia Solidária e Autogestão; a tecnologia e inclusão social: incompatibilidade ou possibilidades; a construção da Tecnociência solidária. Sobre a pesquisa documental foram analisadas 19 atas das reuniões mensais ordinárias da FPEPS, que ocorreram entre 09/02/2018 a 11/11/2019.

A pesquisa de campo se constituiu de observações assistemáticas com anotações em diário de campo, realizadas durante as visitas à feira na condição de pesquisadora. Estas se efetivaram no período de dezembro de 2018 a dezembro de 2019 e do acompanhamento de algumas das reuniões ordinárias<sup>27</sup>, no período entre novembro de 2018 a novembro de 2019.

---

<sup>27</sup> Para acompanhar as reuniões ordinárias da FPEPS, solicitei autorização ao coletivo. Para tanto, fui convidada a participar da reunião ordinária de 12/11/2018 e apresentar para o coletivo de trabalhadores/as a minha proposta de pesquisa de mestrado. Na mesma reunião decidiram aprovar minha participação por unanimidade.

### 3.1.3.1 Plano de coleta de dados e operacionalização da pesquisa

Para González Rey (2005, p. 76), as etapas de coleta e análise<sup>28</sup> “se interpenetram, o que, por sua vez, gera a necessidade de buscar mais informações e a de usar novos instrumentos. A linha condutora que une ambos os momentos é a produção teórica do pesquisador.” Durante esta pesquisa, ocorreu o que González Rey apontou sobre “necessidade de buscar mais informações”, uma vez que, após o acompanhamento das visitas e das reuniões, percebemos que era importante acrescentar as atas das reuniões ordinárias da FPEPS como instrumento da análise. Vale destacar que, antes da análise das atas, tínhamos como *corpus* da pesquisa:

- visitas à FPEPS; e
- acompanhamento nas reuniões ordinárias da FPEPS.

Para fins de organização destas informações, demonstramos na Tabela 3 as datas e ações realizadas:

**Tabela 3** – Datas das visitas e dos acompanhamentos nas reuniões ordinárias em 2018 e 2019 na FPEPS

<b>Ações</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
Visitas à FPEPS	21/11; 05/12, 12/12, 19/12	20/02; 23/03; 19/6; 21/09; 20/11; 11/12
Reuniões ordinárias	12/11	11/03; 09/09; 14/10; 11/11

**Fonte:** Anotações do nosso Diário de Bordo (2020)

A diferenciação entre as visitas e o acompanhamento das reuniões ordinárias da FPEPS fez-se importante porque foram momentos de interação e observação distintos. Sendo assim, nas visitas à Feira, a participação concreta e ativa foi maior, considerando-se a presença como pesquisadora, pois nos envolvemos nas tarefas, auxiliando na montagem e desmontagem das barracas, na organização dos produtos e participação ativa das reuniões informais e das rodas de conversa.

<sup>28</sup> Por intermédio da disciplina de Economia Solidária despertei para o entendimento das possibilidades sociais e emancipatórias que a mesma apresenta. Em meados de 2018, iniciei a participação em cursos e palestras sobre o tema da ES e, nesses ambientes, encontrei com trabalhadores/as da FPEPS, o que motivou meu interesse em compreender como tais trabalhadores/as se organizavam.

Neste ponto, é importante relatar o processo delicado que se estabelece no momento em que se opta pela pesquisa participante, uma vez que o papel de pesquisadora e participante se misturam. A figura da pesquisadora distante, neutra, apenas observadora, não tem lugar na pesquisa participante. Porém também não podemos negar que, apesar da proximidade e do vínculo criado com os/as trabalhadores/as da FPEPS, a pesquisadora não é uma trabalhadora da feira, não exerce as mesmas atividades que todos/as os/as outros/as, não advém da mesma realidade e não enfrenta as mesmas dificuldades. Essa linha tênue que separa a postura de pesquisadora, que tem uma intencionalidade, da pessoa que interage, e cria vínculos subjetivos de solidariedade e afetividade, precisa, a todo momento, ser fundamentada pela razão ética da pesquisa, no sentido de não interferir no cotidiano, não impor ideias e conceitos, mas também de experimentar junto aos/as trabalhadores/as suas dificuldades, dores, alegrias e vitórias para assim, de forma coerente, transmutar as experiências em saberes.

No período de observação participante, compreendido entre 2018 e 2019, foram realizadas 10 visitas à FPEPS, sendo quatro em 2018 e seis em 2019. Tais acompanhamentos aconteceram nas quartas-feiras, num total de oito (08) visitas, e nos sábados, totalizando duas (02) visitas em horários que variaram das 7h30min às 16h. Isso totalizou 54 horas de observação participante.

Importante registrar que, das dez (10) visitas realizadas, por nove dias a observação se estendeu até o horário do almoço. Todavia, mesmo depois de concluída a ação como pesquisadora, nos momentos, enquanto compartilhávamos a mesa onde realizávamos as refeições, a interação se realizava de forma mais marcante e espontânea, as conversas giravam além das questões peculiares da feira. Falávamos sobre assuntos corriqueiros sobre nossas vidas, desafios vividos ou a serem enfrentados, sonhos e expectativas, uma vez que, como pesquisadora, estava integrada ao coletivo.

A observação participante também ocorreu em seis reuniões ordinárias, sendo uma (01) em novembro de 2018 e cinco (05) em 2019 nos meses de março, agosto, setembro, outubro e novembro. O menor número de participação das reuniões

presenciais se deveu à incompatibilidade entre meu horário de trabalho<sup>29</sup> e o horário daquelas reuniões, as quais ocorriam sempre nas primeiras segundas-feiras de cada mês, no período da tarde. Neste sentido, percebemos a necessidade de também considerarmos a análise das atas de dezenove (19) reuniões mensais ordinárias, referentes ao período compreendido entre fevereiro de 2018 e novembro de 2019.

É necessário esclarecer que comecei a participar das reuniões ordinárias e das rotinas da FPEPS a partir da autorização concedida pelos/as trabalhadores/as que participam das reuniões e representam os empreendimentos da ES. Esta autorização ocorreu no dia 12/11/2018, última reunião do ano de 2018.

Quanto ao acompanhamento das reuniões ordinárias em 2019, devido à incompatibilidade entre os horários de trabalho e a realização das reuniões, e também devido a uma situação circunstancial, a de afastamento médico das atividades laborais, não foi possível participar de todas as reuniões ordinárias da FPEPS.

A despeito desses pequenos entraves, a interação com os/as trabalhadores/as no local da FPEPS foi marcada pelo diálogo sustentado pela ética de respeito ao coletivo dos/as trabalhadores/as sem que, em nenhum momento, assumíssemos o “lugar de fala”<sup>30</sup> de quem vivencia a realidade. O objetivo era ouvirmos e aprendermos para que extraíssemos dali os conhecimentos que poderiam melhor evidenciar, representativamente, o coletivo pesquisado.

As visitas e o acompanhamento das rotinas da FPEPS nos oportunizaram a compreensão da dinâmica de relacionamento e as formas de autogestão espontâneas que ocorreram por força das necessidades do trabalho na prática da organização da feira, nas situações que exigiam mediação para a resolução de conflitos e outras mais que surgem no dia a dia do trabalho coletivo.

---

<sup>29</sup>Na introdução desta pesquisa consta o relato de que a mesma constitui a realização de um sonho, e para realizá-lo como pesquisadora necessitei adaptar a carga horária de meu trabalho. Trabalhando 40 horas, solicitei licença para os estudos, porém foi negada. Então, entrei com pedido de licença sem vencimentos de 20 horas correspondente a um dos padrões que tenho concurso, pois esta era a única forma de conciliar o trabalho e os estudos. Porém, necessitei retornar com minha carga horária completa em 2019. Portanto, a participação nas reuniões e mesmo na Feira ficou mais comprometida, por este motivo não consegui acompanhar todas as reuniões ordinárias da Feira.

<sup>30</sup> Usei a expressão “lugar de fala” no sentido expresso pelo conceito de Renan Quinalha (2017). O conhecimento prático, baseado na experiência diretamente vivida daquela opressão, ganha destaque e se torna fundamental para discutir qualquer possibilidade de transformação da realidade. Uma teoria crítica não é mais apenas “sobre” os oprimidos, mas é aquela “feita sobretudo pelos” oprimidos. A meu ver, essa é a maior contribuição desse conceito para uma política das identidades: os grupos oprimidos têm participação ativa e protagonismo nas formas de saber e poder sobre sua própria condição, rompendo com os regimes de invisibilidade e silenciamento impostos sobre esses segmentos vulnerabilizados.

### 3.1.3.2 Feira Permanente de Economia Popular Solidária

A Feira Permanente de Economia Popular Solidária reúne, aproximadamente, oito<sup>31</sup> empreendimentos, os quais podem variar no número de integrantes – de três a oito trabalhadores/as. Durante o período desta pesquisa, os empreendimentos que faziam parte da FPEPS se constituíam das seguintes características, descritas na Tabela 4:

**Tabela 4** – Constituição dos empreendimentos econômicos solidários da FPEPS (2018/2019).

<b>Nome fantasia</b>	<b>Produto comercializado</b>	<b>Artesãs</b>	<b>Artesões</b>	<b>Faixa etária</b>
1 FPEPS	Artesanato	5	0	25 a 65 anos
2 FPEPS	Artesanato	6	0	25 a 50 anos
3 FPEPS	Artesanato	6	0	40 a 62 anos
4 FPEPS	Artesanato	5	0	25 a 73 anos
5 FPEPS	Artesanato	5	0	20 a 40 anos
6 FPEPS	Artesanato/alimentação	6	1	35 a 70 anos
7 FPEPS	Alimentos orgânicos	3	4	25 a 50 anos
8 FPEPS	Artesanato/plantas ornamentais	3	2	18 a 38 anos

**Fonte:** Informações concedidas pela presidenta da Associação da FPEPS 2018-2019.

De acordo com a Tabela 4 a FPEPS é composta, em sua maioria, por mulheres (artesãs), cuja faixa etária média está em torno de 60 anos. Já os EES onde aparecem trabalhadores/as mais jovens, constituem-se em exceção, segundo informações fornecidas pela Presidenta da Associação da FPEPS.

Desde 2015, a FPEPS está localizada na Avenida República Argentina, ao lado do Museu Municipal de Arte, o MuMA, a apenas alguns metros de um importante terminal de ônibus de Curitiba, o terminal do Portão, por onde circulam diariamente milhares de pessoas, dado que atrai um público maior para o comércio dos produtos da Feira. Porém, nem sempre foi dessa forma, e é sobre o início da FPEPS que abordaremos em sequência, sintetizadamente.

<sup>31</sup> Este número de empreendimentos pode variar de um mês para outro, uma vez que novos empreendimentos podem ser integrados à Feira, caso sejam aceitos na reunião ordinária da FPEPS, como outros podem solicitar saída.



### 3.1.3.3 *Breve histórico da FPEPS*

Temos que saber o que fomos e o que somos, para saber o que seremos. (FREIRE, 1979a, p.33).

A FPEPS teve início no ano de 2010 no Bairro Novo B, apoiada pela Igreja Católica Paróquia Profeta Elias, a qual cedeu o seu estacionamento para realização da Feira, assim como disponibilizou o uso dos banheiros e da cozinha para os trabalhadores/as e o salão paroquial para eventuais reuniões ou formações. A Feira se realizava uma vez por mês, sempre no segundo sábado, e possuía 20 barracas, aproximadamente. Os coletivos produziam artesanato e alimentação.

Segundo Beatriz e colaboradores,

A Feira Permanente de Economia Solidária teve como agente propulsor um projeto e outras parcerias. Dessa forma, foi possível adquirir 30 barracas e arcar com despesas de divulgação, de assessorias, além de lastrear a moeda social. A Feira teve como objetivo ser um espaço de encontro e de articulação entre produtores e consumidores solidários. Nela, grupos de economia solidária de Curitiba e Região Metropolitana expuseram e comercializaram seus produtos. Também aconteceram formações sobre variados temas sempre envolvendo a economia solidária, durante o ano de 2011. A proposta da feira foi a de ser construída coletivamente, sob forma de mutirão. Várias pessoas da comunidade e dos empreendimentos da economia solidária se reuniram para planejá-la, organizá-la e avaliá-la mensalmente (BEATRIZ et al., 2016, p. 200-201).

Em 2014, o coletivo da Feira decidiu ampliá-la e passou a realizar também uma feira, sempre no terceiro sábado do mês, na Paróquia São José das Famílias, no Bairro Sítio Cercado. Essa experiência durou pouco mais de um ano, já que não houve adesão de muitos artesãos e artesãs.

A pouca procura dos consumidores, nestas duas experiências, muitos por serem de baixa renda, somada ao fato de o artesanato não ser prioridade para essas famílias, ocasionou desânimo nos/as trabalhadores/as da Feira, pois as vendas chegavam a, no máximo, R\$ 250,00 para todos os empreendimentos. Mediante isso, decidiram procurar a Secretaria Municipal de Turismo para solicitarem o uso de um espaço público em Curitiba, como por exemplo, a Praça Santos Andrades, o que não foi autorizado.

Em julho de 2015, então, passaram a ocupar o espaço ao lado do MuMA, no Bairro do Portão, fazendo uma experiência com apenas duas barracas, num sábado

de inverno em Curitiba. Perceberam que houve interesse e procura dos consumidores. Em outro sábado, decidiram colocar mais barracas, sendo um passo importante porque a renda dos consumidores desta região é mais alta e com maior circulação de pessoas, já que se situa ao lado de um terminal de ônibus. Compreenderam também que os consumidores eram mais exigentes e, por este motivo, produziram artesanatos mais elaborados. As vendas passaram de R\$250,00 para a média de R\$600,00 a R\$1.000,00 por sábado, muito diferente e acima das outras duas experiências. Inicialmente, a Feira acontecia somente aos sábados, no horário das 9h às 18h. A partir de 2014, a Feira passou a acontecer em dois sábados por mês e, em 2015, começa a acontecer também nas quartas-feiras, no mesmo horário de funcionamento aos sábados. Ou seja, de uma vez ao mês, no início da FPEPS em 2010, a Feira passou a acontecer oito vezes por mês a partir de 2015.

Em 2019, as trabalhadoras e os trabalhadores receberam da Prefeitura Municipal de Curitiba o documento “Autorização para uso de Logradouros Públicos”, que lhes ampliou a possibilidade de a Feira acontecer de quarta-feira a sábado, na calçada em frente ao MuMA. Para conseguir a autorização da Prefeitura, foi criada uma associação que é a Associação<sup>32</sup> da FPEPS.

Os produtos vendidos são produzidos pelos/as próprios/as trabalhadores/as em seus EES e, além da geração de trabalho e renda, o objetivo da FPEPS é a oferta de produtos de qualidade a um preço justo, fortalecendo, ainda, a prática da economia solidária, da produção cooperada, do consumo solidário e da autogestão.

A organização da FPEPS é realizada pelos/as trabalhadores/as sendo que no mínimo um dos integrantes deve participar da Feira na quarta-feira ou no sábado. Essa participação inclui desde a montagem das barracas, que ficam armazenadas em uma carretinha no estacionamento ao lado do MuMA, até a disposição dos produtos e sua comercialização.

A Feira inicia o atendimento ao público a partir das 9h, mas, para isto acontecer, todos/as trabalhadores/as devem chegar por volta das 7h30min. O trabalho realizado nessa organização é autogestionado, havendo, portanto, a premissa de que todos/as

---

<sup>32</sup> Desde 2017 os/as trabalhadores/as fazem reuniões com apoio da TECSOL que trata-se de uma Incubadora de Tecnologia Solidária associada à Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares para a constituição da associação. E, em 04/04/2018, foi criado o CNPJ da Associação da Feira Permanente de Economia Popular Solidária. Este foi um passo importante para a Feira, porém não é obrigatório que todos/as trabalhadores/as se associem para participarem dos empreendimentos da economia solidária da FPEPS.

devem colaborar e, assim, carregarem as lonas, ferros e a estrutura necessária. Porém, isso se torna um desafio, pois a Feira é constituída por mulheres (90% nas quartas e 80% nos sábados), e elas, majoritariamente, estão acima de 40 anos, e há algumas idosas com problemas de saúde, o que exige que seja praticada muito mais a cooperação e a solidariedade, pois o processo de montagem da Feira é trabalhoso, exigindo força e destreza física.

#### 3.1.3.4 *Reuniões ordinárias da FPEPS*

As reuniões ordinárias da FPEPS ocorrem uma vez por mês, geralmente na segunda segunda-feira do mês, iniciando-se às 13h30min, com encerramento por volta das 16h. Quando necessário, são realizadas reuniões extraordinárias, sendo que o local da reunião também é definido pelo coletivo. No período de acompanhamento desta pesquisa, compreendido entre 19 de fevereiro de 2018 a 11 de novembro de 2019, as reuniões ordinárias ocorreram na sala da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba<sup>33</sup> UTFPR.

A TECSOL apoia as reuniões da FPEPS e desenvolve ações para fortalecer os princípios da Economia Solidária, a saber: a cooperação, a solidariedade, a autogestão e a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários. Seus representantes: um(a) professor(a) da UTFPR, e bolsistas de extensão (em torno de dois ou três), também da UTFPR, atuam dando suporte técnico ou, como Dagnino (2014b) se refere, oferecendo uma “plataforma cognitiva”, e, neste sentido, exercem a função pedagógica de mediadores/as do conhecimento.

As reuniões da FPEPS não têm um padrão rígido de participantes, uma vez que cada empreendimento deve enviar pelo menos um representante para este evento. Porém, há vezes em que mais de uma pessoa de cada empreendimento se fazem presentes. Por sua vez, representantes das entidades de apoio não são presença fixa, sendo que, em algumas reuniões, podem participar dois, três ou nenhum, e o mesmo se configura com relação a voluntários/as ou visitantes, que podem participar de uma ou outra reunião. Pode-se dizer que comumente as reuniões

---

<sup>33</sup> É um programa de extensão denominado de TECSOL – Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Curitiba, e é vinculado ao Departamento Acadêmico de Estudos Sociais (DAESO) e ao Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da mesma Universidade.

têm a seguinte constituição de participantes:

- Trabalhadores/as da Feira: em torno de oito ou nove, dependendo do número de empreendimentos integrados a FPEPS;
- Representantes da TECSOL: uma professora, três bolsistas de extensão;
- Voluntários, pesquisadores/as, visitantes (desde que seja aprovada pela FPEPS).

### 3.1.3.5 *Atas das reuniões e anotações em diário de campo*

As atas foram registradas em livro próprio para tal fim, e escritas à mão. A única ata digitada foi a do dia 19 de fevereiro de 2018 e foi anexada ao livro ata das reuniões da FPEPS. Neste livro não consta a assinatura dos/das presentes ao final de cada reunião, conforme se prescreva na formalização desse tipo de documento. Outro dado é que alguns/as secretários/as assinam a ata, e outros/as não, dificultando a identificação de quem a relatou. Como forma de controle das presenças, foi criado um outro livro onde estão concentradas as listagens de assinaturas dos presentes em cada reunião. As reuniões ordinárias da FPEPS ocorrem de fevereiro a novembro, uma vez por mês, mas, no decorrer do período analisado (2018-2019), no mês de abril de 2018 não houve reunião.

## 3.2 TRATAMENTO DOS DADOS

Para Bardin (2011, p. 50) “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A lingüística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades por meio das mensagens”. É neste sentido de busca, de compreensão, que vai além do que está explícito, que utilizamos este método para analisar os dados desta pesquisa. Desvendarmos o que ficou oculto, o que passou despercebido, é uma tarefa complexa e minuciosa, porém é nestas minúcias que pode ser encontrado um elo que contribua para o enriquecimento do coletivo que está sendo pesquisado.

Portanto, corroboramos com Chizzotti (2006, p. 98) quando afirma: “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.” E, para atingir este objetivo, elegemos como categorias: Participação; Limites; Contradições e

Possibilidades do processo autogestionário da FPEPS.

Nesto ponto, é importante explicitarmos que participação não é sinônimo de autogestão, porém, sem a participação a autogestão não ocorre. Mészáros (2004, p. 52) conceitua participação como uma ação que reverte em benefício do coletivo, o que “significa o exercício criativo em benefício de todos, dos poderes de tomada de decisão adquiridos, trazendo à tona os ricos recursos humanos dos indivíduos, reunidos a um ponto jamais sonhado nas formas anteriores de sociedade.”

Eleita a categoria participação, faz-se necessário explicitar o motivo de elencarmos as categorias: Limites, Contradições e Possibilidades. Para tanto, faremos uma breve retrospectiva, pois quando demos início à pesquisa, a motivação era compreender como ocorre o processo de autogestão nos empreendimentos de ES. Sabíamos de antemão que o estudo de caso nos daria melhores condições de entender o processo de autogestão, e que a observação participante subsidiaria a coleta e posterior análise de dados. Após as primeiras observações e participações nas reuniões ordinárias, e no cotidiano da FPEPS, fomos construindo o entendimento de que o processo autogestionário apresentava limites, contradições e possibilidades e que estes ocorriam na práxis. Singer (2003, s/p.) também acredita que “[...] é na ação também que ele vai se transformando. Cada conquista é ao mesmo tempo uma lição e conseqüentemente uma contribuição para o enriquecimento e a transformação do que nós entendemos por economia solidária.” Portanto, a partir do entendimento de que limites, contradições e possibilidades fazem parte de um processo autogestionário que ocorre na interação e no cotidiano dos/as trabalhadores/as da FPEPS, é que nós decidimos pela análise destas categorias.

Quanto à categoria Limites, trabalhamos de acordo com a perspectiva freiriana de que situações limites podem e devem ser transpostas por meio do exercício coletivo da práxis. Lembramos, que, segundo Freire (1987), limites são dimensões concretas e históricas de uma dada realidade, ou seja, são situações desafiadoras que necessitam de respostas e ações humanas capazes de superá-las.

Sobre Contradição, adotamos a concepção do materialismo dialético que apresenta a contradição como um fenômeno que faz parte do processo humano, segundo Mao Tsetung.

Segundo o ponto de vista do materialismo dialéctico, a contradição existe em todos os processos dos fenómenos objectivos, bem como no pensamento subjectivo, e penetra todos os processos, desde o início até ao fim; é nisso que reside a universalidade e o carácter absoluto da contradição. (TSETUNG, 1975, s/p)

Sendo a contradição inerente ao processo humano e de suas relações, compreendemos a importância de desvelarmos como este processo se dá nas reuniões ordinárias da FPEPS.

Ao falarmos sobre Possibilidades, nos apoiamos nos conceitos de Freire (2006) e Singer (2002, 2005), que sonharam e apontaram os caminhos para a construção de uma outra sociedade, mais justa, igualitária. A possibilidade de que as pessoas podem e devem se emancipar, evoluir, ultrapassar os limites e contradições, e, juntos/as, unidos/as em prol de um objetivo maior, conquistar espaços democráticos e saudáveis, em que o desenvolvimento humano, como pregava Singer (2002), tenha mais importância do que o ganho material.

### 3.3 LIMITES DA PESQUISA

Os limites desta pesquisa se evidenciam pela escassa disponibilidade de tempo da pesquisadora para participar do cotidiano das feiras e das reuniões, e a dificuldade, no que tange à análise documental, mais especificamente ao conteúdo das Atas das reuniões ordinárias, quanto à incompletude de algumas informações.

Com relação à análise documental, Flick nos apresenta a observação de que uma das limitações que podem surgir

[...] dizem respeito a dificuldades para a compreensão do conteúdo dos documentos – o pesquisador não consegue decifrar as palavras, as abreviaturas, os códigos ou as referências usadas por serem difíceis de ler (por exemplo, documentos escritos à mão) ou por estarem danificados. (FLICK, 2009, p. 234)

Tal limite foi observado quando nos veio a dificuldade de compreendermos algumas palavras, pela leitura das atas das reuniões ordinárias da FPEPS, haja vista que os documentos, excetuando-se um, como já informado anteriormente, foram escritos à mão.

Além disso, Flick também aponta a característica limitante da análise feita por meio de documentos:

Os documentos representam uma versão específica de realidades construídas para objetivos específicos. [...]. Os documentos devem ser vistos como uma forma de contextualização da informação. Em vez de usá-los como “contêineres de informação”, devem ser vistos e analisados como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na construção de versões sobre eventos. (FLICK, 2009, p. 234)

Neste sentido, a maior limitação encontrada na análise das atas das reuniões ordinárias da FPEPS se evidenciou pelo fato de terem sido elaboradas de forma sucinta, dificultando nossa compreensão dos fatos ali registrados, carentes de contextualização a exemplo da Ata nº 5, de 8 de julho de 2018. Nesta, informações foram apresentadas em forma de tópicos, tornando-as estanques. Mediante isso, corroboramos com Flick (2009, p. 236) que nos aponta o problema da análise de documentos, o qual “refere-se a como conceitualizar as relações entre o conteúdo explícito, o significado implícito e o contexto de funções, bem como o uso dos documentos e a forma como considerá-lo.” Isso, aliado à falta de disponibilidade maior de tempo como pesquisadora, dificultando que estivesse presente em todas as reuniões, conforme já salientado, trouxe também dificuldades na análise mais aprofundada dos conteúdos de algumas das atas. Como uma forma de dirimir tal limite de pesquisa sugerimos que, nas próximas pesquisas, sejam realizadas entrevistas com os/as trabalhadores/as, com a finalidade de esses instrumentos auxiliem no aprofundamento da análise dos referidos documentos.

De posse do *corpus* da pesquisa supramencionado, passamos a nos deter na análise dos dados coletados.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com o objetivo de compreender os limites, as contradições e as possibilidades do processo autogestionário vivenciado nas reuniões ordinárias dos/as trabalhadores/as da Feira Permanente de Economia Popular Solidária (FPEPS), utilizamos, além de análise documental, que incluiu as dezenove (19) Atas das reuniões ordinárias, também anotações em diário de campo, advindas das experiências no cotidiano dos/das trabalhadores/as, vivenciadas tanto nas visitas à feira permanente quanto nas participações em reuniões ordinárias da FPEPS no período de novembro de 2018 a dezembro de 2019. Por meio das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, chegou-se ao entendimento de que a participação é um construto da autogestão e que podem existir formas diferentes de participação, as quais variarão de acordo com a possibilidade de cada trabalhador/a e com o grau de desenvolvimento que o/a mesmo/a vivencia no processo de emancipação.

### **4.1 PARTICIPAÇÃO**

Celiberti (2005, p. 56) afirma que, além de ser uma forma de vivenciar a democracia, a participação também “[...] abarca as práticas anômalas e subversivas que vivem no plano subjetivo e pessoal, aquelas coisas que fazem as formas de sentir e amar, as formas de viver e criar comunidade.”

Essas formas anômalas de participação, das quais Celiberti (2005) fala, foram percebidas e registradas de acordo com anotações feitas no diário de campo. Como já mencionado, a categoria participação abarca vários significados, os quais propomos desvendar por meio da análise de conteúdo, e, por este motivo, apresentamos algumas informações pertinentes ao espaço onde esta participação pode ou não ocorrer: as reuniões ordinárias da FPEPS.

#### **4.1.1 Reuniões ordinárias**

O processo de autogestão pressupõe que as pessoas se organizem e decidam de que forma conduzirão seus trabalhos e como realizarão seus projetos. Libâneo (2013, p. 89) afirma que “o conceito de participação se fundamenta no de autonomia,



que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzir sua própria vida.”

Nas reuniões da FPEPS, em 2018, houve uma média de 17 participantes, enquanto que nas reuniões de 2019 foram 18 participantes. A análise sobre a quantidade de integrantes da FPEPS se fez necessária para compreender o processo de engajamento dos/as trabalhadores/as nas ações práticas do processo autogestionário, ou seja, participar das reuniões ordinárias da FPEPS.

Conforme comentado anteriormente, as reuniões ordinárias da FPEPS foram realizadas com números variáveis de integrantes, pois, a princípio, cada empreendimento deve participar com, no mínimo<sup>34</sup>, um representante, que repassará os encaminhamentos da reunião para os/as demais integrantes do empreendimento. Podem participar também, como já dito, representantes de entidade de apoio TECSOL (professora e bolsistas de extensão), voluntário/a e pesquisadores/as. A seguir, na Tabela 5, explicita-se o número de participantes de cada reunião do coletivo em 2018 e 2019 e, após esse dado, uma breve análise sobre a pauta das reuniões ordinárias com maior ou menor número de participantes.

**Tabela 5** – Número de participantes nas reuniões ordinárias da FPEPS em 2018 e 2019.

<b>Data reunião 2018</b>	<b>Número de Participantes</b>	<b>Data reunião 2019</b>	<b>Número de Participantes</b>
19/02/2018	17	11/02/2019	21
26/03/2018	19	11/03/2019	13
04/2018	Não houve reunião	08/04/2019	13
14/05/2018	18	13/05/2019	20
11/06/2018	12	10/06/2019	13
08/07/2018	21	08/07/2019	23
13/08/2018	18	12/08/2019	19
10/09/2018	12	09/09/2019	16
08/10/2018	17	14/10/2019	21
12/11/2018	20	11/11/2019	22

**Fonte:** Livro Ata da FPEPS (2018-2019)

O número de participantes das reuniões ordinárias da FPEPS no ano de 2018 demonstrou a frequência oscilante. Assim, em um mês registraram-se mais participantes e, no mês seguinte, a frequência foi menor. No biênio 2018/2019 os

<sup>34</sup> O Regimento Interno da FPEPS estabelece que no mínimo um representante de cada empreendimento vá na reunião ordinária, porém existem algumas reuniões onde mais de um representante do empreendimento comparece à reunião.

números variaram de 12 a 23 participantes. Em ambos, o início do ano, meio do ano e fim do ano houve maior número de participantes. Em 2018, a reunião de fevereiro iniciou com 17 participantes, e em 2019 com 21 participantes. Em julho de 2018, foram 21 pessoas, e em 2019, 23 pessoas presentes. Em novembro de 2018, participaram 20 pessoas, e em 2019 foram 22. Durante o biênio 2018/19, o menor número de participantes em reunião foi 12 sendo que esse número ocorreu em duas reuniões ordinárias nos meses de junho e setembro do ano de 2018.

Os dados da Tabela 5 demonstram o aumento do número de trabalhadoras/es participantes nas reuniões de 2018 comparativamente ao ano de 2019 com exceção do mês de março, levantando-se a hipótese de que houve uma maior compreensão sobre a importância da participação delas/es nas reuniões ordinárias.

A participação dos/as trabalhadores/as nas reuniões ganha mais importância no sentido de que esta se destina a consolidar um dos princípios básicos da autogestão, que se trata justamente da participação democrática. Singer (2005, p. 16) preconiza que um dos pilares da autogestão é a participação democrática, onde ocorrem, “tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros.”

No biênio 2018/19, a reunião em que houve maior número de participantes foi a que se realizou em julho de 2019, cujo quorum foi de 23 presentes, sendo que os temas tratados foram: Empório, escala para participarem; Editais; Eventos; Festa do CEFURIA, Feira Agroecológica; e Amostra da Universidade. Ainda foram discutidos os seguintes assuntos, classificados como informes: Apresentação do produto dos aspirantes a entrar na Feira; conversa para trazer o CAPS para a Feira; Oficinas; Alvará da FPEPS; Contestado; Retalhos para almofadas TECSOL; e Reuniões Mandala.

Sobre a maior participação nesta reunião, um ponto motivador pode ter sido o anúncio, na reunião anterior, do mês de junho, de que a FPEPS havia conseguido o alvará<sup>35</sup> que autorizava seu funcionamento no espaço ao lado do MuMA. Esta foi uma grande conquista para a FPEPS e mais informações e os efeitos dessa conquista são descritos na análise da reunião do dia 10/06/2019, Ata nº 14. Por ora, destacamos

---

<sup>35</sup> Quando os/as integrantes da FPEPS formaram a Associação e, assim, obtiveram um CNPJ, conseguiram a licença para exporem os produtos na FPEPS e também podiam participar de eventos e editais, porém ainda não tinham o alvará que assegurava o local para continuarem com a FPEPS. O alvará garantiu a segurança de manterem seu local de comércio.

que a obtenção do alvará de liberação de funcionamento pode ter sido um dos motivos para que mais trabalhadores/as participassem da reunião em julho, até mesmo porque o tema sobre esta liberação ainda repercutia entre os/as trabalhadores/as. Nesse contexto, corroboramos com Alonso (2002, p. 26) sobre a importância de que “todos conheçam suficientemente os problemas que serão discutidos, que recebam as informações necessárias para analisar a questão e saibam exatamente os limites dentro dos quais poderão tomar decisões”. Outro ponto da pauta que chamou a atenção foram os inúmeros eventos, tais como: “Eventos; Festa do CEFURIA, Feira Agroecológica; Amostra da Universidade”, que são programações onde os/as feirantes podem expor e comercializar seus produtos. Este tipo de pauta tende a atrair um maior número de participantes de uma dada reunião ordinária da Feira.

As reuniões têm por objetivo tratar as questões do coletivo, os desafios e avanços dos empreendimentos, as questões concretas como: apresentações de produtos de empreendimentos candidatos a entrarem na FPEPS, avaliação de participação em plenárias, outras feiras, oficinas, formações, e informes gerais. No entanto, as reuniões, por serem autogestionárias, demandam algumas funções, as quais são assim distribuídas:

- Café solidário: constitui-se na partilha de alimentos trazidos pelos/as trabalhadores/as para compor a mesa do café, que é servida a todos/as os/as integrantes da reunião. Este é um dos costumes dos/das integrantes e simpatizantes da Economia Solidária: compartilhar. A autogestão também ocorre neste processo que tem, em sua simplicidade, um dos princípios fundantes da ES: a solidariedade.
- Mística: trata-se de um ritual elaborado com o sentido de trazer uma reflexão, acolher ou sensibilizar sobre um tema relacionado ao que o coletivo esteja passando.
- Pauta coletiva: durante a semana, os/as integrantes dos empreendimentos conversam e vão definindo alguns temas, e, antes da reunião, é apresentada a pauta e quem quiser sugerir um assunto a ser incluído, pode fazê-lo neste momento ou até mesmo durante a reunião.
- Coordenação da reunião: antes do início, é inquirido sobre quem fará a condução dos temas e a mediação da reunião.
- Registro de Ata: também é definido, antes de começar a reunião, quem fará a Ata.

As reuniões ordinárias, como supracitadas, são momentos do processo autogestionário, e o registro escrito do resultado dessas reuniões se constitui importante material de análise para este estudo. Portanto, apresentamos as considerações a respeito de como ocorreu o processo de constituição das atas das reuniões ordinárias da FPEPS no biênio de 2018 e 2019, e se ocorreu rotatividade na ação de redigi-las.

#### 4.1.2 Atas

Os resultados das discussões das reuniões ordinárias realizadas pelos/as trabalhadores/as da FPEPS são registrados em um livro ata. Na abertura do livro ata consta a seguinte mensagem:

É importante que haja rotatividade na criação das atas, para que todos os membros do coletivo possam ter domínio da construção desse modelo de documento. As atas devem ser iniciadas com: tema, data, local, pautas e pessoas presentes. (LIVRO ATA FPEPS, 2018, p.1)

A orientação indica que é necessário que todos/as participem ativamente das reuniões ordinárias. A organização das reuniões pressupõe o trabalho e a dedicação de todos/as, inclusive com questões práticas como: café solidário, a preocupação com o uso de produtos orgânicos, o descarte correto de embalagens, a construção coletiva da pauta da reunião, a elaboração da mística, a coordenação da reunião e a redação da Ata.

Sobre a participação na ação de redigir as atas das reuniões ordinárias, apresentamos a Tabela 6.

**Tabela 6** – Rotatividade de Secretário/a na função de registro de atas das reuniões ordinárias da FPEPS em 2018 e 2019.

<b>Secretário/a</b>	<b>Datas das Atas redigidas por Secretário/a 2018</b>	<b>Datas das Atas redigidas por Secretário/a 2019</b>	<b>Total de Atas redigidas por Secretário/a 2018/2019</b>
A	19/02	--	1
B	26/03; 08/07; 12/11	08/04; 13/05; 08/07; 09/09; 14/10;	8
C	14/05	11/02	2

(Continua...)

(Continuação)

D	11/06	11/03	2
E	13/08	--	1
F	10/09	--	1
G	08/10	--	1
H	--	10/06	1
I	--	12/08	1
J	--	11/11	1

**Fonte:** Livro Ata da FPEPS (2018-2019)

A Tabela 7 apresenta o número de reuniões ordinárias realizadas no biênio 2018/19 e o número de trabalhadores/as que se dispuseram a redigir as atas.

**Tabela 7** – Número de reuniões ordinárias e número de secretários 2018 e 2019 da FPEPS.

Ano	Nº de Reuniões Ordinárias	Nº de secretários/as
2018	9	7
2019	10	6

**Fonte:** Livro Ata da FPEPS (2018-2019)

Houve, portanto, maior rotatividade na redação das Atas em 2018 do que em 2019. E, somando-se as reuniões ordinárias de 2018 e 2019, temos o total de 19 Atas, sendo que oito delas foram escritas pela mesma pessoa, ou seja, 42,1% das Atas. A baixa rotatividade na redação das Atas indica que esse é um dos desafios da autogestão, uma vez que, segundo Singer (2009, p 8), “a economia solidária é, antes de tudo, um processo contínuo de aprendizado de como praticar ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos [...]”. Corroboramos, então, que o processo autogestionário deve proporcionar a todos/as a oportunidade de aprender e participar das ações do coletivo.

Sobre o registro das Atas das reuniões, estas constituem o legado histórico da FPEPS e, como afirmava Freire (2018, p 107), “escrever fixa a força da oralidade no tempo, mas o leitor, envolvendo-se com esta força, está continuamente reinventando e redialogando, de modo que o texto permanece vivo e dinâmico.” Mais um motivo, então, para que seja dada a devida relevância às informações registradas nas Atas das reuniões ordinárias da FPEPS. Informações estas que permitem também analisar

como ocorre a participação dos/as trabalhadores/as nas ações pertinentes à FPEPS.

Freire (1987) afirma que o desvelamento crítico da realidade, somado ao reconhecimento da condição de responsabilidade pela sua própria construção histórica, é o que permite, por meio da coletividade, que o ser humano transforme suas existências concretas, libertando-se da opressão. Seguindo a linha de raciocínio de que a participação é elemento importante para a concretização do processo autogestionário é que, a partir de agora, faremos uma análise das 19 Atas referentes às reuniões ordinárias realizadas no período compreendido entre fevereiro de 2018 e novembro de 2019, a partir da categoria de análise participação.

### **Reunião 19/02/2018 Ata nº 01<sup>36</sup>**

A professora #####<sup>37</sup> leu regimento para participação da feira. De acordo com o documento só é permitido a participação de pessoas que produzem os produtos.

A retomada do Regimento Interno da FPEPS é significativa para contextualizar a necessidade de lembrar que, nos empreendimentos de economia solidária, não há exploração da produção de outros/as trabalhadores/as, e essa retomada ocorre devido à possibilidade de entrada de novos empreendimentos.

Assim, se assegura que quem deseje entrar para a FPEPS que o faça consciente dos princípios que regem a comercialização dos produtos, enfatizando-se que a comercialização de produtos de terceiros é uma descaracterização dos princípios da ES. Seguir o Regimento Interno da Feira é um passo importante no processo autogestionário, até mesmo porque o Regimento Interno foi construído pelos/as próprios/as trabalhadores/as em um esforço para minimizar os problemas de ordem relacional (conflitos e faltas injustificadas), e também de organização quanto às distribuições de tarefas como montagens das barracas e participação em eventos externos. No Regimento Interno da FPEPS (Anexo) consta:

“Dos produtos:

- Só serão aceitos para comercialização na feira permanente de economia

<sup>36</sup> A numeração das atas nesta pesquisa não segue a numeração real das atas realizadas pela FPEPS, mas a partir da data autorizada pela presidente da FPEPS para a pesquisadora começar sua pesquisa.

<sup>37</sup> Utilizamos o sinal gráfico # para preservar a identidade dos/as trabalhadores/as da FPEPS.

solidária produtos de fabricação própria e que respeitem o meio ambiente;  
- Não é permitida a venda de produtos industrializados, de terceiros, bebidas alcoólicas e tabaco.”

## **Reunião 26/03/2018 Ata nº 2**

Participantes novos - o ##### e a ##### irá participar da feira no sábado por enquanto.

O trecho supracitado explicita a organização do coletivo que orienta sobre o ingresso de novos integrantes e a forma que deverá ocorrer a participação, iniciando, primeiramente, em um dia da semana. Isso desvela o cuidado que o coletivo apresenta quanto à inserção de novos participantes na Feira.

Já na sequência aparece um trecho que indica a mobilização necessária para a participação em editais:

Ficamos de ver a possibilidade de participar dos editais do fundo luterano e Abang<sup>38</sup>.

A forma como está descrita na Ata, denota que houve a apresentação ou divulgação da ideia de participar dos editais, porém, não se chegou a uma decisão final, ficando assinalada a possibilidade do coletivo vir a participar. Isso é um bom indicativo de que temas importantes, como a participação em editais que visam angariar recursos para a FPEPS, estão presentes nas reuniões e que despertam a necessidade de discussões e amadurecimento das ideias. Trata-se da práxis ocorrendo no cotidiano do/a trabalhador/a.

Os trechos supracitados revelam os tipos de participação que afetam o coletivo nas situações concretas do cotidiano dos/as trabalhadores, bem como demonstram a sua capacidade de fazer escolhas, de decidir e optar pela melhor forma de agir. Como Freire (1967, p. 57) afirma: “[...] lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção.”

---

<sup>38</sup> A grafia desta palavra foi escrita de forma equivocada na Ata. O relator quis dizer “ecobag”.

## Reunião 14/05/2018 Ata nº3<sup>39</sup>

Na reunião de 14 de maio, foi discutida a participação da FPEPS tanto na XVII Jornada Agroecológica<sup>40</sup> quanto na II Conferência Municipal de Economia Solidária, inclusive com a conquista, por meio de eleição realizada na referida Conferência, de uma vaga no Conselho Municipal de Economia Popular Solidária (CMEPS) de Curitiba. Estes registros nas Atas são extremamente relevantes no sentido de que fixam o momento histórico que o coletivo da FPEPS vivenciava e vivencia.

Feira na jornada de agroecologia: nas reuniões preparatórias foi sugerido de associação participar do túnel do tempo da feira de Economia Solidária a exposição dos trabalhos Será nos dias 6,7,8 e 9 de junho na reitoria da UFPR definiu-se por #####, ##### e ##### se encontrarem na segunda-feira próxima para seleção de fotos da feira para o túnel.

##### recomendou a importância de todos se envolverem nas demais atividades de formação como palestras seminários entre outros, para não reduzir a participação dos feirantes as vendas somente.

Na II Conferência Municipal de Economia Solidária ocorrido em 28 e 29 de abril, teve a participação de cinco empreendimentos da Feira Permanente.

Para composição do Conselho Municipal de Economia Solidária a Associação da Feira Permanente conquistou assento nas pessoas de ##### titular e ##### suplente para o mandato de 2018 e 2020.

Importante ressaltar a solicitação feita por ##### para que a participação das/dos feirantes não se reduzisse apenas à comercialização de seus produtos. Sobre este tema, Dagnino (2014b, p. 296) ilustra que a inclusão social que a ES traz como mote tem, além da dimensão econômica, “[...] outra dimensão importante embora sutil trata-se da dimensão política e cultural entendida como a participação plena e de forma ativa de todos os cidadãos nos processos que ocorrem, na sociedade [...]”-Portanto, a chamada para a participação trata-se de um indicativo do processo que o coletivo vive, o da conscientização de que todas/os se percebam para além das atividades do comércio, e que se engajem em outras ações.

A conquista de uma vaga no Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária representa um avanço importante da FPEPS na luta política que inclui o poder de construir políticas públicas específicas aos interesses da ES. O fato de a

<sup>39</sup> No livro ata não consta registro sobre reunião em abril.

<sup>40</sup> A Jornada de Agroecologia existe desde 2001, constituindo-se de vários movimentos sociais, populares, do campo e organizações não-governamentais. Maiores informações disponíveis em: <https://jornadadeagroecologia.org.br/o-que-e-a-jornada/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.



FPEPS ser eleita para representar os empreendimentos da ES nas reuniões do CMEPS representa a possibilidade da participação ativa nas decisões sobre as políticas públicas que podem fortalecer a ES. Sobre a competência do CMEPS, o Artigo 17, do Capítulo II da Lei nº 14.786<sup>41</sup>, de 23 de fevereiro de 2016, estabelece:

Compete ao Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária:

- I. Aprovar alterações à Política Municipal de Fomento à Economia Popular e Solidária;
- II. Definir as regras para o enquadramento nos critérios de empreendimento de economia popular e solidária, e fornecimento do Selo de Economia Popular Solidária;
- III. Acompanhar, monitorar e avaliar os programas de fomento aos empreendimentos de economia popular solidária, desenvolvidos pelos órgãos e entidades públicos do Município;
- IV. Definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos de economia popular solidária aos serviços públicos municipais;
- V. Buscar garantias institucionais para que os empreendimentos de economia popular e solidária possam participar das licitações públicas;
- VI. Propor mecanismos de estabelecimento de incentivos fiscais para os empreendimentos de economia popular solidária;
- VII. Desenvolver mecanismos e formas de facilitar acesso dos empreendimentos de economia popular e solidária a recursos públicos;
- VIII. Propor alterações na legislação municipal relativa à economia popular solidária;
- IX. Elaborar seu regimento interno;
- X. Emitir parecer sobre a certificação de empreendimentos da economia popular solidária;
- XI. Fazer o registro dos empreendimentos previsto no art. 7º;
- XII. Excluir do benefício legal o empreendimento que desrespeitar a presente lei. e terminado seu comparecimento às sessões do Conselho, ou participação em diligências autorizadas por este.

A importância da participação dos/as representantes da FPEPS na CMEPS consiste no fato de que, por meio da ação política, podem ajudar a construir projetos que beneficiam o coletivo. Nesta linha de raciocínio, nos chega a compreensão de que a passagem pelo mundo não é predeterminada, e que ela pode ser construída, modificada. Se fazendo esta a ação necessária, é que corroboramos com Freire (1996, p. 52) quando afirma “[...] que o meu ‘destino’ não é um dado, mas algo que precisa ser feito, e de cuja responsabilidade não posso me eximir”. Sobre este tema, Singer (2002) acreditava que a participação dos/as trabalhadores/as em debates e discussões do coletivo contribuía para seu desenvolvimento humano.

---

<sup>41</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2016/1478/14786/lei-ordinaria-n-14786-2016-institui-a-politica-municipal-de-fomento-a-economia-popular-solidaria-e-cria-o-conselho-municipal-de-economia-popular-solidaria>. Acesso em: 05 de junho de 2020.

## Reunião 11/06/2018 Ata nº4

A Ata da reunião número 4 está contextualmente mais bem estruturada, contemplando o local da realização, citando os/as participantes, constando informes, pauta e as anotações sobre as discussões.

Nesta reunião, houve o registro da exibição de um audiovisual que a professora representante da TECSOL/UTFPR apresentou sobre comunicação não violenta.

Professora ##### passou um vídeo sobre Comunicação não violenta que apresentou os seguintes pontos: observar sem julgar, identificar sentimentos, assumir responsabilidades; fazer pedidos.

Quando se trata de autogestão, o diálogo como forma de resolução de conflitos é fundamental. Neste sentido, ter acesso à ferramentas que auxiliem a refletir sobre a melhor forma de expor as dificuldades, mantendo referencial dialógico democrático e respeitoso, é um passo muito importante para o processo emancipatório. No diário de campo, consta a anotação:

Houve uma situação onde a falha de comunicação envolvendo uma nova integrante necessitou de mediação. A situação foi resolvida a partir do entendimento entre as envolvidas de que o melhor caminho seria o diálogo. Fizeram, portanto, uma reunião e estabeleceram como deveria ser a comunicação e também o comportamento que esperavam da nova integrante do coletivo. Fiquei impressionada pela honestidade que foi abordado o tema, “sem rodeios, mas sem agressividade, com firmeza a #####, falou sobre o que estava incomodando, foi uma postura que me surpreendeu, foi muito bom participar deste momento em que a autogestão aconteceu ali, no meio da feira, na mesa onde servem os lanches. (Diário de campo da pesquisadora, dia 05/12/2018)

O diálogo é um processo educativo fundamental na problematização dos conflitos, como nos assevera Freire (1987, p. 51), e, para isso “[...] não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.”

Seguindo com a análise dos trechos das atas observa-se que, na sequência, consta o registro em que uma trabalhadora agradece a contribuição de todos e todas para que tudo corresse bem na XVII Jornada Agroecológica.

Avaliação Jornada: ##### agradeceu a contribuição da ##### na coordenação da feira de artesanato. ##### e ##### falaram sobre a colaboração de todos os feirantes elas ficaram impressionadas com toda solidariedade do evento.

#### agradeceu a contribuição de todos os colegas durante a produção e comercialização dos alimentos #### falou também sobre todo aprendizado tanto na parte da nutrição quanto na organização e força dos companheiros do ####.

O trecho supracitado expressa a experiência real do 5º princípio da Carta de Princípios da Economia Solidária (2003) – os valores da cooperação e da solidariedade. Ora, perceber que na colaboração é que o coletivo se fortalece é sinal de que há avanço no processo autogestionário.

Ausências feiras o grupo decidiu que as pessoas/empreendimentos que não forem comparecer à feira precisão avisar com um dia de antecedência. Encaminhamentos na próxima reunião será feita a leitura do regimento e os empreendimentos que excederam a quantidade de faltas permitidas serão notificados.

A referência ao compromisso dos/as integrantes dos empreendimentos para não faltarem às reuniões e, quando isto se fizer inevitável, que avisem com antecedência, evidencia-se também na Ata do dia 14 de maio de 2018, explicitando que esta participação no evento tem significativa importância para o coletivo, uma vez que

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonha informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança a direção para que ela decida em lugar deles. (SINGER, 2002, p. 19)

De acordo com Singer (2002), então, o grande perigo de fracasso de um empreendimento de ES está na ausência de participação de seus/suas integrantes. Pode-se dizer, portanto, que o desinteresse ou inépcia para a prática da democracia se configura como um dos desafios da autogestão. E é neste sentido que a prática e a constante vivência dos princípios da democracia, e aí se inclui a participação, podem ajudar a vencer os desafios da autogestão.

### **Reunião 08/07/2018 Ata nº5**

Nos trechos da Ata nº 5, registro da reunião realizada em 08 de julho de 2018, percebemos o relato feito em forma de tópicos, deixando-nos informações suscintas, generalistas, as quais nos demandam quase nenhuma possibilidade de análise a

partir do que está registrado.

Repassado entendimento da participação nas reuniões.

Posse do conselho - ##### participou como representante da feira tem a ##### como suplente.

Associação ##### contador irá participar da reunião agosto para formação sobre associação.

O último trecho da reunião nº 5 registra uma formação sobre a Associação da FPEPS, processo necessário para o fortalecimento da associação, que teve seu CNPJ criado em 04/04/2018, rumo à consolidação do entendimento de que é no coletivo que ganham força para superarem os desafios. Freire (2000, p. 105) cita o exemplo de formação de uma cooperativa no nordeste do Brasil, onde descreve a superação do medo e o valor da união: “Venceram um medo. Aprenderam mais um saber: o valor da União. Juntaram-se mais. Intensificaram a solidariedade. Inventaram a esperança necessária.” Essa é a contribuição da autogestão, qual seja a de proporcionar, por meio do diálogo, respeito e responsabilidade para a conquista de benefícios ao e como coletivo.

### **Reunião 13/08/2018 Ata nº6**

Na Ata nº 6, referente à reunião de 13 de agosto de 2018, o trecho selecionado apresenta a possibilidade de perder a cadeira no Conselho Municipal de Economia Popular Solidária devido a faltas das representantes no dia da posse.

Conselho Municipal: ##### e ##### ‘falta’ na posse perigo de perder a cadeira. Comprometimento com associação; para representar todos; colocar em prática o estatuto com relação ao artigo 20, 21 e 22. – Verificar se houve uma justificativa em escrito com relação a falta dos representantes do Conselho. Representantes do Conselho Municipal tem obrigação de participar da reunião Ecosol mensal para realizar o esclarecimento sobre assuntos do conselho e vice-versa.

Singer já alertava para a necessidade da formação democrática como uma forma de proporcionar aos seus integrantes o desenvolvimento do compromisso e da capacidade política de compreender seu papel como ser atuante.

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na Economia Solidária. (SINGER, 2002, p. 21)

E, no trecho supracitado, retirado da Ata nº 6, constata-se que a participação vai além da reunião da FPEPS, pois se trata agora de uma participação representativa da FPEPS em um espaço político, ou seja, na reunião do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária. O desdobramento da participação para uma esfera de maior ação, representando uma função que envolve responsabilidades frente ao coletivo da Feira, mas também da ES da região, e o fato de a representante ter faltado ao evento, indica que não houve compreensão ou assimilação da importância dessa participação política.

#### **Reunião 10/09/2018 Ata nº7**

Na Ata nº 7, do dia 10 de setembro de 2018, não encontramos registros que remetessem à categoria participação.

#### **Reunião 08/10/2018 Ata nº8**

Plenária estadual ##### foi e percebeu que tinha bastante gente do interior, sentiu falta do pessoal dos EES daqui de Curitiba.

Este registro expressa a ausência ou baixa participação em um momento histórico importante para Economia Solidária. Segundo o relatório da VII PLENÁRIA ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO PARANÁ, ela significou:

[...] um momento especial, pois nos remete à luta pela defesa dos direitos e que precisa do envolvimento e compromisso de todos na criação das bases necessárias ao fortalecimento da Economia Solidária, tanto no que se refere ao marco legal que dê suporte e sustentação, como o desenvolvimento de ações concretas de políticas públicas de economia solidária em nosso estado (PLENÁRIA..., 2018, p. 5)

A Plenária Estadual constitui-se em plataforma para autogestão, uma vez que possibilita que os /as integrantes da ES exerçam a participação democrática que, nas palavras de Gadotti,

[...] Sem dúvida, ela vem, na sua história, fortalecendo a luta dos trabalhadores pelo controle autônomo, direto, cidadão e participativo do estado. Ao lado da democracia representativa (Frente Parlamentar pela Economia Solidária), a economia solidária luta pela democracia participativa (Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Fóruns Estaduais e Municipais de Economia Solidária). (GADOTTI, 2005, p. 42)

A participação nesses espaços democráticos é necessária no sentido de fortalecer o coletivo na prática da autogestão e na busca por políticas públicas para o movimento da ES.

Nesta perspectiva sobre a importância da participação em espaços democráticos, onde existe a oportunidade de os/as trabalhadores/as se expressarem, corroboramos com Freire (1987) que apresenta a ideia de que a existência humana não pode ser silenciosa, apática e alienada, pois é pela palavra, pelo trabalho e pela ação-reflexão que se transforma o mundo.

### **Reunião 12/11/2018 Ata nº 9**

Nesta reunião, encontramos um único trecho que faz referência à participação voluntária em reuniões do Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária (CMEPS).

Conselho municipal - ##### se pré-dispôs a frequentar as reuniões do Conselho.

Como destacado por Streck, Pitano e Moretti,

A participação acontece porque já se tem experiências prévias de participação na comunidade, mas acontece também pela “novidade” do espaço, pelo convívio, pela possibilidade de negociação e de sociabilidade; acontece ainda pelo “prazer do encontro”, mas também pelas necessidades de resolução de problemas concretos. (STRECK; PITANO; MORETTI, 2017, p. 7)

Sendo assim, a autonomia expressa pela integrante da FPEPS, que se dispõe a participar do Conselho Municipal de Economia Popular e Solidária (CMEPS),

demonstra o grau de maturidade e consciência de participação que está se desenvolvendo. E este é um exemplo enriquecedor para o coletivo, no sentido de que a/o trabalhador/a, se disponibilizando à participação, apresenta-se como possibilidade de incentivo a outras pessoas para que essas também se proponham a participar.

### **Reunião 11/02/2019 Ata nº 10**

Na primeira Ata do ano de 2019, a de nº 10, está explícita a intenção da organização quanto à rotatividade das místicas e registro das atas, e este é um dado que demonstra que o coletivo está amadurecendo e se organizando cada vez mais pelo cuidado de se apresentarem justificativas às ausências na reunião.

[...] quanto a divisão de responsáveis pela Mística e atas, ficou deliberado que será definida coletivamente, escrita e enviada para professora #####.

[...] em tempo: justificaram ausência nessa reunião as empreendedoras ##### e ##### por estarem mesmo horário em curso de formação de empreendedores de Economia Solidária na PUC.

A justificativa das ausências nos deixa a evidência de que está havendo um processo de responsabilidade das integrantes para com o coletivo, e é na regularidade do cotidiano que se constrói o comprometimento, pois, como nos diz Freire (1967, p 57): “É exatamente por isso que a responsabilidade é um dado existencial. Daí não poder ser ela incorporada ao homem intelectualmente, mas vivencialmente.”

### **Reunião 11/03/2019 Ata nº11**

Nos dois primeiros trechos da Ata nº 11, de 11 de março de 2019, a postura democrática, por meio da votação de assuntos de interesse do coletivo, demonstra o processo autogestionário ocorrendo na sua essência. Estes trechos revelam o momento da autogestão em que o/a próprio trabalhador/a discute, debate, analisa e decide sobre quais são as melhores opções para determinada situação vivenciada pelo coletivo.

##### solicita a votação quanto à participação dele. Dúvidas surgem acerca da forma de produção, e de fato é de um empreendimento solidário. ##### ressalta a necessidade de repassar os princípios solidários ao longo da

participação. Votos a favor: 8; abstenção; 1, contra = 0. ##### propõe visita ao seu local para confirmar e conferir se sua família se encaixa na associação.

[...]. Foi votado e todos foram a favor.

Sentir-se parte, vivenciar os conflitos de opiniões, ter o poder de votar e escolher, são ações que propiciam a expansão da consciência e promovem o rompimento com a passividade estrutural, fruto muitas vezes de uma educação opressora. As reuniões constituem-se, desse modo, em espaços importantes de autogestão onde as pessoas exercitam a democracia como um direito de opinar, de mostrar seu direito a votar, a compreender sua responsabilidade ao decidir. Segundo Freire,

Cada vez mais nos convencíamos ontem e nos convencemos hoje, de que o homem brasileiro tem de ganhar a consciência de sua responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade. Vivendo essa responsabilidade. Participando. Atuando. [...]. Assim, não há dúvida, iria o homem brasileiro aprendendo democracia mais rapidamente. (FREIRE, 1959, p. 13).

### **Reunião 08/04/2019 Ata nº12**

Na Ata nº 12, do dia 08 de abril de 2019, não encontramos registros que remetessem à categoria participação.

### **Reunião 13/05/2019 Ata nº13**

Os registros a seguir revelam que o coletivo sente a necessidade de se manter aberto e receptivo tanto às parcerias com o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) quanto à entrada de novos empreendimentos na FPEPS.

##### avaliou como boa a nossa participação. Falamos sobre a importância da nossa integração com a saúde mental.

Quanto à discussão de novos empreendimentos. É direito de todos. Trazendo novos vamos revitalizar a feira. Abrir espaço para as pessoas sentir o que ocorre.

Manterem-se abertos e receptivos está de acordo com os fundamentos da ES, constante na Carta de Princípios (2003), constituindo-se como uma das formas de combater a exclusão social.



6- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana (CARTA DE PRINCÍPIOS, 2003, p. 3)

Com as palavras de Singer (2009, p 12), deve-se considerar que “[...] a qualquer momento, novos trabalhadores tenham o direito de se associar a empreendimentos solidários e que associados a tais empreendimentos tenham o direito de deixá-los [...].”

#### **Reunião 10/06/2019 Ata nº 14**

O trecho, em sequência, expressa que haverá uma escala de participação dos integrantes em uma feira a ser realizada na Praça Osório, porém na Ata não constam os critérios para a escala de participação.

A escala de participantes será feita pela associação entre o coletivo.

Nesta reunião, é dada a notícia de que a FPEPS obteve a autorização de funcionamento, a qual se trata do documento de autorização para uso de logradouros públicos, já mencionada no capítulo 3.1.3.3.

A escrita das palavras em caixa alta denota a ênfase na importância de tal informação. Evidencia-se, também, o fato de que uma página inteira foi destinada para o registro dessas palavras, inclusive utilizando na margem direita e na margem esquerda 11 sinais gráficos correspondentes a “estrelas”. Estes detalhes dão a dimensão do quanto a notícia sobre a o documento de autorização se consagrou como conquista relevante da associação e elevada importância para a FPEPS.

SOMOS ASSOCIAÇÃO COM AUTORIZAÇÃO E ALVARÁ.

Encerra-se a reunião com esta notícia maravilhosa.

Ainda sobre a repercussão dessa notícia, consta no diário de campo a anotação:

7ª visita (19/06/2019) quarta-feira 9:00h as 17:00h. Cheguei na feira e encontrei um ambiente de comemoração. Todos/as estão muito felizes porque receberam a notícia na reunião sobre a liberação do alvará e autorização para funcionamento da feira. Durante o almoço, conversamos mais, pois a #####, que quase nunca vinha almoçar conosco, hoje veio, também veio o ##### acho que por ser um dos poucos homens que está na quarta-feira ele sentia um pouco de vergonha, mas, hoje veio, precisamos arrumar mais banquinhos para acomodar todos/as. Foi um dia muito especial eles/elas estavam muito felizes e com sentimento de Vitória.

Singer (2002) afirmava que o diferencial da autogestão está na experiência que ela proporciona para desenvolvimento humano, para o entendimento do ser enquanto detentor de opinião, capaz de decidir e responsabilizar-se por suas ações. Nessa perspectiva é que os/as trabalhadores/as da FPEPS conquistaram, por meio da resistência e da coragem, o direito de estarem na feira em um espaço público a fim de comercializarem seus produtos.

Daí que o ato de coragem, a persistência e a luta pela obtenção do alvará, que autoriza o funcionamento de uma feira de Economia Solidária, se configuram como uma conquista ímpar e de destacada relevância, uma vez que não há políticas públicas para este tipo de ação.

Segundo Freire (1987, p. 59), somente “através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva, os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais.” É a ação dos homens enquanto sujeitos de sua própria história que promoverá a mudança. É a força do processo autogestionário da FPEPS que faz história e assim abre caminhos para a Economia Solidária na região.

### **Reunião 08/07/2019 Ata nº 15**

Contestado – agradecemos a acolhida. Nossos produtos foram bem-vindo. Organização nota 10. Todos nós estamos enriquecidos com a participação.

O trecho supracitado reflete o reconhecimento de que a participação na festa em comemoração aos 20 anos do Contestado<sup>42</sup> foi enriquecedora. Este dado é importante para fortalecer a ideia de que a participação não faz parte de uma dinâmica de obrigatoriedade na ES. A participação é uma forma eficiente e coletiva de todos/as

---

<sup>42</sup> Trata-se do assentamento Contestado, localizado a 20km do centro da cidade da Lapa / PR, onde as famílias assentadas produzem de acordo com os princípios da agroecologia. Maiores informações disponíveis em: <https://mst.org.br/2019/06/23/assentamento-contestado-20-anos-de-lutas-e-conquistas/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

se beneficiarem.

No trecho seguinte, o registro de que a FPEPS participará da XVIII Jornada Agroecológica, por meio de edital, é um elemento importante de organização dos registros, e também uma forma autogestionária de manter o coletivo informado sobre os procedimentos a serem seguidos para a participação em eventos oficiais.

Sugestão, todos nós irmos e dar uma olhada para nos organizar e participar da Feira agroecológica vamos participar através do edital

### **Reunião 12/08/2019 Ata nº16**

Nesta reunião, cujo registro é a Ata nº 16, de 12 de agosto de 2019, o trecho apresentado não faz referência explícita à palavra participação, porém contextualiza uma fala em que fica expressa a preocupação de que o coletivo esteja em primeiro lugar.

Pauta Jornada o foco desse projeto aumentar as vendas de dentro do projeto tem um projeto para recuperar as barracas, e outros equipamentos o recurso está no ##### e temos que pensar no coletivo e o bem de todos não podemos brigar entre nós empreendimentos ter maturidade para planejar tudo nos mínimos detalhes fazer plano de viabilidade.

A expressão: “pensar no bem de todos”, e a solicitação para que se tenha “maturidade para planejar tudo nos mínimos detalhes”, nos remete a um apelo do coletivo que é unir esforços na direção de um mesmo objetivo, o qual, para ser atingido, exige, além de planejamento, a superação de conflitos em nome do bem comum. Isso revela que a FPEPS vive o processo de compreender que a participação é construída na coletividade, como um compromisso de todos.

### **Reunião 09/09/2019 Ata nº17**

Na reunião do dia 09 de setembro de 2019, o registro na Ata revela descontentamento a respeito dos horários, apontando a necessidade de que sejam cumpridos. Sobre este tema no diário de campo, consta o seguinte trecho:

##### falou sobre a Mostra expressando seu descontentamento sobre as pessoas não terem ficado até o final. (Diário de Campo, 09/09/2019)

Em seguida, outra participante faz referência à participação nas oficinas, o que denota a preocupação de lembrar ao coletivo que Economia Solidária também requer participação em cursos, oficinas e formações.

Este dado nos leva a reforçarmos a importância da conscientização, pois a partir do momento em que ela ocorre, o sujeito passa a participar de forma espontânea, dispondo-se a cooperar, colaborar. Segundo Freire (1967, p. 54), “já não se satisfaz em assistir. Quer participar. A sua participação, que implica numa tomada de consciência [...]”.

A seguir, um fragmento do registro desvela o processo que está em andamento, no qual ainda se explicita que o coletivo precisa que seja lembrado da importância da participação dos/as integrantes da FPEPS em formações.

Amostra ##### falou dos horários que necessariamente ser cumprido. Estamos num espaço, onde ##### interou, a participação nas oficinas, ##### falou dos nossos integrantes, nestes espaços. O compartilhamento dos aramados foi feito.

Dando prosseguimento, no registro se expressa o reconhecimento da força e da união, uma vez que afirma “Jornada montada com nossos esforços”:

Jornada – a ##### declarou Integração como a \* Feira Permanente. Somos um movimento dentro do Movimento. Jornada montada com os nossos esforços.

Só se aprende democracia pela prática, e é na participação, na coragem de falar e expressar o que se pensa, é nas atitudes do cotidiano que se faz democracia, pois, segundo Freire (1993, p. 88), “ninguém vive plenamente a democracia [...], se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; se não se engaja, de uma ou de outra forma [...]”.

### **Reunião 14/10/2019 Ata nº 18**

Detectamos na Ata nº 18, de 14 de outubro de 2019, três referências à categoria participação, sendo as três relativas a participações em eventos diferentes.

A Avaliação da XVIII Jornada Agroecológica, ação importante, uma vez que avaliar e ouvir a opinião dos integrantes sobre determinado evento faz parte do processo autogestionário.

Avaliação da Jornada, positivo na parte na participação da feira.

Após, a solicitação de que os/as integrantes da FPEPS participem da formação oferecida pela Incubadora, demonstra que, mesmo após uma caminhada de mais de um ano no processo de autogestão, permanece a necessidade de se fazer o chamamento das pessoas para que participem e cobranças para que realizem os cursos de formação que são oferecidos.

Formação ####, falta de presença, solicitamos a participação com mais membros da feira.

Contudo, na mesma reunião, um trecho adiante apresenta um convite para participarem de uma roda de conversa, o que expressa a possibilidade de integração com outros coletivos. Além de compartilharem saberes, outro fator que salientamos é a postura dos/as integrantes da reunião: são porta-vozes de outros coletivos, realizando essa função de convidar e chamar o coletivo da FPEPS à integração com outros coletivos.

No diário de campo consta a seguinte observação: “####, convidou para uma roda de conversa, estava animada, fiquei com vontade de ir também” (Diário de campo, 14/10/2019)

#### convida para participar dia 21 na paróquia Bom Pastor Alto Boqueirão às 13:30 de uma roda de conversa sobre segurança alimentar.

Corroboramos com Singer (2005, p. 16) que, ao falar sobre o processo pedagógico da Economia Solidária, afirmou a necessidade de “tomadas coletivas de decisão, cuja vivência é indispensável para que os agentes possam aprender o que deles espera-se e o que devem esperar dos outros.”

[...]. Um item importante foi a declaração da necessidade de formação tanto para os novos grupos quanto para o grupo atual. Nesse momento #### sugeriu que isso ocorra antes da reunião para aproveitar que já estão ali mesmo. (Diário de campo, 14/10/2018).

Neste sentido, os espaços de discussão e reflexão, onde as pessoas, ao participarem ativamente das decisões, fazem e propõem uma nova história, é também um espaço para assumir a responsabilidade por lutar e buscar fazer valer o direito de

se expressarem.

### **Reunião 11/11/2019 Ata nº19**

O trecho, retirado da Ata nº 19, registra o avanço que houve no comprometimento com as reuniões ordinárias da FPEPS.

Auto gestão onde a melhora que ocorreu e o fortalecimento, fala do respeito e comprometimento nas reuniões que é uma vez ao mês, assiduidade nas reuniões cada um fazer a sua parte [...].

E na anotação do diário de campo consta que

A última reunião que estava programada para o ano (não tem reunião em dez. devido o movimento das feiras de natal, pois já tem bastante trabalho tanto para produzir quanto para participar das feiras) foi muito significativa. Fizeram a mística representando um caminho, onde havia pedras e flores. O caminho foi desenhado com giz no chão e traçado o início do caminho estava um monte de pedras e um ramalhete com flores. Cada participante da reunião era convidado a levantar-se e escolher: pedra ou flores, e depositar ao longo desse caminho falando o que significa a pedra e a flor. Quem pegou as pedras falou que significava: o medo que sentiam por não terem autorização e nem alvará, o receio de ter os produtos apreendidos. As flores representaram a coragem e persistência. Também foi colocado como pedras os conflitos, as fofocas, o “corpo mole” que alguns fazem, se encostando nos outros. Acrescentaram também no final que as flores eram amizade, a ajuda, lembraram muitas coisas que faziam juntas dividindo as barracas e os trabalhos. No final dessa mística havia muito mais flores que pedras. (Diário de campo, 11/11/2019)

Ferreira e Aguiar (2001, p. 170) asseveram que, “em primeiro lugar, a participação sem troca, como dádiva, ocorre por decisão pessoal movida pela afetividade, pelo desejo de servir a uma causa que se julgue nobre e relevante, seja religiosa, política ou social.” Portanto, a conquista do comprometimento é um grande salto no processo autogestionário, e este só é alcançado por meio da afetividade, da decisão pessoal.

Sobre o caminho percorrido pela FPEPS, a anotação no diário de campo, revela um pouco do sentimento a respeito das lutas e conquistas lembradas na última reunião ordinária de 2019:

[...] o clima da reunião é de festividade, depois da mística ficou mais visível ainda que a FPEPS conquistou muitas coisas durante esses 10 anos. A fala dos integrantes foi importante, quase todos falaram, houve também o depoimento do sr. ####, contador que elogiou a forma como a ####

presidente da Associação e a ##### secretária realizaram o que era necessário para a feira se tornar associação. As duas falaram um pouco sobre a correria, sobre as vezes que deixaram as barracas para as outras integrantes cuidarem e saíram “correndo” resolver o que era preciso, indo inclusive no caso do contador para resolver. (Diário de campo, 2019)

Neste ponto, é importante ressaltar o processo que o coletivo vivencia. O clima de festividade é um indicativo de que todos/as se sentem fortalecidos com as conquistas. E na fala que foi realizada pelo contador se explicita a ação de duas pessoas para que o objetivo da formalização da associação ocorresse. O fato de duas ou três trabalhadoras assumirem a função de “correr com a papelada” para que a associação fosse formalizada e, por meio dela, as conquistas para a Feira ocorressem, implicou, em muitos momentos, que essas trabalhadoras deixassem o seu trabalho na Feira por um objetivo maior, em prol da coletividade. Por outro lado, também caracteriza a solidariedade entre os/as integrantes da FPEPS, pois nos momentos em que essas trabalhadoras saíram da feira para resolver os assuntos da associação, as outras feirantes atenderam suas barracas. Portanto, essas conquistas exigiram solidariedade e colaboração entre todos/as trabalhadores/as da FPEPS.

Após a análise de cada ata das reuniões realizadas no período de fevereiro de 2018 a novembro de 2019, subsidiada pelas anotações em diário de campo da participação da pesquisadora, tanto nas reuniões quanto nas visitas à Feira, observamos que a categoria de análise “Participação” foi apropriada pelos/as trabalhadores/as da FPEPS de formas distintas, tais como:

- Participação política;
- Participação em formações sobre Economia Solidária;
- Participação em editais;
- Participação nas reuniões ordinárias da FPEPS de duas formas: evitando as faltas sem justificativas e de assumir funções rotativas;
- Participação em eventos externos à FPEPS.

Com relação à participação política, como a de participar do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária, da Conferência Municipal de Economia Solidária, e da Plenária Estadual de Economia Solidária, observou-se que estes espaços proporcionam o exercício do debate e das decisões coletivas onde os/as trabalhadores/as da FPEPS vão exercendo seu direito à fala, à expressão de suas

opiniões. Sobre isso, Freire (1987) discute que a existência humana não pode ser silenciosa, pois não é no silêncio que homens e mulheres se constituem e transformam o mundo, mas pela palavra, pelo trabalho e pela ação-reflexão.

Quanto à participação em formações sobre a Economia Solidária, os trechos analisados revelam que esta é uma temática importante, pois ao ser explicitado nas reuniões, está sendo reforçado o que Singer (2009) afirmava de que participar da ES implica um “processo contínuo de aprendizado”. Ficou evidenciado, ainda, o fato de que não há participação efetiva de todos/as os/as trabalhadores/as nas formações.

Sendo assim, a retomada constante da importância da participação é fundamental e exerce um papel pedagógico na consolidação dos princípios da ES, pois, como afirma Singer (2005, p.9), “a única maneira de aprender a construir a economia solidaria é praticando-a.” Da mesma forma que a maneira de aprender a participar é participando.

Neste sentido que a perspectiva de Bazzo, Linsingen e Pereira (2003), a de que a educação, como uma das tecnologias de organização social, nos dá a dimensão da possibilidade do trabalho pedagógico que necessita ser realizado para superar a dicotomia em relação à alienação que está estruturalmente alicerçada na concepção dos/as trabalhadores/as.

A participação em editais com o objetivo de obter recursos financeiros para efetuar melhorias da FPEPS contribui para a emancipação e o fortalecimento da Feira, o que evidencia a força dos empreendimentos da ES, e, nas palavras de Freire (1979a, p. 33), “na medida em que os homens, dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora.”

Na participação nas reuniões ordinárias da FPEPS, os/as trabalhadores/as têm a oportunidade de discutir, refletir sobre a sua própria prática, avaliando-a, reestruturando, readequando ações e conceitos, para, a partir daí, serem efetivadas as transformações necessárias, pois “os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é preciso lutar para consegui-la.” (FREIRE, 1979b, p. 57).

As faltas que ocorreram durante as reuniões, como analisadas nos trechos das atas, denotam que a preocupação com a cobrança da participação e a exigência da justificativa se faz necessária, e é uma forma de manter o coletivo atento ao compromisso com os princípios da ES, até porque esse tipo de participação tem



também o significado de cidadania. Nas palavras de Bazzo, Linsingen e Pereira (2003 p.134): “ser cidadão significa ser capaz de participar nas decisões que o afetam ou que afetam a sua própria comunidade.”

Constatamos, assim, que nas reuniões ordinárias da FPEPS ocorre um processo pedagógico de reforço da necessidade de todos/as participarem e assumirem funções rotativas dentro do coletivo. Este reforço encontra o fundamento na Carta de Princípios da Economia Solidária (2003, p. 2) quando declara como pontos de convergência “os valores da cooperação e da solidariedade”. Portanto, ao integrar empreendimentos de ES e, assim, fazer parte do processo autogestionário, está implícito que a participação, solidariedade e colaboração em diversas funções será o esperado de todos/as, tanto nas reuniões da FPEPS quanto em seu cotidiano.

Sobre a participação em eventos externos, relembramos que é necessário superar a inércia e a apatia que o sistema capitalista treinou/treina os/as trabalhadores/as. Ou, como Freire (1987, p. 19) afirmava: “Os oprimidos, contudo, acomodados e adaptados, imersos na própria engrenagem de estrutura dominadora, temem a liberdade, enquanto não se sentem capazes de correr riscos de assumi-la”. Desta forma, a participação dos/as trabalhadores/as da FPEPS em eventos externos, a exemplo das XVII e XVIII Jornada Agroecológica e da Mostra de Economia Solidária na UTFPR, buscam o processo emancipatório em que a participação denota o sentido de compromisso e, ao mesmo tempo, de liberdade para romper com as correntes da inércia.

No decorrer da pesquisa, durante a construção do referencial teórico e na participação, tanto das reuniões ordinárias quanto no acompanhamento da rotina dos/as trabalhadores/as da FPEPS, verificamos que a participação democrática é um dos princípios fundamentais para o processo de autogestão, e também um dos mais desafiadores. Houve situações que ilustram o quanto a autogestão é complexa como processo democrático em que a participação se constitui em um ato também político, construído no cotidiano dos/as trabalhadores/as.

A partir disso, entendemos que o processo autogestionário pode ser considerado uma tecnociência solidária, cuja definição é proposta por Dagnino:

[...] a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário

e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo ganho material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário). (DAGNINO, 2019, p. 18)

Cientes da complexidade do processo autogestionário, porém identificadas com as possibilidades democráticas da Economia Solidária, apresentamos os limites as contradições e as possibilidades do processo autogestionário nas reuniões da FPEPS.

## 4.2 LIMITES DO PROCESSO AUTOGESTIONÁRIO

Na linha de raciocínio de Singer (2005), de que é na prática que ocorre a transformação, e de acordo com Freire (1987, p. 52) que postulava que é por meio da práxis, “ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”, apresentamos o resultado da análise das Atas no aspecto relativo aos “Limites” do processo autogestionário. Esta introdução se faz necessária para que explicitemos sobre qual base conceitual entendemos os limites aqui analisados. Fundamentamos na perspectiva freireana de que limites devem ser superados e, para tanto, devem ir além da aceitação submissa da realidade para, a partir da consciência e das ações necessárias, ser transformada.

Os limites encontrados no processo autogestionário:

- ✓ Incipiência nas políticas públicas para ES em Curitiba;

Apesar de Curitiba contar com uma Lei Municipal, o município ainda não estabeleceu normatização que autoriza feiras de ES a usarem seus espaços públicos. Este é um limite que expressa a dificuldade para os/as trabalhadores/as exercerem o direito a comercialização de seus produtos. Por outro lado, demonstra que não existe, por parte do poder público, uma preocupação em criar leis que regulamentem o uso dos espaços públicos de forma a permitir que o comércio justo e solidário tenha espaço. É neste sentido que entendemos a necessidade da consciência política dos/as trabalhadores da Economia Solidária que, por meio dos espaços democráticos, como apontados no subitem 2.3, podem conquistar avanços no que diz respeito à inclusão de políticas públicas na agenda governamental.

### 4.3 CONTRADIÇÕES NO PROCESSO AUTOGESTIONÁRIO

Como processo inerente às relações sociais, as contradições fazem parte do processo emancipatório. Passíveis de superação, desde que sejam reveladas, passando, assim, da inconsciência para a consciência crítica.

Diante do exposto, apresentamos as “Contradições” encontradas na análise das Atas das reuniões da FPEPS (2018-2019):

- ✓ Baixa participação dos membros da FPEPS nas reuniões ordinárias (rotatividade da redação das atas, ausência nas reuniões sem a apresentação de justificativas).

Apresentamos na Tabela 4 que houve baixa rotatividade na redação das atas, já que uma secretária foi responsável por 42,1% da redação das atas no biênio 2018/2019. Tal ação indica que não estava ocorrendo o processo autogestionário de forma efetiva, uma vez que o pressuposto é de que todos/as participem das diferentes funções, sem que ninguém se sobrecarregue. O processo autogestionário deve proporcionar a todos/as a oportunidade de aprender e participar das ações do coletivo. A autogestão prevê a participação de todos/as, não hierarquiza decisões, não privilegia a velocidade, não valoriza determinadas funções em detrimento de outras. Gadotti (2009, p 33), afirma que “ela não se restringe a aspectos informativos e formativos, mas envolve também aspectos organizativos e produtivos. Com a autogestão, todos participam das decisões, independentemente da função que executam.” Somamos a esta situação de contradição, no registro da Ata nº 4, surge a necessidade de retomar o Regimento Interno da FPEPS (Anexo A) devido às faltas sem justificativas dos representantes dos empreendimentos de ES.

- ✓ Baixa participação dos membros da FPEPS nos eventos externos.

Encontramos esta contradição ao analisar a Ata nº 6 em que se registrou a falta das representantes da FPEPS na reunião de posse do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária. A mesma baixa em termos de participação ocorreu em cursos de formação, conforme a Ata nº 18. Essas contradições são reveladas pelo fato de a autogestão se consolidar na participação política, como Gadotti (2005)

afirma, os/as trabalhadores/as encontraram nos movimentos sociais a esperança e resistência. Nascimento (2008), por sua vez, cita que se trata de reinventarem novas formas de lutar. Se a força reside no coletivo, na participação política<sup>43</sup>. Então, a baixa participação naqueles eventos é uma contradição do processo autogestionário.

✓ Interesse comercial.

A contradição na perspectiva do interesse comercial se evidencia quando analisamos o trecho em que uma integrante da reunião faz o apelo “não levem a feira apenas pelo sentido da comercialização”, constante da Ata nº 3. Sobre essa contradição, pode-se dizer que ela ocorre entre a necessidade de os/as trabalhadores/as obterem renda por meio da comercialização de seus produtos e a compreensão de que a Economia Solidária não se reduz a este propósito.

Segundo a Carta de Princípios da ES (2003, p. 2), “a Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora” e, neste sentido, acrescentamos o pensamento de Freire:

Pois bem; se falamos da humanização, do ser mais do homem – objetivo básico de sua busca permanente – reconhecemos o seu contrário: a desumanização, o ser menos. Ambas, humanização e desumanização são possibilidades históricas do homem como um ser incompleto e consciente de sua incompleticidade. Tão somente a primeira, contudo, constitui a sua verdadeira vocação. A segunda, pelo contrário, é a distorção da vocação (FREIRE, 1969, p. 127).

Freire (1969) reflete que o sentido da humanização é “ser mais”, e que o contrário, ou seja, a desumanização é “ser menos”. Compreendemos, pois, que quando trabalhadores/as da FPEPS se restringem a participar da Feira com o intuito de apenas comercializar seus produtos, estão se desumanizando, estão deixando a possibilidade de participar de forma ampla, profunda, na dimensão maior da ES que abrange aspectos políticos, culturais, éticos e estéticos.

Retomamos a Carta de Princípios da Economia Solidária (2003, p. 3) que estabelece que “o valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a

---

<sup>43</sup> Usamos o sentido de política “atividade orientada ideologicamente para a tomada de decisões de um grupo para alcançar determinados objetivos. Disponível em: <https://conceito.de/politica>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas”.

#### 4.4 POSSIBILIDADES DO PROCESSO AUTOGESTIONÁRIO

Freire (1996, p. 52) afirmava que “[...] a história em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades, e não de determinismo”. É nesse sentido que optamos pela perspectiva freireana quando abordamos as possibilidades do processo autogestionário nas reuniões ordinárias da FPEPS. A “Possibilidade”, aqui, é compreendida como a capacidade de reconhecer que por meio do diálogo e da solidariedade é que ocorre a emancipação.

Ainda citando Freire (1996, p. 28), “[...] comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo, para que os homens possam ser mais.” Esta busca em ser mais, resulta no que Singer (2002, p. 10) apontava: “O resultado natural é a solidariedade e a igualdade”.

No processo autogestionário que ocorre na FPEPS, encontramos, na análise das Atas, as seguintes possibilidades:

- ✓ FPEPS como sujeito de sua própria história

Nas Atas nº 3 e nº 14 revelam-se situações onde os/as trabalhadores/as da FPEPS ocuparam os papéis de sujeitos de sua própria história, e somamos a esses registros o relato no nosso diário de campo, referentes à reunião do dia 11 de setembro de 2019, situações essas que consistiram nas conquistas referentes ao alvará da FPEPS.

As conquistas fortalecem e estimulam o ânimo dos/as trabalhadores/as da FPEPS uma vez que a autoconfiança é reforçada, ao mesmo tempo em que proporciona a ideia da força para transformar dificuldades em possibilidades. Freire (1969) fala sobre a importância de o/a trabalhador/a reconhecer-se como sujeito de sua própria história. Por meio do reconhecimento de “ser e estar no mundo”, de ter o poder de fazer a diferença com sua presença e sua voz.

Singer (2002, p. 21) também preconizava que a participação dos/as trabalhadores/as contribuía para sua emancipação: “participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a

pessoa mais realizada, autoconfiante e segura.”

Acrescentamos, ainda, o fato de os trabalhadores e as trabalhadoras se assumirem como sujeitos de sua história na forma como resolvem seus conflitos. Sobre isto, a anotação no nosso Diário de campo, do dia 05 de dezembro de 2018, expressa que as divergências e/ou os conflitos fazem parte de processos de interação humana, e a forma como são superados pode promover a emancipação.

- ✓ Participar em espaços políticos para debater e ajudar a construir políticas públicas para ES.

Na Ata nº 3, o registro expressa uma possibilidade de participação política importante para a FPEPS. Trata-se da representatividade da FPEPS em espaços políticos. Essa representatividade fortalece a ES em toda a região, pois para que ela avance é necessário que se criem políticas públicas que atendam às necessidades dos empreendimentos de economia solidária.

Corroboramos com Gadotti (2005, p. 42) a perspectiva de que “por isso, ela [a participação] tem um poderoso componente de formação política, de educação – ela é, em si, ‘um ato pedagógico’, como sustenta Paul Singer – ao lado de seu componente econômico fundamental”. Já na Ata nº 9, o registro da participação voluntária de uma das integrantes da reunião reforça o sentido pedagógico da participação em eventos políticos. Com tal ação, a trabalhadora, por meio do exemplo, estimula que outros/as trabalhadores/as também se disponham a participar dos eventos externos da ES.

- ✓ Construção de responsabilidade para com o Coletivo

Nas Atas de nºs 4 e 10, encontramos indícios de que o coletivo avança no processo autogestionário, usando estratégias para manter a efetividade das atividades de forma coletiva. A Ata nº 4 descreve a estratégia que seria utilizada caso empreendimentos excedessem o número de faltas nas reuniões o que, por sua vez, produziu consequência, pois na Ata nº 10, houve registro de justificativa de ausência.

Sobre a possibilidade de organização coletiva, Alonso (2002, p. 26) afirma que “as melhores ideias e soluções para os problemas emergem das diferentes percepções e contribuições pessoais e do tipo de análise (conjunta) que é propiciada

nessas situações.” Ainda sobre esse avanço na participação dos/das trabalhadores, observamos que, de acordo com a Tabela 3, era maior o número de trabalhadores/as participantes nas reuniões de 2018 quando em comparação à quantidade de participantes no ano de 2019, com exceção do mês de março. Este aumento do número de trabalhadores/as participando das reuniões ordinárias indica a possibilidade de avanços na concepção dos/das integrantes dos empreendimentos de ES, de que a participação constitui a base para que a FPEPS se fortaleça.

✓ Processo autoavaliativo sobre as participações em eventos externos

Constitui possibilidade de consolidação do processo autogestionário o exercício da análise e reflexão que foram registradas como autoavaliação nas Atas nº 4, nº 13 e nº 18. A reflexão sobre a colaboração entre todos/as constitui-se reforço dos princípios da ES, em que a colaboração é um dos princípios fundamentais. Como afirma Nascimento (2008, p. 5), “é um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social.”

Por fim, concluímos que, apesar da complexidade do processo autogestionário, as reuniões ordinárias da FPEPS apresentaram mais possibilidades que limites. Quanto às contradições, elas significam que o coletivo está vivenciando experiências de interação e aprendizagem que precisam ser reforçadas e que existe a necessidade de uma plataforma cognitiva (DAGNINO, 2019) que dê suporte para que o coletivo avance, superando essas contradições. Neste sentido é que a educação popular (FREIRE, 2006), e a tecnociência solidária (DAGNINO, 2019) têm muito a contribuir. Sobre as possibilidades, elas são o fruto de dez anos de existência e resistência da FPEPS.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, as concepções de desenvolvimento humano e emancipação, pautadas nos valores de igualdade, solidariedade e justiça social, presentes principalmente no ideário de Singer (2002, 2003, 2005) e de Freire (1969, 1996), foram a base de nossos estudos. Os princípios da Economia Solidária, aliados aos estudos do referencial teórico crítico de Ciência Tecnologia e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade – PPGTE, ampliaram o arcabouço de reflexões referentes ao processo autogestionário.

A trajetória de nossos estudos nos mostrou as contradições em relação ao trabalho que é condição inerente à humanidade, e que deve contribuir para o desenvolvimento humano, tal como Singer (2002) propunha. No entanto, ao ser tomado como força exploratória e excludente, segue aumentando a superexploração (ANTUNES 2019), e acaba por alienar e desumanizar as trabalhadoras e os trabalhadores.

Seguindo adiante, compreendemos que os processos democráticos contribuem para que os/as trabalhadores/as se organizem e expressem suas necessidades, construindo as bases para que a Economia Solidária comece a ocupar mais espaços, inclusive com políticas públicas.

A partir deste entendimento, avançamos para compreender os princípios da Economia Solidária e da autogestão, em que o histórico de luta de trabalhadoras e trabalhadores e sua organização foram marcos importantes para que o processo autogestionário fosse construído.

Por fim, cientes de que ciência e tecnologia sempre estiveram presentes no desenvolvimento da humanidade, porém serviram e servem a interesses que não atendem a necessidade de todos/as, adentramos na temática da educação popular e também no novo conceito de tecnociência solidária de Dagnino (2019), que apresenta possibilidades de proporcionar uma plataforma cognitiva para a Economia Solidária, em que ciência e tecnologia estejam a serviço da coletividade.

Neste sentido que o referencial teórico supracitado, a pesquisa de campo e a pesquisa documental proporcionaram a contribuição de algumas reflexões para responder a pergunta inicial desta pesquisa: “Quais os limites, as contradições e as possibilidades do processo autogestionário nas reuniões ordinárias dos/as trabalhadores/as da Feira Permanente de Economia Popular Solidária?”



Para responder a essa pergunta, delineamos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Analisar o processo autogestionário durante as reuniões ordinárias da FPEPS no biênio de 2018/2019;
- 2) Participar nas feiras permanentes realizadas nas quartas-feiras e sábados.

Tais objetivos foram atingidos, por meio da pesquisa participante que complementou a análise documental, a qual nos possibilitou compreender que a categoria “Participação” nos daria os subsídios para compreender os Limites, as Contradições e Possibilidades do processo autogestionário das reuniões ordinárias da FPEPS.

A análise documental – as Atas – revelou que a participação não ocorre de uma mesma forma, e que esta pode ser apropriada pelos/as trabalhadores/as da FPEPS de formas distintas: política, em formações de Economia Solidária, em editais para obter recursos financeiros, nas reuniões ordinárias da Feira (tanto no sentido de não faltar sem justificativa ao coletivo quanto em assumir tarefas rotativas durante a reunião) e, por fim, a participação em eventos externos à Feira. E dentre essas, a participação política é a que deveria ter alcançado maior relevância entre as pautas das reuniões ordinárias da FPEPS.

E no que tange ao limite encontrado no processo autogestionário – incipiência nas políticas públicas para ES em Curitiba –, constatou-se que este se constitui como uma das barreiras mais importantes a serem superadas.

Quando tratamos sobre os espaços democráticos no subtítulo 2.3, apresentamos a importância da participação política que tem a função de promover e apoiar a normalização de leis e projetos que apoiem e subsidiem a ES.

Neste sentido é que a tecnociência solidária tem muito a contribuir com as discussões sobre a participação política para que ocorra a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores. Até mesmo para que o conceito de tecnociência solidária se constitua como necessário para superar as forças conservadoras, pois, segundo Dagnino,

Seu objetivo [o da participação política] é municiar aqueles arquétipos que se situam no campo da Economia Solidária com argumentos para o enfrentamento das posições hegemônicas que se manifestam nos vários campos em que se trava a disputa entre as forças conservadoras e mudancistas. (DAGNINO, 2019, p.150)

Continuando com os resultados, compreendemos que as contradições podem evoluir para possibilidades e as possibilidades evoluírem até se tornarem sólidas em um movimento contínuo de consolidação e expansão da ES. O fato de encontrarmos mais possibilidades que limites e contradições revela o potencial que existe na FPEPS.

Nesse sentido, a presente pesquisa sugere que outros estudos sejam realizados com o objetivo de aprofundar as ideias sobre limites e contradições, bem como realizar estudos que tenham como base a tecnociência solidária no processo autogestionário.

A ideia discutida por Singer (2002, p. 21) de que a “autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes” e com a reflexão freireana de que “quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para sermos anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos” (FREIRE, 1979b, p. 28), que sustentou a perspectiva da potencialidade existente no processo autogestionário.

Nesse viés do desenvolvimento humano e da conscientização como propulsores de uma sociedade mais justa e igualitária é que concluímos este trabalho de pesquisa, o qual teve como objeto de estudo o processo autogestionário, o qual concluímos que não se efetiva linearmente, e que não existe uma regra que possa ser seguida por todos/as.

Tomando como nossas as palavras de Guimarães Rosa (2001, p. 39), que assevera que o “mais importante e bonito do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando”, podemos dizer que o processo autogestionário também está em constante transformação. Ele não está pronto, acabado. Os limites e as contradições vão surgir como situações a serem superadas ou aproveitadas de forma a melhorar processos de autogestão. Enquanto que as possibilidades vão alavancar o processo de evolução, pois trazem em si a semente da esperança.

As considerações deste trabalho de pesquisa se encerram com a retomada de um dos momentos vivenciados na mística da última reunião ordinária de 2019, e que resume as experiências das trabalhadoras e dos trabalhadores durante estes dez anos da FPEPS: “No final dessa mística havia muito mais flores que pedras. (Diário de campo, 11/11/2019).”

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Myrtes. O trabalho coletivo na escola. In: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Formação de gestores escolares para a utilização de tecnologias de informação e comunicação**. São Paulo: PUC-SP, 2002. Disponível em: [http://www.virtual.ufc.br/cursouca/modulo\\_3b\\_gestores/tema\\_05/anexos/anexo\\_1\\_o\\_trabalho\\_coletivo\\_na\\_escola.pdf](http://www.virtual.ufc.br/cursouca/modulo_3b_gestores/tema_05/anexos/anexo_1_o_trabalho_coletivo_na_escola.pdf). Acesso em: 17 ago. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v20i1p1-13>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- ARRUDA, Marcos. Redes, educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia Solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2005.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARROS, Ricardo Paes de et al. **A queda recente da desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1745>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (org.). **Desigualdade de Renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2007. V. 1. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5553](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5553). Acesso em: 10 jun. 2019.
- BAZZO, Walter A. (ed.). **Introdução aos estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade)**. Madri: Organização dos Estados Ibero-americanos, 2003. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/salactsi/introducaoestudoscts.php>. Acesso em: 17 ago. 2020.
- BEATRIZ, Marilene Zazula. Economia Solidária: os caminhos da autonomia coletiva. Curitiba: Juruá, 2012.
- BEATRIZ, Marilene Zazula et al. Moeda social: possibilidades e limites: reflexos a partir da implantação do Ecobanco em uma Feira de Economia Solidária. **Otra Economía**, v. 10, n. 19, p. 198-207, 2016. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2016.1019.06>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BOFF, Leonardo. **Brasil**: concluir a refundação ou prolongar a dependência. São Paulo: Vozes, 2018.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 157, p. 1-13, 01 jan. 2019. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830). Acesso em: 22 jul. 2019.

BRECHT, Berthold. **Perguntas de um trabalhador que lê**. 1935. Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/cultura-e-reflexao/bertolt-brecht-e-os-80-anos-do-poema-%C2%93perguntas-de-um-trabalhador-que-le%C2%94/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

CARTA de princípios do FBES. *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. [Brasília: FBES,] 2003. Disponível em: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60). Acesso em: 10 mar. 2019.

CARVALHO, Nanci Valadares. **Autogestão**: o governo pela autonomia. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CELIBERTI, Lilian. Atores, práticas e discursos da participação. *In*: TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves (org.). **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2005. p. 51-58.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CIRANDAS.NET. [Brasília]: FBES, [2019]. Disponível em: <https://cirandas.net/>. Acesso em: 28 jun. 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília. **[Anais eletrônicos...]**. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/566-i-conferencia-nacional-de-economia-solidaria>. Acesso em: 2 jun. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1432.html>. Acesso em: 2 jun. 2019.

CORAGGIO, José Luis. **Economía social y solidaria**: el trabajo antes que el capital. Quito: Abya-Yala, 2011. Disponível em: <https://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/economiasocial.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CURITIBA. Lei nº 14.786, de 23 de fevereiro de 2016. Institui a Política Municipal de fomento à Economia Popular Solidária e cria o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária. **Diário Oficial do Município de Curitiba**: Curitiba, PR, ano V, n. 42, p. 23-34, 03 mar. 2016. Disponível em: [https://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/DiarioConsultaExterna\\_Pesquisa.aspx](https://legisladoexterno.curitiba.pr.gov.br/DiarioConsultaExterna_Pesquisa.aspx). Acesso em: 22 jul. 2019.

DAGNINO, Renato. Apresentação. *In*: DAGNINO, Renato (org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2. ed. Campinas: Komedi, 2010.

DAGNINO, Renato; COSTA, Adriano Borges (org.). **Tecnologia Social e Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013.

DAGNINO, Renato. A tecnologia social e seus desafios. *In*: DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014a. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7hbdt/pdf/dagnino-9788578793272-04.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

DAGNINO, Renato. Apresentação. *In*: DAGNINO, Renato. **Tecnologia social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: Ed. Insular, 2014b.

DAGNINO, Renato. **Tecnociência solidária: um manual estratégico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

DIEESE. **Nota técnica número 205**: abril 2019: A importância da política de valorização do salário mínimo e a urgência de renová-la. São Paulo: DIEESE, 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2019/notaTec205SalarioMinimo/index.html?paqe=1>. Acesso em: 16 jun. 2020.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 1986. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em: 2 fev 2019.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (org.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERRER, Javier. NICUESA, Maite. ESTEBAN, Daniel. AYALA, Romina. **Fórum**. Disponível em: <https://conceitos.com/forum>. Acesso em: 27 abr. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Brasília: FBES, [2019]. Disponível em: <http://fbes.org.br/>. Acesso em: 14 mar. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade brasileira**. 1959. Tese de Concurso para a Cadeira de História e Educação – Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1976>. Acesso em: 17 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. O papel da educação na humanização. **Revista Paz e Terra**, São Paulo, ano 4, n. 9, p. 123-132, out. 1969. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/1127>. Acesso em: 17 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979a.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. *In*: LIMA, Júlio C.; NEVES, Lúcia M. W. **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, EPSJV, 2005. p. 241-260.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. Conhecimento e sociedade em rede: que potencialidades? **Educação, sociedade e cultura**, [S.l.], n. 23, p. 43-57, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. V. 1.

GARCÉS Mário D. Educação Popular e Movimentos Sociais. *In*: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006. p. 123-143.

GIBRAN, Khalil Gibran. **O profeta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luís. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

HABERMAS, Jünger. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HABERMAS, Jünger. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

IBGE. **Sobre trabalho e rendimento**. [2019?] Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pme\\_met3.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pme_met3.shtm). Acesso em: 17 jul. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. [Brasília]: IPEA, [2019]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **As teorias pedagógicas modernas resignificadas pelo debate contemporâneo na Educação**. Goiânia, 2005. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/Espacodoaluno/PET-ProgramadeEducacaoTutorial/Pedagogia/capitulo-libaneo.pdf>. Acesso em: 21 jun 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo. Heccus, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependência**. México: Ediciones Era, 1976. Disponível em: [http://www.mariniescritos.unam.mx/024\\_dialectica\\_dependencia.html](http://www.mariniescritos.unam.mx/024_dialectica_dependencia.html). Acesso em: 01 nov. 2018.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MÉSZÁROS, István. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Burnout**. Brasília: Ministério da Saúde, c2020. Disponível em: <https://saude.gov.br/saude-de-a-z/saude-mental/sindrome-de-burnout>. Acesso em: 31 maio 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Organização Internacional do Trabalho**. [Brasília: Nações Unidas, 2020?]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>. Acesso em: 8 abr. 2020.

NASCIMENTO, Cláudio. Autogestão: Economia Solidária e utopia. **Revista Latinoamericana de economía social y solidaria**, v. 2, n. 3, p. 27-40, 2008. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/1104>. Acesso em: 18 ago. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Futuro do trabalho no Brasil: perspectivas e diálogos tripartites**. [Brasília]: OIT, c2018. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/document/publication/wcms\\_626908.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/document/publication/wcms_626908.pdf). Acesso em: 10 jul. 2019.

PARANÁ. Lei nº 19.784, de 20 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a Política Estadual de Economia Solidária. **Diário Oficial do Estado do Paraná**: Curitiba, PR, n. 10339, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-19784-2018-parana-dispoe-sobre-a-politica-estadual-de-economia-solidaria>. Acesso em: 22 jul. 2019.

PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,8% e taxa de subutilização é de 24,6% no trimestre encerrado em julho de 2019. **Agência IBGE Notícias**, [Rio de Janeiro], 30 ago. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25315-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-6-no-trimestre-encerrado-em-julho-de-2019>. Acesso em: 14 jun. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Débora; NEVES, Flávia. Plenária. In: DICIO: Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/plenaria>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SARAIVA, Adriana. **Desemprego volta a crescer com 13,1 milhões de pessoas em busca de ocupação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20674-desemprego-volta-a-crescer-com-13-1-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-ocupacao>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SILVA, Sandro Pereira; SILVA, Regilane Fernandes da. Da 3ª Conferência ao Plano Nacional de Economia Solidária: balanço geral do processo e perspectivas futuras **Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 62, abr. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7821>. Acesso em: 2 jun 2019.



SINGER, Paul. Economia solidária versus economia capitalista. **Sociedade e estado**, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 100-112, 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>. Acesso em: 18 ago. 2020.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. Economia solidária e autogestão. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO NÚCLEO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA USP. 2003. **[Anais...]**. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <http://paulsinger.com.br/sobre-economia-solidaria-e-autogestao/>. Acesso em: 20 maio 2020.

SINGER, Paul. A Economia Solidária como ato pedagógico. *In*: KRUPPA, Sonia M. Portella (org.). **Economia Solidária e educação de jovens e de adultos**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2005.

SINGER, Paul. Apresentação. *In*: GADOTTI, Moacir. **Economia Solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. V. 1.

STRECK, Danilo Romeu; PITANO, Sandro de Castro; MORETTI, Cheron Zanini. Educar pela participação, democratizar o poder: o legado freireano na gestão pública. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v. 33, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698167880>. Acesso em: 18 ago. 2020.

THIOLLENT, Michel. Notas para o debate sobre pesquisa-ação. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 82-103.

THOMAS, Hernán Eduardo. Tecnologias para inclusão social e políticas públicas na América Latina. *In*: OTTERLOO, A. (org.). **Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 25-82.

TSETUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tsetung**. [Curitiba: Fundamento], 1975. Tomo I. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1937/08/contra.htm#topp>. Acesso em: 11 jun. 2020

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZACARIAS, Rachel. O processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental: uma visão crítica. *In*: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011. **Anais...** Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo11.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

## LEITURAS COMPLEMENTARES

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

DAGNINO, Renato; COSTA, Adriano Borges (org.). **Tecnologia Social e Políticas Públicas**. São Paulo: Instituto Pólis, 2013.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como efeito de poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

FERNANDEZ ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Educação e atualidade Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação comunitária e Economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

HERRERA, Amílcar. A América Latina necessita de um modelo alternativo de desenvolvimento tecnológico. *In*: DAGNINO, Renato; SILVA, Rogério Bezerra da. (org.). **Amílcar Herrera: um intelectual latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2015. (Série Tecnologia Social; v. 3).

HOBBSAWN, Eric J. **Era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Paulo Freire: patrono da Educação brasileira**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, [2019?]. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/paulo-freire-patrono-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 18 abr. 2019.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **O que é a Tecnologia Social?** São Paulo: ITS, [2018]. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br/conheca/tecnologia-social/>. Acesso em: 30 maio 2019.

LEIS ROMERO, Raúl. As palavras são noivas que esperam: dez reflexões a compartilhar. *In*: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (org.). **Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006. p. 63-75. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=654-vol4americalatina-pdf&category\\_slug=documentos-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=654-vol4americalatina-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 18 ago. 2020.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

NEDER, Ricardo T. (org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: UnB, 2013. Disponível em: <https://www.sfu.ca/~andrewf/coletanea.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PASSONI, Ilma. **Tecnologia social no Brasil**. São Paulo: Editora Raiz, 2004. Disponível em: [https://issuu.com/tadeuarte/docs/caderno\\_debate\\_its](https://issuu.com/tadeuarte/docs/caderno_debate_its). Acesso em: 18 ago. 2020. (Cadernos debates).

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no Século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

QUINTALHA, Renan. **O que é lugar de fala e como ele é aplicado o debate público**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/01/15/O-que-%C3%A9-%E2%80%98lugar-de-fala%E2%80%99-e-como-ela-%C3%A9-aplicado-no-debate-p%C3%BAblico>. Acesso em: 17 mar 2019.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SCHOPKE, Regina. **Dicionário filosófico**: conceitos fundamentais. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SERRA, José; CARDOSO, Fernando Henrique. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 23, 1978.

SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**: interpretação crítica da economia brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. *In*: SANTOS, B. de S. S. et al. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. La economía solidaria en Brasil. *In*: SEMINARIO INTERNACIONAL “ROL DE LA ECONOMÍA POPULAR Y SOLIDARIA Y SU APORTE EN EL SISTEMA ECONÓMICO SOCIAL Y SOLIDARIO”, 3., 2013, Quito. **[Anais eletrônicos...]**. Quito, [s.n.], 2013. p. 47-56. Disponível em: <http://www.coraggioeconomia.org/jlc/archivos%20para%20descargar/La%20economia%20Popular%20y%20Solidaria%20El%20Ser%20Humano%20Sobre%20el%20Capital-1.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

SOUZA, Rafaela. **Primeira Revolução Industrial**. [Goiás]: UOL, c2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/primeira-revolucao-industrial.htm>. Acesso em: 18 fev. 2018.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**: textos selecionados. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 217-238.

## **ANEXO – Regimento Interno da FPEPS**

### PREÂMBULO

O Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO DA FEIRA PERMANENTE DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA, de agora em diante chamada apenas de AFPEPS, foi criado com o objetivo de ordenar a partir dos princípios da Economia Solidária as atividades e relações entre as (os) trabalhadoras da feira, entidades de apoio, governo e consumidores. Deve ser revisto e melhorado sempre que necessário.

### **REGIMENTO INTERNO DA ASSOCIAÇÃO DA FEIRA PERMANENTE DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA**

A Associação da Feira Permanente de Economia Popular Solidária é um espaço de encontro e articulação entre trabalhadoras (es) e consumidores(as) solidários (as), constituído por os empreendimentos de Economia Popular Solidária de Curitiba e Região Metropolitana que expõem e comercializam seus produtos com preços justos. Constitui também um lugar de formação e prática dos princípios da Economia Solidária, a saber: autogestão, solidariedade, cooperação, democracia, comércio justo e solidário e respeito à natureza.

Dos objetivos:

A Feira Permanente de Economia Solidária tem por objetivo:

Critérios e processos para participar da feira:

Para participar da feira, o empreendimento deve atender os seguintes requisitos:

- ter no mínimo 3 integrantes;
- ser suprafamiliar;
- comercializar produtos de produção própria, preferencialmente não idênticos a outros já presentes no coletivo e que respeitem a natureza;

Em caso de lista de espera, será dada prioridade para quem não participa de outras feiras – de Economia Solidária ou não.

As etapas para que um empreendimento seja incluído na AFPEPS são:

- Os integrantes da feira passarão conhecimentos iniciais sobre a Economia Solidária para os novos integrantes, a ser realizada após a assembleia mensal;
- Preencher a ficha de cadastro, de forma completa e correta;
- Apresentar para o coletivo, na assembleia mensal, os integrantes do empreendimento e, ao menos, três produtos produzidos, que sejam preferencialmente distintos dos já comercializados na feira;
- Participar de formação em Economia Solidária ofertada inicialmente na assembleia;
- Ler e comprometer-se em seguir o presente regimento.

Do número de EES participantes:

A realização de cada feira deve contar com o mínimo de dez barracas.

O número total de participantes da AFPEPS, bem como em cada dia de comercialização, é definido de acordo com o número de barracas disponíveis, num máximo do dobro de EES em relação ao total de barracas.

Dos produtos:

Só serão aceitos para comercialização na AFPEPS, produtos de fabricação própria e que respeitem o meio ambiente;

Não é permitida a venda de produtos industrializados, de terceiros, bebidas alcoólicas e tabaco.

Da formação permanente:

A formação permanente é fundamental para que as (os) trabalhadoras (es) da AFPEPS não se afastem dos princípios da Economia Solidária e a mesma se torne um mero local de comercialização e geração de trabalho e renda. Tendo isso:

O ingresso do EES na AFPEPS e permanência na mesma requer que suas/seus trabalhadoras/es participem de formações na área de Economia Solidária, com uma frequência mínima de uma vez por ano. Estas formações são oferecidas pelas entidades de apoio e fomento e eventos da Economia Solidária; bem como pelos membros da própria feira;

Incentiva-se que haja igualmente uma busca pela formação permanente nas áreas técnicas, de gestão, política e relacional pautadas nos princípios da Economia Solidária, a fim de possibilitar a sustentabilidade dos EES e o fortalecimento do movimento da Economia Solidária.

Da participação política:

Os membros da AFPEPS deverão também participar de reuniões de fóruns municipais e estaduais, bem como outras ações que contemplem a construção e efetivação de leis e políticas públicas para a Economia Solidária e outras referentes aos direitos cidadãos a saber (educação, saúde, trabalho, habitação, democracia, lazer) consoantes com os princípios da Economia Solidária e a construção de um mundo mais justo e solidário.

Das assembléias gerais:

O coletivo da AFPEPS terá uma reunião ordinária mensal, organizada de forma autogestionária, na qual são realizados informes e tomadas de decisões de assuntos pertinentes ao grupo.

Cada EES deverá comparecer a reunião ordinária mensal com ao menos um representante;

As ausências do EES devem ser justificadas e comunicadas com antecedência.

São consideradas faltas não justificadas aquelas não comunicadas antecipadamente. Nesse caso, o coletivo deverá fazer uma notificação por escrito e entregar ao EES que descumpriu o acordado.

No caso de duas faltas não justificadas ao longo do ano, o EES não poderá mais participar da feira, sendo a vaga ocupada por outro EES que esteja na lista de espera.

Do funcionamento da feira:

- Local, horário e frequência:

A Feira Permanente de Economia Popular Solidária ocorre semanalmente, as quartas e sábados em frente ao Terminal do Portão, e as sextas-feiras, no Prado Velho, das 8 as 17horas.

Cancelamentos e mudanças nos dias, horário e local da AFPEPS devem ser decididos na assembléia mensal.

Os horários e locais acima indicados estão sujeitos a alterações de acordo com determinações do poder público e da empresa cedente do local.

Dos recursos materiais:

A infraestrutura para o funcionamento da AFPEPS, tais como barracas, mesas, cadeira e tenda foram adquiridos por meio de recursos do fundo solidário e editais, pertencendo a todo coletivo, que deve zelar pela sua manutenção.

Em relação às barracas:

Pertencem ao coletivo e não ao EES, podendo ser dividida entre até dois EES;

A montagem, organização e desmontagem das barracas devem ser feitas de forma coletiva. Salieta-se que os/as trabalhadores/as devem chegar quinze minutos antes do início da feira e demais eventos, para auxiliar na montagem e organização das barracas, bem como permanecer ao final da feira para auxiliar na desmontagem, guarda e transporte das barracas.

O EES que chegar atrasado ao local da feira deverá montar sua barraca;

Cada trabalhador/a deve zelar pela manutenção e bom uso das barracas. Em caso de dano por mau uso e dano, a (o) responsável arcará com consertos e/ou compra de novo equipamento.

Após o término de cada dia de feira, as barracas e outros equipamentos serão guardados em lugar seguro, protegido e definido pelo coletivo.

Organização e limpeza do local:

É responsabilidade de todos(as) o zelo pela limpeza e organização do local onde a feira é realizada.

Dos recursos financeiros:

Ao término da realização de cada dia da feira, cada EES deverá contribuir com 10% da sua venda. Tal recurso comporá um fundo solidário destinado a custear despesas necessárias ao funcionamento da feira como compra e manutenção de equipamentos, alugueis, combustível, viagens para eventos, formações, dentre outros.

Também comporá o fundo solidário o valor arrecadado integralmente na venda de produtos do bazar de usados;

O coletivo designará duas pessoas para recolher o valor e realizar o depósito do mesmo em uma conta corrente ou poupança.

As retiradas somente serão feitas com a aprovação e destinação definidas pelo coletivo nas assembléias mensais.

A prestação de contas do fundo solidário ocorrerá trimestralmente, na assembléia geral.

A renda obtida com a comercialização dos produtos durante as feiras, com exceção dos 10% para o fundo solidário, cabem ao EES, ficando a seu critério a distribuição entre seus integrantes.

A AFPEPS poderá acessar outros recursos materiais e financeiros por meio de editais lançados por entidades de apoio e fomento ou advindos do poder público.

#### Das participações e ausências nos dias de feira

Cada EES deverá comparecer aos dias de feira que lhe forem destinados, com ao menos um representante;

As ausências do EES devem ser justificadas e comunicadas com antecedência.

São consideradas faltas não justificadas nos dias de feira aquelas que não são comunicadas antecipadamente e quando o EES se ausenta para participar de outras feiras que não são da Economia Solidária. Nesse caso, o coletivo deverá fazer uma notificação por escrito e entregar ao EES que descumpriu o acordado. No caso de duas faltas não justificadas no mesmo mês, o EES não poderá mais participar da feira, sendo a vaga ocupada por outro EES que esteja na lista de espera.

#### Da participação dos EES da AFPEPS em outras feiras da Economia Solidária:

O coletivo deve procurar contatos, informações e meios de viabilizar a participação em outros espaços da Economia Solidária seja em Curitiba, Região Metropolitana, Paraná ou outras regiões do país.

OS EES da AFPEPS podem participar de outras feiras e eventos onde há comercialização/mostra de produtos da Economia Solidária desde que não comprometa a realização das feiras do grupo.

Quando o coletivo for convidado para outras feiras e eventos, as vagas ofertadas devem ser distribuídas de modo a contemplar todos os EES. Em caso das vagas serem insuficientes, a decisão dos participantes deverá ser tomada coletivamente, preferencialmente, na assembléia geral mensal.

#### Da participação de outros EES não pertencentes a Associação da Feira Permanente de Economia Popular Solidária:

Poderá ser disponibilizada uma barraca da AFPEPS para uso de EES ou Rede de EES não pertencente a mesma, em forma de rodízio.

A escolha do EES ou Rede de EES deverá ser aprovada na assembléia geral.

As(os) trabalhadores(as) convidadas(as) deverão serem informados do presente regulamento e se comprometer em segui-lo, inclusive no que se refere a contribuição de 10% para o fundo solidário.

#### Dos desligamentos de EES da AFPEPS:

O coletivo, em assembléia geral, também poderá decidir sobre o desligamento de um EES que não respeitar reiteradamente o presente regulamento. Ressalva-se que, considerando-se, os princípios da Economia Solidária, sempre se buscará resolver previamente controvérsias por meio do diálogo solidário.



### Reingresso dos EES na AFPEPS

O EES que sair espontaneamente da feira ou que dele for desligado por descumprir reiteradamente os acordos do coletivo, apenas poderá solicitar novo ingresso após um ano de sua saída, seguindo os mesmos procedimentos definidos para ingresso de novos membros.

### Cadastro dos Empreendimentos Econômicos Solidários da AFPEPS

Todos os EES da AFPEPS deverão preencher um cadastro para seu ingresso no coletivo, conforme já indicado. O cadastro deve ser anualmente atualizado.

### Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários

O coletivo da feira permanente fará parte do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários;

Os EES que fazem parte da feira poderão também ter seu próprio CADSOL.

Outras questões que não foram contempladas pelo presente regimento serão discutidas e definidas na assembléia coletivas.